

**Universidade de Brasília**

**Instituto de Ciência Política**

**Mestrado em Ciência Política**

**DEMOCRACIA E CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

**(1985-2005)**

**DANUSA MARQUES**

**Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel**

**Dissertação de Mestrado**

**Brasília, fevereiro de 2007**



**DANUSA MARQUES**

**Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)**

**Dissertação apresentada ao  
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília,  
como parte dos requisitos para obtenção do título de  
Mestre em Ciência Política**

**MEMBROS DA BANCA**

---

**Prof. Luis Felipe Miguel (Orientador)**

---

**Profa. Flávia Milena Biroli Tokarski**

---

**Prof. Charles Freitas Pessanha**

---

**Profa. Rebecca Neaera Abers (suplente)**

**Brasília**

**2007**

## **Resumo**

Este trabalho apresenta um mapeamento dos discursos sobre democracia publicados entre 1985 e 2005 nos artigos de três importantes periódicos acadêmicos brasileiros: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados – Revista de Ciências Sociais* e *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São analisados dados gerais das revistas e dados específicos da discussão sobre democracia, aprofundando a análise em elementos de democracia característicos de diversas vertentes democráticas, a fim de se verificar como se constituem os discursos dominantes e alternativos no campo das ciências sociais brasileiro.

Palavras-chave: teorias da democracia, ciências sociais brasileiras, periódicos acadêmicos

## **Abstract**

This work presents a mapping of the discourses about democracy published between 1985 and 2005 in the papers of three important brazilian academic reviews: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados – Revista de Ciências Sociais* and *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. Reviews' global data and democratic discussion data are analysed, specially those of specific democratic elements of several democratic approaches, in order to verify how the dominant and the alternative discourses are formed in the brazilian social sciences field.

Key-words: theories of democracy, brazilian social sciences, academic reviews

## Agradecimentos

A Carlos Augusto Mello Machado, pela paciência inesgotável com meus problemas acadêmicos e existenciais, pessoa que tornou mais suportáveis as experiências acadêmicas negativas compartilhadas.

A Angélica Leite da Silva e David Galdino Marques, meus pais, pelos constantes incentivos, apoio e confiança em meus planos.

Ao professor Luis Felipe Miguel, meu orientador, pela oportunidade de participar do grupo Demodê, pelo entendimento do que o mestrado significava para mim, pelo apoio nas situações adversas e por marcar minha vida acadêmica, há tantos anos, como um dos cientistas políticos mais competentes do país.

À professora Flávia Biroli, pela sensatez, tranquilidade, precisão e extrema excelência acadêmica.

Aos editores das três revistas analisadas nesta dissertação, Élide Rugai Bastos, Cicero Araújo e Charles Pessanha, pela grande prontidão e disponibilidade nas entrevistas concedidas.

Aos amigos de mestrado Gustavo Amora, Marconi Fernandes, Helena Máximo, Janine de Mello, Caroline Soares, Gabriela Oliveira, Marcelo Gonçalves, além de Carlos Augusto Mello Machado, novamente, pela coragem em tomar uma posição política coletiva, a despeito das possibilidades de retaliação, em busca de uma universidade não-discriminatória.

Ao CNPq, pelo suporte aos meus estudos desde o início do curso.

# Sumário

1. Introdução.....	10
1.1. Metodologia.....	12
2. Referencial teórico.....	15
2.1. O conceito de “campo” de Pierre Bourdieu.....	15
2.2. Teorias da democracia.....	16
2.2.1. <i>A democracia liberal-pluralista</i> .....	19
2.2.2. <i>A democracia deliberativa</i> .....	27
2.2.3. <i>O republicanismo cívico</i> .....	31
2.2.4. <i>A democracia participativa</i> .....	38
2.2.5. <i>O multiculturalismo</i> .....	42
2.2.6. Breve revisão sobre teorias da democracia .....	48
3. Ciências sociais no Brasil.....	51
3.1. O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil .....	51
3.2. As associações científicas em ciências sociais no Brasil .....	58
3.2.1. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS .....	58
3.2.2. A Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.....	59
3.2.3. A Associação Brasileira de Antropologia - ABA.....	59
3.2.4. A Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP .....	59
3.3. Os periódicos acadêmicos analisados.....	60
3.3.1. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS</i> .....	60
3.3.2. <i>Dados – Revista de Ciências Sociais</i> .....	62
3.3.3. <i>Lua Nova – Revista de Cultura e Política</i> .....	63
4. Análise dos periódicos.....	65
4.1. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> .....	65
4.1.1. Dados gerais do periódico .....	65
4.1.2. Tratamento do tema “democracia” .....	74
4.1.3. Elementos de democracia.....	85
4.1.4. Relações entre os elementos de democracia.....	88
4.1.5. Autores citados na discussão sobre democracia.....	89
4.2. <i>Dados – Revista de Ciências Sociais</i> .....	91

4.2.1. Dados gerais do periódico .....	91
4.2.2. Tratamento do tema “democracia” .....	96
4.2.3. Elementos de democracia .....	105
4.2.4. Relações entre os elementos de democracia.....	108
4.2.5. Autores citados na discussão sobre democracia .....	108
4.3. <i>Lua Nova – Revista de Cultura e Política</i> .....	110
4.3.1. Dados gerais do periódico .....	110
4.3.2. O tratamento do tema “democracia” .....	116
4.3.3. Elementos de democracia .....	124
4.3.4. Relações entre os elementos de democracia.....	126
4.3.5. Autores citados na discussão sobre democracia .....	127
4.4. Dados gerais .....	129
4.4.1. Dados gerais dos periódicos .....	129
4.4.2. O tratamento do tema “democracia” .....	134
4.4.3. Elementos de democracia .....	145
4.4.4. Relações entre os elementos de democracia.....	147
4.4.5. Autores citados na discussão sobre democracia .....	149
4.5. Análise da construção do conceito de democracia .....	152
5. Conclusão .....	160
Bibliografia.....	164

## ***Relação de gráficos***

### **RBCS**

Gráfico 1 – Evolução do número de artigos publicados por ano na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Gráfico 2 – Porcentagem de artigos de autoras na *RBCS*, por ano, entre 1986 e 2005

Gráfico 3 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Gráfico 4 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *RBCS*, por ano, entre 1986 e 2005

Gráfico 5 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *RBCS*, por ano, entre 1986 e 2005

Gráfico 6 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *RBCS*, por região, entre 1986 e 2005

Gráfico 7 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *RBCS* que tratam sobre democracia, entre 1986 e 2005

Gráfico 8 – Relações entre os elementos de democracia nos artigos da *RBCS*, entre 1986 e 2005.

### **Dados**

Gráfico 9 – Evolução do número de artigos publicados por ano na *Dados*, entre 1985 e 2005

Gráfico 10 – Porcentagem de artigos de autoras na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 11 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Dados*, entre 1985 e 2005

Gráfico 12 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 13 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 14 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Dados*, por região, entre 1985 e 2005

Gráfico 15 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Dados* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005

Gráfico 16 – Relações entre os elementos de democracia nos artigos da *Dados*, entre 1985 e 2005

### **Lua Nova**

Gráfico 17 – Evolução do número de artigos publicados por ano na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Gráfico 18 – Porcentagem de artigos de autoras na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005

Gráfico 19 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Gráfico 20 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005

Gráfico 21 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005

Gráfico 22 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Lua Nova*, por região, entre 1987 e 2005

Gráfico 23 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1987 e 2005

Gráfico 24 – Relações entre os elementos de democracia nos artigos da *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

### **Dados gerais**

Gráfico 25 – Evolução do conjunto de artigos publicados por ano na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Gráfico 26 – Porcentagem de artigos de autoras na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 27 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Gráfico 28 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 29 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por ano, entre 1985 e 2005

Gráfico 30 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por região, entre 1985 e 2005

Gráfico 31 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, da *Dados* e da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005

Gráfico 32 – Relações entre os elementos de democracia nos artigos da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, da *Dados* e da *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

### ***Relação de tabelas***

#### **RBCS**

Tabela 1 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 2 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005, por região

Tabela 3 – Sócios da ANPOCS, por região, em 2006.

Tabela 4 – Composição da comissão editorial da *RBCS*, por instituição, entre 1986 e 2005

Tabela 5 – Número de ocorrências e frequência das instituições dos membros da comissão editorial da *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 6 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 7 – Região dos principais autores e número de instituições, na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 8 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 9 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005, por região, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 10 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *RBCS*, entre 1986 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 11 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 12 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *RBCS*, entre 1986 e 2005

Tabela 13 – Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *RBCS*, entre 1986 e 2005

### **Dados**

Tabela 14 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005, por região

Tabela 15 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005

Tabela 16 – Principais autores, número de ocorrências, frequência e vínculo institucional, na *Dados*, entre 1985 e 2005

Tabela 17 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 18 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Dados*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 19 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *Dados*, entre 1985 e 2005.

Tabela 20 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *Dados*, entre 1985 e 2005

Tabela 21 – Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *Dados*, entre 1985 e 2005

### **Lua Nova**

Tabela 22 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Tabela 23 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, por região

Tabela 24 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Tabela 25 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 26 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, por região, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 27 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 28 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Tabela 29 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

Tabela 30 – Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005

### **Dados gerais**

Tabela 31 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Tabela 32 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, por região

Tabela 33 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Tabela 34 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 35 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por região, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 36 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia

Tabela 37 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Tabela 38 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

Tabela 39 – Autores mais citados na discussão sobre democracia, instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005

### ***Relação de quadros***

Quadro 1 – Elementos de democracia a serem analisados nos artigos

Quadro 2 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *RBCS* que tratam sobre democracia, entre 1986 e 2005

Quadro 3 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Dados* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005

Quadro 4 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1987 e 2005

Quadro 5 – Concentração regional dos sócios da ANPOCS, das instituições com artigos publicados na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova* entre 1985 e 2005 e das instituições com artigos que tratam sobre democracia publicados na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova* entre 1985 e 2005

Quadro 6 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *RBCS*, da *Dados* e da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005

# 1. Introdução

Esta pesquisa se relaciona apenas a uma fração de um longo estudo que está em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa “Democracia e Democratização” – Demodê, no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. A pesquisa, chamada “A democracia no Brasil: discursos e representações”, consiste em analisar o estabelecimento da democracia no Brasil, a partir das suas representações no campo das ciências sociais, da mídia e da política<sup>1</sup>.

Na sub-área de pesquisa relacionada ao campo acadêmico, optou-se por observar as produções apresentadas na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (publicação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS), na *Dados – Revista de Ciências Sociais* (publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ) e na *Lua Nova – Revista de Cultura e Política* (publicação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC), devido à centralidade destes periódicos nas ciências sociais brasileiras.

A pesquisa se desenha, de maneira geral, como a análise dos artigos publicados por autores brasileiros nas três revistas citadas, desde 1985, com o retorno do poder político aos civis e o início do processo de democratização no Brasil, até 2005<sup>2</sup>. Busca-se apreender os sentidos dos discursos apresentados nos artigos publicados nestas revistas de grande circulação no campo acadêmico brasileiro, observando o que se entende sobre democracia entre pesquisadores do país. Com esta análise, é possível verificar quais são as noções de democracia divulgadas pelo campo acadêmico, que podem ultrapassar suas fronteiras e serem reproduzidas para a sociedade.

Além da análise para se desvendar a natureza das abordagens sobre democracia nos artigos publicados nestas três importantes revistas acadêmicas de ciências sociais,

---

<sup>1</sup> Agradeço ao grupo do Demodê, ao qual pertenço, responsável pela leitura e fichamento dos artigos, pelo ótimo e paciente trabalho em equipe: Cristina Monteiro de Queiroz, Fernanda Nunes Feitosa Barros e Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos (*Dados*); Caroline Soares Santos e Janaina Coutinho (*Lua Nova*); e Carlos Augusto Mello Machado, que dividiu o trabalho da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* comigo. Agradeço, especialmente, o professor Luis Felipe Miguel, mentor da pesquisa e orientador do grupo, pela oportunidade de trabalhar na pesquisa da qual resultou esta dissertação. Agradeço, ainda, as professoras Marilde Loyola de Menezes e Flávia Biroli, que também orientaram o grupo de pesquisa.

<sup>2</sup> Os artigos analisados cobrem o período 1985-2005 da seguinte maneira: *Dados* (1985-2005), *RBCS* (1986-2005), *Lua Nova* (1987-2005), visto que a *RBCS* foi lançada em 1986 e a *Lua Nova* adquiriu um perfil acadêmico somente após 1987.

busca-se realizar de um mapeamento dos autores e das instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Esta pesquisa não pretende verificar hipóteses, mas investigar questões determinadas. Seu principal objetivo é realizar um mapeamento do campo das ciências sociais brasileiras, através da sua produção sobre o tema “democracia”, em três revistas acadêmicas brasileiras específicas (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados – Revista de Ciências Sociais* e *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*) de 1985 a 2005, além dos dados gerais das revistas. A questão central desta pesquisa é: “o que o campo acadêmico brasileiro pronuncia sobre o conceito de democracia”?

Embora se tenha acesso a alguns estudos sobre o campo das ciências sociais no Brasil, a maior parte das análises realizadas foca-se na observação do estabelecimento das ciências sociais no país e em sua face institucional. É possível obter dados sobre os primeiros estudos de ciências sociais brasileiros (Pinto e Carneiro, 1955; Miceli, 1987), assim como aqueles referentes ao período denominado “institucionalização das ciências sociais no Brasil” (Oliveira, 1991; Figueiredo, 1988; Miceli, 1995), detendo-se a uma análise de dados gerais. No entanto, estas pesquisas não analisam o conteúdo dos trabalhos de ciências sociais no Brasil, focalizando a história do campo, descrevendo seu estabelecimento e, principalmente, apontando as influências teóricas gerais dos trabalhos.

Admitindo-se a importância destes estudos, é necessário, no entanto, realizar uma análise dos discursos que os cientistas sociais brasileiros emitem no seu campo de atuação. Esta pesquisa é útil não somente para verificar o estado do campo e a adoção de abordagens teóricas específicas para os próprios pesquisadores, mas principalmente para observar qual é o tipo de discurso emanado pelos pesquisadores das ciências sociais com aura de legitimidade para fora deste campo, que influencia a visão que a sociedade tem dela mesma.

Embora possa parecer que os estudos realizados nas ciências sociais, publicados em periódicos acadêmicos específicos, atinjam apenas os próprios pesquisadores e as pesquisas realizadas por estes, sua abordagem se reflete na sociedade – seu objeto de estudo, de maneira geral – como conhecimento legítimo, exato e preciso. Há diversas discussões sobre a objetividade nas ciências sociais, e admite-se no próprio campo que a “verdade”, em sua forma absoluta, não é atingível e que as expressões das pesquisas sociais são limitadas, mas mesmo assim o conhecimento confiável e sistemático das ciências sociais influencia a sociedade com um valor de verdade embutido. De maneira

geral, aquilo que é dito no campo acadêmico se traduz como “verdade” (em uma abordagem frouxa) para a sociedade como um todo.

Deste modo, é importante observar como a discussão sobre democracia se apresenta no campo acadêmico brasileiro após o retorno do poder político institucional aos civis, em 1985, e como se desenvolveu até a atualidade. Analisar qual é a abordagem sobre democracia divulgada (e defendida, mesmo que implicitamente) pelos cientistas sociais é importante porque seu discurso influencia o sentido de democracia que a sociedade busca implementar.

Além disso, é relevante determinar quais centros de pesquisa têm discurso dominante no campo e como estes discursos se relacionam entre abordagens teóricas, instituições de pesquisa, agências de financiamento e, inclusive, regiões geográficas do país. Todos estes aspectos se refletem na visão que a sociedade apresenta sobre a democracia e a recente experiência de democratização no Brasil.

Através deste estudo é possível apreender tendências em relação aos discursos, através da observação dos elementos das vertentes da teoria democrática e dos autores citados pelos pesquisadores, além das tendências da divisão do trabalho intelectual no Brasil, pela verificação dos vínculos dos pesquisadores com as universidades e centros de pesquisa.

## **1.1. Metodologia**

Para a realização desta pesquisa, são feitos: análise estatística, referente à produção das revistas e seus dados diretos gerais, além da análise dos dados coletados nos artigos; análise de discurso, para determinar as abordagens presentes dos artigos publicados; e pesquisa documental, para levantar informações sobre a formação do campo das ciências sociais brasileiro.

São considerados aspectos gerais dos periódicos: a evolução do número de artigos publicados, os autores e autoras brasileiros ou estabelecidos no Brasil que mais publicam nestas revistas, o gênero destes autores e as instituições a que pertencem os autores com artigos publicados. Esta análise oferece indícios sobre o campo acadêmico brasileiro, através do mapeamento de periódicos reconhecidamente importantes nas ciências sociais no país.

Em uma análise mais específica, são coletados os aspectos referentes ao tema “democracia” nas revistas selecionadas. Através da atenta leitura de todos os textos de autores brasileiros ou estrangeiros estabelecidos no campo acadêmico do Brasil publicados nos periódicos escolhidos, é observado o número de artigos que tratam sobre o tema “democracia” e sua evolução, a centralidade do conceito no texto e o tipo de abordagem realizada pelo autor. Os dados, coletados através de análise de discurso, são tratados através de *software* estatístico.

Diante de correntes de democracia específicas, foram estabelecidas categorias de acordo com as abordagens dos principais pensadores da teoria democrática. Deste modo, para a presente pesquisa foram eleitas dez categorias como elementos centrais das principais vertentes da democracia:

### **Quadro 1 – Elementos de democracia a serem analisados nos artigos**

<b>VERTENTE</b>	<b>ELEMENTOS DE DEMOCRACIA</b>
Liberal-pluralismo	Concorrência eleitoral, alternância no poder, multipartidarismo
	Pluralismo, dispersão dos recursos de poder
	Império da lei
	Direitos e liberdades individuais, igualdade diante da lei, exercício da cidadania
	Divisão dos poderes constitucionais, <i>checks and balances</i>
Participacionismo	Soberania popular, governo do povo, participação real de todos na deliberação
	Igualdade substantiva, igualdade material
Deliberacionismo	Deliberação, discussão pública, debate
Republicanismo cívico	Virtude cívica, busca do bem comum
Multiculturalismo	Respeito às minorias, diversidade cultural

Os elementos de democracia analisados nos artigos se relacionam com as vertentes das teorias democráticas, identificados como os principais elementos constituintes de cada vertente teórica. A análise dos artigos nos periódicos buscou identificar a presença destes elementos na argumentação utilizada, além de verificar a importância e o sentido aplicado na construção da idéia de democracia presente no texto.

Os dez elementos de democracia selecionados não esgotam todos os elementos de cada vertente da teoria da democracia, mas envolvem as principais características das correntes selecionadas pela sua centralidade no debate contemporâneo. É importante observar que não se busca “encaixar” os autores e as instituições de ensino e pesquisa

em categorias sólidas relativas às correntes democráticas. Embora seja possível atingir este tipo de resultado, caso algumas instituições e autores se identifiquem com características de apenas uma corrente, o objetivo da pesquisa é avaliar quais elementos realizam maior influência no campo acadêmico brasileiro e como eles se relacionam. Deste modo, é possível verificar se existe uma abordagem dominante e se as possíveis abordagens alternativas têm força diante destes elementos identificados.

Para isto, é realizada uma análise que busca agrupar os elementos de democracia, observando os que apresentam mais relações entre si. Assim, são desenhados alguns “perfis” para tentar explicar porque determinados elementos se relacionam e como eles se apresentam nos artigos dos periódicos *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados* e *Lua Nova*.

Também são analisados os principais autores citados na discussão sobre democracia nos artigos. Esta classificação de autores é explorada em função dos elementos de democracia aos quais se relacionam.

Por fim, é realizada uma análise da construção do conceito de democracia nos artigos que tratam especificamente sobre este tema, observando as estratégias argumentativas e os elementos e princípios de democracia citados como constituintes do conceito de democracia apresentado nos textos.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1. O conceito de “campo” de Pierre Bourdieu**

O conceito de “campo” utilizado nesta investigação tem referência no trabalho de Pierre Bourdieu. Este autor não apresenta um conceito de campo fechado e estável, mas uma referência que se constrói apenas em sua relação com outros dois conceitos, *habitus* e capital simbólico, em um entendimento triplo.

Em sua construção teórica, Bourdieu busca ultrapassar a dicotomia entre o individualismo metodológico e o estruturalismo: não é o sujeito quem define as relações sociais, e nem estas são ditadas pelas estruturas da sociedade. Há estruturas sociais na construção de Bourdieu, mas elas são mutáveis e sofrem influência da ação humana. Ao mesmo tempo, os homens não são nem agentes completamente submetidos às estruturas, nem totalmente independentes.

Para este autor, os campos são estruturas sociais que possuem regras e hierarquias específicas e submetem seus agentes à sua lógica. Todas as ações tomadas dentro de um campo são realizadas em função do seu *habitus* (formas de agir, pensar e sentir o mundo, coletivas, mas incorporadas ao sujeito). O *habitus*, assim, realiza a intermediação da posição (objetiva) e a tomada de posição (subjéctiva) do agente, através de critérios de classificação do mundo que, embora pareçam, não são naturais. Estruturado pelo campo, o *habitus* atua como uma espécie de “filtro” para o ingresso do agente no campo. E, para ser capaz de gerar efeitos, o agente deve possuir capital simbólico, que é uma forma de valor fundada no reconhecimento dentro do campo.

Além disso, é importante observar que os campos são autônomos e tendem a se fechar sobre si mesmos, ou seja, a influência de agentes que não são membros do campo tende a ser muito limitada e o acúmulo de capital simbólico pelos membros é importante para as ações serem consideradas no campo. No entanto, essa autonomia é relativa, sendo que diferentes campos exercem influência mútua e as ações realizadas em um campo podem se refletir fora dele, em outros campos. Assim, o campo é mais autônomo (e menos suscetível a influências externas) quanto mais fechado se apresenta. Na visão de Bourdieu, um exemplo de campo bastante autônomo é a matemática: seu *habitus* é bem determinado, assim como os critérios de inserção no campo; a

matemática sofre quase nenhuma influência dos demais campos da sociedade. No entanto, existem outros campos que, por sua natureza, se abrem episodicamente para os “profanos”, agentes que não pertencem a eles, como o campo político (que se abre aos profanos – o eleitorado – em cada momento eleitoral). O campo midiático também é um exemplo de baixa autonomia, visto que depende do contato com outros campos para o seu funcionamento. O campo das ciências sociais, por sua vez, tem a possibilidade de se tornar autônomo e ser insensível a influências dos demais campos, fechando-se sobre si mesmo e seu objeto de estudo, mas não se apresenta como tal; na verdade, as ciências sociais são bastante abertas a influências de outros campos, principalmente por seu objeto de estudo – a sociedade – ser difuso, complexo e alvo da curiosidade de diversos agentes sociais. Segundo Bourdieu, é necessário para as ciências sociais seu fechamento, a fim de se tornarem autônomas – uma posição muito controversa, porque pode ser entendida como um isolamento e a questão da objetividade científica em ciências sociais é muito discutida, visto que o pesquisador inevitavelmente faz parte do seu objeto de análise, o mundo social.

É importante perceber que, para Bourdieu, as relações entre os campos acadêmico, midiático e político são centrais, visto que eles possuem o mesmo objetivo de impor uma representação do mundo social (Fritsch, 2000: 22). Assim, o conhecimento produzido no campo das ciências sociais é divulgado pelo campo midiático, influenciando o campo político que, por sua vez, influi nesta mesma mídia, através de mecanismos diferenciados. Ao mesmo tempo, a mídia pode influenciar o campo das ciências sociais, no agendamento de questões sociais relevantes, assim como os agentes do campo político, através de financiamentos para pesquisa, por exemplo.

## **2.2. Teorias da democracia**

Atualmente, o modelo de governo considerado legítimo no Ocidente é denominado “democracia”. Em nome desta democracia, realizam-se diversas decisões políticas. No entanto, ao se tentar definir o conceito de democracia, perde-se em milhares de possibilidades teóricas e procedimentais. O que é, portanto, este conceito que legitima sistemas políticos e se apresenta como um valor nas sociedades ocidentais contemporâneas?

Democracia significa, em seu sentido etimológico, “governo do povo”. Entretanto, é preciso analisar mais profundamente não somente o sentido de governo, mas também de povo. Como é realizado o governo? O que abrange a esfera do governo? Quem faz parte do “povo”, que governa? Como ele atua? Quais são as condições para a sua participação? Tudo o que for decidido pelo povo deve ser obedecido? Como são atingidos aqueles que não participam (Held, 1996: 2-3)?

Das diversas respostas a estas perguntas derivam os vários modelos que interpretam a democracia. Dependendo do entendimento sobre questões específicas, foram definidas concepções totalmente diferentes de democracia, muitas vezes até mesmo contraditórias. Além disso, várias tradições influenciaram as vertentes democráticas, o que muda a natureza de cada abordagem.

O pensamento democrático tem como primeira referência a Atenas clássica, que apresentava uma democracia de instrumentos de decisão direta, com base na igualdade entre os cidadãos, o princípio da participação de todos na gestão da *polis*, a liberdade e o respeito à lei e à justiça, entre outros princípios políticos. Embora pareça um modelo muito distante, restrito a uma sociedade pequena, bem diferente das sociedades contemporâneas complexas, o ideal da democracia clássica ainda está presente na aura da democracia contemporânea, inclusive para a sua justificação (Miguel, 2005).

A tradição republicana renascentista também influencia bastante a visão atual de democracia. Sua principal característica é a consideração da participação política cidadã como essencial para a liberdade pessoal. A abordagem republicanista tradicional, cujo maior nome é Maquiavel, apresenta a idéia de um equilíbrio de poder entre “o povo”, a aristocracia e a monarquia em um governo de constituição mista, para que haja condições de todas as principais forças políticas participarem ativamente da vida pública. A defesa é por um governo da lei, com liberdades de discurso, expressão e associação (Held, 1996:55).

O liberalismo clássico, cujo autor central é John Locke, é uma referência crucial para a democracia, principalmente para os modelos realmente existentes, ou que são atualmente observáveis no Ocidente. O liberalismo influenciou a idéia de governo que preserva o auto-interesse e as escolhas individuais, prevenindo da dominação e criando instituições responsáveis (*accountable*). Seu objetivo era proteger a sociedade civil da interferência política absolutista, e se associa à idéia de indivíduos livres para perseguir suas próprias preferências religiosas, econômicas e políticas (Held, 1996: 74).

Já o republicanismo desenvolvimentista, segundo classificação de Held (1996), tem Jean-Jacques Rousseau como seu maior expoente. Em seus trabalhos, Rousseau critica a divisão Estado/sociedade civil, ou governo/povo, e afirma que a soberania se origina e se mantém com o povo, não podendo ser representada ou alienada. Neste momento, o autor apresenta seu conceito mais complexo, a “vontade geral”, que, segundo ele, emana do corpo de cidadãos e não pode jamais ser reduzida à agregação de vontades individuais.

De acordo com os princípios do republicanismo desenvolvimentista, os cidadãos devem viver em igualdade política e econômica para que possam se governar, a liberdade seja preservada e todos participem do processo de autodeterminação para o bem-comum, observando a “vontade geral” (Held, 1996: 61).

Embora se classifique a democracia de várias maneiras, esta pesquisa utilizou um modo prático de classificação, baseado nas abordagens mais recorrentes em discussões sobre democracia realizados nos ambientes acadêmico e político, o que não significa que a classificação aqui utilizada esgote as possibilidades de reorganizar as vertentes. Para melhor sistematização da pesquisa, foram definidas cinco correntes de democracia (Miguel, 2005):

A democracia liberal-pluralista (1) corresponde às visões mais descritivas dos regimes políticos do Ocidente, em que os princípios centrais para a democracia são a preservação da liberdade individual dos cidadãos, sistema eleitoral competitivo e multiplicidade de grupos de pressão em concorrência por influência política. Nesta corrente, o cidadão não governa diretamente, apenas atua em processos eleitorais para a formação do governo.

A democracia deliberativa (2) é possivelmente a mais influente corrente crítica à democracia liberal-pluralista (1). Sua origem se dá principalmente nos trabalhos de Jürgen Habermas e tem seu foco na argumentação pública e inclusiva, entre agentes em condições de igualdade, com o objetivo de realização de um acordo racionalmente motivado, livre de qualquer coerção. Ao contrário da visão da democracia liberal-pluralista (1), admite-se que as preferências dos agentes podem ser modificadas ao longo do debate.

O republicanismo cívico (3) busca revalorizar a ação na vida pública e o sentimento de comunidade. Inspirado parcialmente no pensamento de Hannah Arendt, algumas de suas vertentes rumam para o comunitarismo, que critica o individualismo

típico da tradição liberal (1). A participação na vida pública é entendida como um valor em si mesmo.

A democracia participativa (4) destaca a importância de ampliação dos espaços de tomada de decisão democrática na vida cotidiana no contexto de sociedade complexa. Afirma que é insuficiente a participação política eventual durante os períodos eleitorais e que a participação é o motor central para o seu próprio revigoramento, sendo um processo educativo.

O multiculturalismo (5) é a vertente mais fluida, que considera como principais as características dos diversos grupos sociais, irreduzíveis a uma identidade única. Sua visão de democracia combate fortemente a abordagem liberal (1), porque os grupos são considerados atores políticos legítimos, e não apenas os indivíduos.

Embora as fronteiras entre as vertentes não sejam muito sólidas, a elaboração de algumas delas não seja tão desenvolvida e alguns pontos não tenham sido totalmente explorados, esta divisão é útil para entender o debate atual sobre a democracia na sociedade contemporânea e a sua influência no pensamento acadêmico brasileiro.

### **2.2.1. A democracia liberal-pluralista**

O século XX se inicia com uma visão pessimista sobre a participação democrática. Autores como Max Weber marcam este pessimismo, que vê pouco espaço para a participação e o desenvolvimento individual ou coletivo.

Sob a influência dos princípios dos escritos federalistas e dos utilitaristas, o conceito restritivo do “elitismo competitivo” encara o papel do povo no processo democrático como a escolha dos tomadores de decisão, cortando seus excessos e impedindo abuso de poder.

O mundo racionalizado típico do contexto liberal é interpretado por Weber como um lugar em que a crescente burocracia, entendida como todas as formas de organização em larga escala, não é responsiva, mas pode ter seu poder limitado. Essa limitação é realizada através de mecanismos balanceadores, como um Parlamento com líderes fortes e um sistema de partidos políticos competitivos (Held, 1996: 161).

Weber vê a democracia como um sistema de mercado, um mecanismo institucional para eliminar os fracos e estabelecer os competentes na busca por poder. A ênfase no sistema representativo se deve mais pelo surgimento de líderes do que pelos

valores democráticos. Admitindo que a massa de cidadãos é voluntariamente passiva, sua preocupação é garantir um equilíbrio entre a autoridade política e a *accountability*, sem oferecer muita abertura ao *demos*. (Held, 1996: 173)

Schumpeter, influenciado pelo pensamento de Weber, afirma realizar um modelo “realista” da democracia. No entanto, assim como o modelo weberiano, apresenta dimensões normativas.

Escrevendo em um momento de dicotomia, entre a democracia ocidental, marcada por eleições periódicas, e regimes totalitários, marcados pela pretensa participação através da mobilização de massas, Schumpeter afirma que a participação política não é necessariamente ligada à democracia. Ele busca reconstituir a democracia, pois em seu entendimento as doutrinas clássicas não são mais suficientes para explicar o contexto da sua época. Schumpeter entendia por doutrinas clássicas da democracia o pensamento político que considerava a busca pelo bem comum e a idéia de virtude cívica elementos democráticos, e combinou várias abordagens no conceito de “doutrinas clássicas”, principalmente idéias rousseauianas. O autor recebeu diversas críticas em relação a esta classificação, pois não é possível determinar quais são as “doutrinas clássicas da democracia”. No modelo schumpeteriano são somados princípios de democracia a premissas da teoria das elites (corrente de pensamento que buscava negar a possibilidade de efetivação da democracia, cujos principais expoentes são Mosca, Pareto e Michels). Deste modo, Schumpeter faz uma “especificação” do termo democracia: o seu conceito, diferente do que significava “democracia clássica”, consistia em uma “democracia concorrencial”.

A explicação schumpeteriana busca demonstrar que a democracia existe apenas como valor moral, e teve o papel de substituir a religião como valor central após o Iluminismo. Na democracia clássica, os princípios eram mais importantes do que o método, e o povo era encarado de modo metafísico. Na democracia representativa clássica, os cidadãos eram tratados como totalmente racionais e, portanto, elegeriam governantes virtuosos que zelariam pelo bem comum. Para Schumpeter, os teóricos modernos seriam todos iguais, devido à crença generalizada no bem comum. Em suas verificações, ele diria que os indivíduos não são totalmente racionais na vida pública, só importam as elites e não existe bem comum (Schumpeter, 1961: 305-12).

Os principais problemas da doutrina clássica da democracia, segundo Schumpeter, residem na visão estática de política, que ele julga ser circunstancial; na crença da existência de razão objetiva, que segundo ele não há, pois cada indivíduo tem

uma concepção diferente de bem comum, o que causa uma fragmentação de entendimentos; e na errônea consideração de vontade geral, que Schumpeter diferencia de vontade de maiorias, que podem ser consultadas e virar ideologia nacional. Para este autor, a democracia se resume na confiança que os cidadãos depositam no governo, visto que há muitas pessoas envolvidas no processo democrático (por causa do sufrágio universal). O máximo que o povo pode fazer é delegar poder aos representantes e confiar no governo eleito. Em sua visão, como princípio justificador da democracia substitui-se a busca pelo bem comum característica dos autores clássicos pela confiança no governo. (Schumpeter, 1961: 305-12).

O apoio das maiorias, no entanto, não garante a melhor opção de governo. O pior pode ser escolhido, pois Schumpeter parte da premissa que o grau de irracionalidade das massas é muito grande (o que não descaracteriza a classificação do método como democrático). O pensamento schumpeteriano é bastante influenciado por autores que afirmam que as massas são irracionais, como Gustave Le Bon. Para este autor, as coletividades levam à queda de racionalidade e à ação por impulsos. Isto ocorreria por causa da “situação de multidão”. A racionalidade derivaria do hábito cotidiano de tratar questões privadas, mas não teria espaço para aparecer em situações de multidão físicas ou psicológicas.

Para Schumpeter, as massas são incapazes de decidir, compreender e calcular as conseqüências das decisões políticas, por causa da sua distância em relação ao sistema político. As massas não apresentariam os pré-requisitos para produzir efeitos políticos, que são o interesse nas questões políticas, o controle sobre elas e a capacidade de intervenção. Isso ocorreria porque as massas não decodificam a realidade política e, portanto, além de ter baixo senso de responsabilidade, não desenvolvem interesse pelas questões políticas. É importante observar que, para Schumpeter, este fato independe de classes sociais ou capacidades cognitivas, porque o baixo senso de realidade deriva da organização do sistema, que é distante das massas (Schumpeter, 1961: 312-22).

A ausência de clareza das massas facilita a manipulação (principalmente pela mídia), porque o cidadão, mesmo que seja racional em sua vida privada, na esfera pública age irracionalmente. Através da publicidade, é possível forjar uma “vontade do povo”, produzida durante o processo político e que não é a força que move este processo.

O modelo de democracia que Schumpeter propõe consiste em uma “democracia concorrencial”, significando que o processo democrático corresponderia à competição

pela liderança. Este princípio se diferencia do princípio de igualdade, caracterizando-se como um método.

Admitindo que tanto a economia quanto a política são regidas pelo método competitivo, e que a liderança, na prática, significa “apoio popular” (critério quantitativo), uma forma de garanti-lo é a eleição (mecanismo tipicamente aristocrático).

Os critérios da democracia concorrencial schumpeteriana são a liderança, a quem cabe toda a iniciativa no processo político (é a força motriz); a sistematização de interesses genuínos de grupos, que devem ser expandidos para a maioria; e a capacidade de produzir efeitos políticos, privilégio da liderança. Deste modo, os cidadãos apenas indicam quem é o mais capaz, normalmente por critérios irracionais, e a eles cabe apenas instalar e retirar o governo, em períodos eleitorais, porque não têm capacidade de compreender o processo durante os mandatos (Schumpeter, 1961: 323-66).

No modelo schumpeteriano, o povo não é o decisor. Para Schumpeter, os temas que regem as eleições são dados ao eleitor, circunstanciais (assim, portanto, não são o “bem comum”) e apenas aceitos ou rejeitados. As coletividades não possuem uma identidade própria, mas são reativas. Por isso, é importante o papel dos formadores de opinião, ou seja, as lideranças (Schumpeter, 1961: 323-66).

A principal característica do pensamento de Schumpeter é a divisão entre finalidades e atividades. As finalidades, ideais, são os princípios morais. Schumpeter afirma que seu objetivo é fazer um modelo realista da democracia, ou seja, ele não se prende a esses ideais que regem a democracia clássica. Ele focaliza as atividades, reais, ou os fins e resultados do modelo. Assim, mesmo que o ideal da política seja legislar e administrar para o bem comum, como afirmam os clássicos, os fins reais da política se relacionam à busca pelo poder. Os princípios, para este autor, apenas servem para justificar os fins reais.

Existem muitos problemas explícitos e latentes nas formulações de Schumpeter. O mais importante é perceber que ele não criou um modelo de democracia, apenas organizou alguns instrumentos que já estavam em uso no Ocidente e afirmou que este conjunto era o único tipo de “democracia possível”. Além disso, não existe uma “teoria democrática clássica” para ser criticada, como faz Schumpeter; há vários autores considerados clássicos com concepções distintas sobre democracia. Pateman (1992: 28-9) afirma, sobre este ponto, que a visão de “uma teoria clássica da democracia” é um mito.

A subvertente pluralista é influenciada principalmente pelos trabalhos de Robert Dahl, que busca analisar as interconexões entre a competição eleitoral e as atividades dos grupos sociais organizados. Há uma clara influência do pensamento de Schumpeter, concordando com a visão da democracia como um meio de seleção de líderes políticos. Apresentam uma grande influência de Weber, considerando que há muitos centros de poder na sociedade, e não concordam com a idéia de uma centralização de grupos fixos de elite e da sua inevitável competição. Outra influência sobre os pluralistas são os escritos federalistas, principalmente dos artigos de Madison, sobre o problema das facções políticas (Held, 1996: 199).

O foco dos pluralistas é a atividade dos indivíduos juntando forças em grupos para competir em favor de seus interesses. As facções são resultado da livre associação em um ambiente de interesses fragmentados por um sistema industrial complexo e a criação de múltiplas demandas. O papel do governo, deste modo, é garantir a liberdade de associação e ação das facções, que são fonte de estabilidade e expressão central da democracia. Assim, do mesmo modo que os indivíduos maximizam interesses pessoais no mercado, eles maximizam interesses comuns na política (o que reflete uma forte influência utilitarista nas concepções pluralistas) (Held, 1996: 201).

O objetivo dos pluralistas é serem realistas, e acabam utilizando como referência a distribuição de poder no Ocidente. Para eles, o poder é estabelecido competitivamente, e é parte do processo infinito de barganha entre grupos representantes de diversos interesses. Os grupos são estruturados de acordo com clivagens econômicas e culturais e as forças sociais tendem a reformulá-los. Neste contexto, embora as eleições e o sistema partidário sejam importantes, não conseguem garantir a estabilidade da democracia. O que a garante é a desagregação do poder, porque, se este é dividido entre muitos grupos com diversos interesses, há um equilíbrio na competição. Para os pluralistas, não há governo majoritário, por causa do crescente número de minorias que são consideradas pelos líderes políticos. A tirania, deste modo, é improvável, porque as eleições expressam as diferenças entre os vários grupos (Held, 1996: 202-6).

O modelo de Dahl é a poliarquia, um modelo que tem a democracia como ideal (mas que admite que ela não será plenamente alcançada) e pressupõe uma sociedade com múltiplos centros de poder. Suas premissas principais são a liberdade como valor a ser protegido, indivíduos racionais e autônomos e a limitação de abusos de poder do Estado, que apontam a influência liberal. A inovação da poliarquia em relação à tradição liberal é considerar os grupos como atores políticos, considerando que o

indivíduo agregado ao grupo é mais forte na ação política. Além disso, ela sanaria os abusos de poder, tanto da tirania da maioria quanto da tirania estatal.

Admitindo a democracia como um ideal inatingível e considerando que máxima inclusão se dará somente na poliarquia, Dahl afirma que esta é um consenso sobre as normas. Nessas normas, assume-se que (1) todos votam, (2) cada homem ou mulher equivale a um voto, (3) a maioria vence, (4) todos podem se candidatar, (5) todos têm acesso a informações perfeitas e idênticas, (6) quem vence é empossado, (7) obedecido e (8) deve cumprir o programa de governo, sendo que novas decisões não revogam decisões prévias (Dahl, 1989: 84-5).

Mediante o consenso sobre as normas que sustentam a poliarquia, a ação política é garantida, através da coalizão de minorias. O conflito, em um contexto poliárquico, se dá em relação às metas, e não sobre as regras do sistema.

Dahl admite que a democracia, como conceito da teoria política, implica em *accountability* e a proximidade entre representantes e representados. Para que essa responsividade do governo seja mantida, Dahl sistematiza três critérios para a igualdade formal entre os indivíduos: a oportunidade plena de formular preferências, de expressá-las e de se fazer ouvir pelo governo. Sem essas condições, que são a base da democracia, garantindo as oportunidades fundamentais para a igualdade, o cidadão não pode exercer o seu poder (Dahl, 1997, 25-6).

Os critérios de garantia da democracia, que permitem a execução dos critérios de igualdade formal entre os indivíduos, são, segundo Dahl (1997: 27): a livre associação; a liberdade de expressão; o direito de voto; o direito de ser eleita ou eleito; o direito de buscar apoio e votos; fontes alternativas de informação; eleições livres e legítimas; e instituições fortes que garantam mandatos e eleições subseqüentes.

A democracia teórica, para Dahl, apresenta duas dimensões: a competição, garantida pelo sistema, e a participação, de iniciativa dos cidadãos. O vínculo entre estas dimensões é o voto, considerado o legitimador da competição como uma forma de participação. O problema desta afirmação é a redução da questão democrática a critérios quantitativos, além da típica uniformização de preferências e da capacidade de formulá-las deste mecanismo. Assim, Dahl observa que a participação, em uma democracia, deve ser garantida pela capacidade de questionamento, ou seja, pela liberdade de contestação pública. A participação política, portanto, deve ser exercida através da delegação (na eleição), da administração (no mandato) e da contestação pública (tanto na eleição quanto no mandato) (Dahl, 1997: 28-9).

O mais importante para o modelo poliárquico é a visão do grupo como ator político, com os indivíduos sendo sua força motriz, em um contexto de tolerância. A poliarquia seria resultado dos processos de democratização, que combinam inclusividade (direito de participar em eleições e em cargos públicos) e liberalização (direito de contestação pública).

Sob influência da democracia liberal e do pensamento de Dahl, o pluralismo se constituiu sobre as seguintes premissas: a existência de múltiplos centros de poder e de interesses fragmentados e diversos; a propensão de um grupo equilibrar o poder do outro; um consenso “transcendente” que unifica Estado e sociedade; e um Estado que age como árbitro entre as facções.

Entre suas características gerais, é possível apontar os direitos do cidadão (incluindo uma pessoa – um voto), a liberdade de expressão e associação, um sistema de pesos e contrapesos (*checks and balances*) entre o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a burocracia administrativa e um sistema eleitoral competitivo com pelo menos dois partidos (Held, 1996: 217-8).

O maior problema da concepção pluralista é que ela não explica desequilíbrios na distribuição de poder, influência e recursos. Não observa que muitos grupos não possuem os recursos para competir na arena pública, organizar *lobby* ou até para efetuar uma mobilização política mínima. Além disso, deixam de examinar a justificação, as características e as condições do modelo de democracia competitiva, que tendem a admitir como o único tipo de democracia. Assim, deixam de explicar para partir a uma teoria normativa da democracia (liberal), restrita ao Ocidente (Held, 1996: 208-12).

Um grande desafio para as concepções pluralistas da democracia é a apatia política. Em um sistema baseado na associação de indivíduos em torno de interesses comuns para a competição na arena pública, como explicar seu funcionamento frente a um quadro de apatia política?

Alguns autores buscam explicar a apatia política com uma saída muito problemática. Segundo eles, a apatia pode ser interpretada como um fenômeno natural, porque as pessoas podem decidir participar ou não. Além disso, é encarada como funcional para manter a continuidade estável do sistema político, evitando conflito social e fanatismo. Almond e Verba afirmam que a apatia pode significar a confiança depositada nos governantes. Lipset também defende que a apatia pode até refletir a “saúde” da democracia (Held, 1996: 204). No entanto, suas explicações dificultam o entendimento do que é democracia: como é possível ser um sistema democrático ao

mesmo tempo em que a maior parte dos cidadãos não faz parte do “governo do povo”, e isto significa algo positivo para o sistema político?

Ramos utiliza o conceito de alheamento decisório eleitoral, que envolve as dimensões da apatia, da alienação, da satisfação e do protesto, e significa “*a esfera manifestada materialmente em uma eleição na qual indivíduos simplesmente não escolhem um representante político para efetivar o exercício do poder*” (2001: 12). Para a autora, o alheamento decisório eleitoral expressa: as desigualdades reais, em relação à estrutura social, às mentalidades e às capacidades cognitivas, que não são ultrapassadas pela igualdade formal; a distância entre o ideal de democracia e a democracia prática; a divergência entre os teóricos da democracia liberal-pluralista dos teóricos que priorizam a ampla participação política; e a expressão de uma legitimidade restrita à dinâmica institucional, funcional ao sistema. A legitimidade, portanto, residiria nas eleições, elemento protagonista da democracia liberal. A participação seria somente um elemento coadjuvante no processo democrático.

A corrente liberal-pluralista se apóia na premissa de que todas as liberdades que cabem aos indivíduos são garantidas por meio da lei. Em toda a sua lógica, é essencial supor que os cidadãos são governados através de regras essenciais e todos os indivíduos devem segui-las. A centralidade do constitucionalismo surge sob influência dos autores contratualistas modernos, que compreendem a lei como um mecanismo que visa garantir os direitos dos indivíduos, protegendo-os do tratamento arbitrário e da igualdade potencialmente violenta anterior ao estabelecimento da sociedade civil, no estado de natureza.

O problema de se supor que a lei impera sobre cidadãos livres e iguais é a própria afirmação desta igualdade e liberdade a serem protegidas, pois, em um ambiente desigual pretensamente igualitário, a lei agiria como um elemento conservador desta desigualdade (Miguel, 2005). A vertente liberal-pluralista se desprende tanto do mundo real que não percebe as barreiras que impedem que muitos cidadãos exerçam seus direitos na liberdade e na igualdade. Admitindo-se que o “cidadão livre e igual” cujos direitos devem ser protegidos é, na maior parte das vezes, homem, adulto, branco e proprietário, é possível observar que existem várias distorções nas condições gerais de vigência desta realidade. Afinal, garantir os direitos democráticos para somente um estrato tão específico da sociedade não corresponde à soberania popular.

Outro grande problema das premissas da corrente liberal-pluralista é visão da democracia como um mecanismo de agregação de preferências individuais pré-

estabelecidas, o que reduz o processo democrático a um simples método. A construção das preferências coletivas, tão destacada pelos teóricos deliberacionistas, é deixada de lado, esvaziando a política e colocando a esfera pública como secundária à esfera privada.

### **2.2.2. A democracia deliberativa**

A democracia deliberativa é uma vertente alternativa à corrente liberal-pluralista, desenvolvida com base na teoria de Jürgen Habermas, principalmente. Esta vertente propõe um processo de tomada de decisão sustentado pela deliberação de indivíduos racionais em amplos fóruns de debate, e sua característica mais importante é que ela não significa uma agregação de preferências individuais fixas, como considera a democracia liberal-pluralista. Para os deliberacionistas, a discussão é compreendida como um processo de comunicação em espaços públicos no qual a vontade dos cidadãos é constituída.

O conceito de esfera pública habermasiano significa um espaço para a interação entre os indivíduos diferenciado do Estado, em que se podem debater decisões tomadas pela autoridade política, o conteúdo moral das diferentes relações sociais e, além disso, apresentar demandas em relação ao Estado. A interação face-a-face no espaço público pressupõe o uso público da razão, que se diferencia da concepção liberal de preferências baseadas em interesses particularistas, com as quais se busca poder para dominar os outros indivíduos. Ela envolve, ao contrário, uma noção conjunta de participação política e argumentação pública (Avritzer, 2000).

A democracia deliberativa encara o processo de tomada de decisão de maneira totalmente diferente da corrente liberal-pluralista. As preferências dos indivíduos, segundo os deliberacionistas, não são pré-estabelecidas, mas estão em contínua (re)construção por meio do processo argumentativo. O processo de formação das preferências, não se resumindo a ocasionais momentos de eleição, é baseado na participação política, elemento clássico da democracia reinterpretado pelos liberais como não-essencial (e, algumas vezes, até mesmo como indesejável). Devido à participação política para a deliberação, há a ênfase na autonomia dos indivíduos na decisão dos interesses coletivos.

A deliberação argumentativa é realizada na esfera pública, onde estão em contato diversas concepções morais e identidades culturais. É gerada uma rede de procedimentos comunicativos que se aproxima à realização do princípio da discussão entre indivíduos iguais fazendo uso de suas razões. O princípio da situação de fala ideal supõe uma discussão livre em que toda contribuição pertinente pode ser apresentada e apenas argumentos racionais são considerados, em um contexto livre de repressão ou desigualdade, cujos participantes buscam atingir o consenso (Avritzer, 2000).

Os teóricos da democracia deliberativa têm o objetivo de operacionalizar o ideal da soberania popular, através da deliberação de todos. De acordo com Faria:

“sem abrir mão dos procedimentos próprios da organização do poder dessas sociedades [complexas] – regra da maioria, eleições periódicas e divisão de poderes – a teoria democrática deliberativa afirma que o processo de decisão do governo tem de ser sustentado por meio da deliberação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. Esta deliberação não resulta de um processo agregativo das preferências fixas e individuais mas de um processo de comunicação, em espaços públicos, que antecede e auxilia a própria formação da vontade dos cidadãos” (Faria, 2000: 47-48).

Deste modo, os deliberacionistas buscam compatibilizar o ideal da participação com os problemas da sociedade moderna devido à complexidade e ao pluralismo. Segundo esta corrente, a razão prática seria a base do procedimento democrático, visto que o voto seria insuficiente para legitimar a democracia (Faria, 2000). Assim, não seria suficientemente legítimo dizer que a minoria tem menos votos. Neste caso, é necessário chegar a uma posição racional no debate político que a satisfaça. A deliberação democrática, para Habermas, envolve “uma soberania popular procedimentalizada e um sistema político ligados a redes periféricas de uma esfera pública política” (Avritzer, 2000: 40).

O modelo habermasiano conta com uma relação centro-periferia, em que a formação da vontade democrática se constitui em espaços institucionais (como na administração pública, no judiciário, no parlamento, nas eleições, nos partidos políticos, etc), ou seja, no núcleo do sistema político, e a opinião pública informal se constitui em espaços extra-institucionais, ou seja, na esfera pública, através de associações formadoras de opinião que exercem influência pública. A possibilidade de um governo

legítimo se daria entre essas duas esferas. Seu objetivo é justificar e fundamentar as decisões tomadas na esfera do sistema político-administrativo (centro) no âmbito da sociedade, através de uma esfera pública vitalizada. A legitimidade do sistema derivaria, portanto, de um tipo de racionalidade alternativa à racionalidade instrumental e estratégica típica da democracia liberal-pluralista, considerando um processo de tomada de decisão que vai além do voto (Faria, 2000).

Alguns teóricos, influenciados por Habermas, buscaram sistematizar a implementação dos princípios deliberativos, como Joshua Cohen e James Bohman. O objetivo destes autores é transformar o processo de discussão argumentativa em deliberação institucional, transformando a influência fictícia da opinião pública informal em influência real. Partindo da visão de um contexto de sociedade complexa, fundamentada no pluralismo de interesses, valores e concepções morais, seus trabalhos buscam sistematizar formas de socialização de informação e de experimentação que acomodem as diferenças dos indivíduos em arranjos administrativos. Bohman, ao lado de Habermas, admite que este processo deve ocorrer fora do aparato estatal, em um espaço flexível (embora focalize a interação pública/diálogo e não a argumentação/discurso, como faz Habermas). Já Cohen afirma que estes espaços devem ser capazes de vincular os atores, para que os resultados da deliberação possam gerar instituições que acomodem o pluralismo característico das sociedades democráticas (Avritzer, 2000). O objetivo da sua “poliarquia diretamente deliberativa” é institucionalizar soluções de problemas diretamente pelos cidadãos, viabilizando formas de participação que realizam a “democracia radical” e enfatizando a influência autônoma produzida na esfera pública (Faria, 2000).

Há muitas críticas a se fazer em relação à construção teórica dos deliberacionistas. Embora eles apontem de maneira exata grandes problemas da democracia liberal-pluralista (como a insuficiência dos seus procedimentos, a não-observância das questões culturais, a compreensão da ação humana através de uma razão instrumental-estratégica e a falta de legitimidade das estruturas administrativas dos sistemas políticos contemporâneos), não são capazes de produzir arranjos institucionais baseados na deliberação argumentativa. Como se observa através dos conceitos de Habermas, o consenso atingido na esfera pública não faz mais do que “influenciar” informalmente o núcleo do sistema político (Avritzer, 2000).

A dimensão ideal do pensamento deliberacionista também sofre constrangimentos espaciais e temporais das sociedades contemporâneas, pois o seu modelo de deliberação face-a-face é praticamente impossível de se implementar em sociedades imensas. Ao mesmo tempo, em um contexto pluralista haveria muitas dificuldades para a deliberação, poucas questões seriam de fato submetidas ao controle público (*accountability*) e os fóruns de deliberação seriam de difícil implementação, pois não existe espaço para estes tipos de mecanismos no arranjo liberal-pluralista (Faria, 2000).

O elevado grau de abstração habermasiano também esbarra no essencial princípio de igualdade entre os participantes da discussão para a deliberação argumentativa, visto que o acesso a esta participação é determinado pela posse de competências específicas que são distribuídas desigualmente. Assim, não é possível chegar à situação de fala ideal. Esta construção teórica é irrealista, porque exclui da deliberação características sociais impossíveis de se retirar em um processo social, como o reconhecimento social e o acesso a recursos econômicos, anteriores à deliberação. A discussão face-a-face, ignorando a realidade representativa das sociedades contemporâneas, também impede a desconsideração das características peculiares dos indivíduos (como etnia, gênero ou classe social, por exemplo), o que deveria acontecer na deliberação ideal. A necessidade de desprendimento dos interesses individuais, de acordo com a ação baseada em uma racionalidade pura, para a caracterização da situação de fala ideal, também é irrealista. Além disso, a ênfase na obtenção do consenso desconsidera a possibilidade de não se conseguir compatibilizar valores totalmente divergentes (Miguel, 2000: 86).

Este grau de generalização próprio da vertente deliberacionista esconde o potencial conservador dos resultados do seu processo. Sem considerar que diferentes indivíduos e grupos sociais possuem características e condições distintas, os deliberacionistas ignoram que o igual acesso à deliberação pública pode resultar em decisões essencialmente marcadas pela desigualdade. Se indivíduos e grupos de diferentes condições econômicas e reconhecimento social, provenientes de distintas posições sociais e com capacidades diferenciadas de manejar as ferramentas argumentativas usufruírem uma mesma possibilidade de participar na deliberação pública, o resultado das ações destes atores sociais será assimétrico, principalmente porque não há garantia de que o princípio da busca pelo interesse coletivo sem

influência de interesses pessoais seja seguido. Ainda mais: o discurso universalizante pode ainda mascarar o privilégio de determinados grupos em detrimento de outros, derivado de uma ação auto-interessada (ainda que não prevista na teoria). Isto pode ocorrer porque, entre um modelo de entendimento mútuo e um modelo de ação estratégica, em um contexto de instituições liberais (que Habermas e os demais deliberacionistas não contemplam), o primeiro se apresenta como “ingênuo”.

Ao lado de todas essas críticas, ainda é possível apresentar mais uma: a instrumentalização da política. Enquanto na corrente liberal-pluralista a política (também a democracia) é um instrumento para garantir a perseguição de metas individuais, na vertente deliberativa a política é apenas uma ferramenta para se alcançar o consenso, como se explicará no sub-item seguinte.

### **2.2.3. O republicanismo cívico**

O republicanismo cívico também crescentemente se apresenta como uma alternativa à vertente liberal-pluralista de democracia, através da visão da política como um fim em si mesma. Sua maior crítica ao pensamento liberal é a instrumentalidade da política, vista apenas como uma ferramenta para se alcançar metas individuais. O republicanismo cívico também se opõe à visão de política dos teóricos da democracia deliberativa, que a consideram um instrumento para se chegar ao consenso.

As principais características do republicanismo cívico são o exercício da liberdade e do autogoverno, aliado à cidadania ativa. O conceito de cidadão ativo remete à Atenas clássica, na qual os cidadãos se envolviam diretamente com os negócios públicos. Os republicanistas são muito críticos à realidade das sociedades contemporâneas, afirmando que o conceito de cidadania atual é muito limitado, porque se fosse considerada a participação nos negócios públicos, quase ninguém seria cidadão (Held, 1996: 37).

A volta do ideal clássico de cidadania ativa se dá com a tradição republicana renascentista, que buscava se libertar da visão de política medieval, necessariamente ligada à cristandade. A idéia do *homo credens*, guiado pela fé, enfraquecia a idéia do *homo politicus*, guiado pelo julgamento, porque a visão de mundo cristã colocava a

política em um contexto teológico. Assim, os renascentistas diferenciavam o homem da Grécia, que vivia na cidade junto com os outros homens buscando o bem comum, do cristão, que deveria ser submisso a Deus. Santo Agostinho afirma que a história da Igreja é a marcha de Deus no mundo e que o verdadeiro cristão não se preocupa com os problemas de sua vida “temporal”, o que expressa o pensamento da Europa medieval. A primeira antecipação da idéia de “governo constitucional” foi realizada por São Tomás de Aquino. Segundo ele, o governante não poderia violar repetidamente a lei natural (embora a autoridade máxima julgadora continuasse a ser a Igreja) (Held, 1996: 37-40).

O ressurgimento do republicanismo, aliado à visão de cidadania ativa, se inicia com o desenvolvimento de uma rede de reinos, principados e ducados de grandes cidades, com uma visão que ia além da agricultura e da cristandade. Estas cidades se caracterizavam como novos centros de poder, e sobreviviam principalmente do comércio e da produção de manufaturados. As mais conhecidas eram Florença, Veneza e Siena.

A revalorização dos ideais clássicos republicanos começa a acontecer a partir do final do século XI, com os conselhos das cidades italianas. Neste momento, eram cidadãos homens natos ou residentes contínuos, cuja propriedade era taxada. Não havia muita inovação nesta idéia, mas ela era importante para se contrapor à tradição do “governo de Deus”. A inspiração para estes princípios era clássica, mas as cidades eram bastante desordenadas, sempre marcadas por revoltas e disputas, o que acabou causando sua destruição. Apenas Florença sobreviveu até o século XVIII, e as outras cidades retornaram aos sistemas de poder hereditário. É importante ressaltar que as cidades italianas não eram democracias, embora favorecessem a idéia de autogoverno. Elas são relevantes para assinalar a primeira ocasião pós-clássica de consideração dos princípios de autodeterminação e soberania popular (Held, 1996: 40).

A característica principal do republicanismo renascentista é a visão de que a liberdade da comunidade política reside na sua *accountability* com nenhuma outra autoridade que não seja si mesma. Deste modo, a base da liberdade é o autogoverno, com o direito de participação dos cidadãos. O ideal que rege este conjunto de idéias é a liberdade cívica de um povo independente, com a autoridade soberana da comunidade. Os governantes são encarados como meros oficiais eleitos. Neste contexto, o importante era garantir a liberdade cidadã, ao protegê-la do poder arbitrário tirânico, assegurando o direito dos cidadãos tratarem dos seus assuntos comuns, através da participação no

governo. Assim, o patriotismo e o espírito público eram vistos como grandes virtudes (Held, 1996).

Segundo Quentin Skinner e David Held (Held, 1996: 44-5), há uma divisão entre o republicanismo: o republicanismo cívico humanista (desenvolvimentista) e o republicanismo clássico (protetor). O primeiro se baseia nos valores gregos, enquanto o último se refere aos valores romanos. Segundo estes autores, o republicanismo cívico valoriza a participação política como um valor intrínseco para o desenvolvimento humano dos cidadãos, e influencia os trabalhos de Marsílio de Pádua e Rousseau que, por sua vez, é referência indireta para Marx e Engels. Já os republicanistas clássicos são influenciados pelos valores romanos e consideram a participação política um instrumento para a proteção dos objetivos dos cidadãos (como, por exemplo, a liberdade individual). De acordo com a perspectiva de Held, os ideais republicanistas clássicos são apresentados em trabalhos de Maquiavel, que influenciou indiretamente o pensamento de Montesquieu e, este, de Madison.

Marsílio de Pádua era contrário à autoridade da Igreja, e afirmava que os legisladores legítimos eram apontados pelo povo, atuando como delegados. Maquiavel também desconsiderava a influência divina, afirmando que o ordenamento do mundo é realizado pela política. Em suas premissas, a lei poderia organizar os cidadãos, através de um governo misto (monarquia, aristocracia e democracia), compensando os defeitos de cada uma das formas constitucionais. (Held, 1996: 46-55).

Embora os republicanistas renascentistas não fossem democratas, seu pensamento é importantíssimo para a teoria da democracia, porque apresentam seus germes, como os elementos essenciais para proteger os governados do poder arbitrário dos governantes e de si mesmos e a visão da participação política como mais do que a participação dos nobres nos negócios públicos, incluindo os artesãos e pequenos comerciantes como cidadãos.

O republicanismo clássico se justifica a partir da idéia de que os cidadãos necessitam da participação, como condição essencial da liberdade pessoal, porque se não se governarem serão dominados por outrem. Suas principais premissas são: o equilíbrio de poder entre o “povo”, a aristocracia e a monarquia, através de uma constituição mista, para que todas as principais forças políticas atuem ativamente na vida pública; grupos sociais competindo na promoção de seus interesses; realização da participação cidadã através de diversos mecanismos, inclusive a representação em

conselhos; garantia das liberdades de discurso, expressão e associação; e governo da lei (Held, 1996: 55).

Embora também republicanistas e influenciados pela noção de participação cidadã, os republicanistas cívicos apresentam princípios diferentes dos republicanistas clássicos. A justificação das suas propostas se dá com a premissa de que os cidadãos precisam viver em igualdade política e econômica para que ninguém possa governar o outro e todos possam usufruir a igual liberdade no desenvolvimento da autodeterminação, visando o bem comum (Held, 1996: 61).

A principal referência republicanista cívica é Rousseau, para o qual o estado de natureza era um estado de isolamento em uma diversidade de circunstâncias naturais. As novas instituições eram interpretadas por ele como obstáculos para a preservação dos indivíduos, porque favoreceriam o desenvolvimento das fraquezas individuais, dos desejos egoístas e das misérias comuns. Para sanar estes problemas, seria necessário o contrato social, para mudar o modo de existência até então, consistindo em leis que garantiriam a igualdade entre todos e a oportunidade de desenvolvimento das capacidades dos indivíduos com segurança.

Neste contexto, a cidade é vista como um corpo político, que deve ter o autogoverno como um fim em si mesmo, integrando os negócios do Estado com os negócios dos cidadãos comuns. Deste modo, Rousseau critica a divisão entre governo e povo (ou Estado e sociedade civil), afirmando que a soberania se origina no povo e permanece com ele, não podendo ser representada ou alienada. Neste momento é criado o conceito mais complexo de Rousseau, a “vontade geral”, que surge com a formação da associação. Este conceito tenta desfazer a preocupação com as discordâncias acerca do bem comum, porque a vontade geral não é uma agregação da vontade de cada cidadão (o que seria a vontade de todos), mas é a vontade do corpo de cidadãos, soberano. Assim, é preciso perceber que Rousseau enfatiza a liberdade (exercida com a consideração da vontade dos outros), ao contrário da independência (atuação da vontade de cada um, isoladamente) (Held, 1996: 57-59).

Estes princípios não destroem a possibilidade de vigência do direito de propriedade, que continua observado segundo o pensamento de Rousseau, mas é importante salientar que é condição para o republicanismo cívico que a propriedade esteja difusa entre os cidadãos, porque senão o próprio modelo seria inviabilizado pela desigualdade econômica. Também se pressupõe uma divisão entre Legislativo e

Executivo. Ao primeiro, caberia a criação das leis, e o povo, ou corpo de cidadãos, deveria participar diretamente nos encontros públicos para constituí-lo. O Executivo, no entanto, seria dirigido por um governo estabelecido com magistrados e administradores e deveria executar as leis criadas pelo povo soberano, sendo escolhido por sorteio ou eleição direta (Held, 1996: 59-61).

A vertente republicanista cívica também se inspira parcialmente no pensamento de Hannah Arendt. Segundo esta autora, a ação, conceito que representa a atividade humana na esfera pública, cujo ator é o cidadão relacionando-se com os outros seres humanos em busca da realização de sua liberdade, é a atividade política por excelência, que exige o discurso para a sua validade. O resultado da ação é a produção coletiva de decisões geradas pela própria convivência dos cidadãos, o que determina o autogoverno, conceito essencial para os republicanistas cívicos. A ação, compreendida como discurso, é essencial, porque um ser humano só se reconhece como tal entre os outros seres humanos. Ele é singular, ou seja, apresenta suficiente identidade para se comunicar e suficiente diferença para que essa comunicação seja necessária (pluralidade) (Arendt, 2002: 189). A política, deste modo, é vista como um fim em si mesmo, porque a ação visando a liberdade é realizada através das relações entre os seres humanos.

A maior oposição que o republicanismo cívico faz ao modelo liberal-pluralista é a interpretação diferenciada de liberdade. Os republicanistas cívicos se opõem historicamente ao conceito de liberdade negativa adotado pelos liberais. A liberdade negativa é entendida como a ausência de constrangimentos ou obstáculos para a ação do indivíduo. Já a liberdade positiva admite que o ser humano só se torna livre através da conexão entre o dever, os interesses e as condições de ação. Assim, para os republicanistas cívicos, apenas com o autogoverno e a participação ativa seria possível executar a liberdade positiva. De acordo com a abordagem dos republicanistas cívicos, o envolvimento com a *res publica* e o autogoverno são condições essenciais para o desenvolvimento da democracia (Melo, 2002).

Isaiah Berlin, que desenvolve mais sistematicamente o conceito de liberdade negativa e positiva, abraça a primeira como a liberdade dos modernos. Os republicanistas cívicos criticam esta visão, que dizem considerar apenas a face individual da liberdade e não perceber que os dois tipos de liberdade são faces da

mesma moeda, sendo que a liberdade negativa só poderia ser assegurada através da cidadania ativa e da participação (Melo, 2002).

Segundo Melo (2002), Charles Taylor diferencia a liberdade negativa, considerando-a um conceito de oportunidade, da liberdade positiva, observando-a como um conceito de exercício. A liberdade negativa seria inconsistente, porque o conceito considera apenas a ausência de barreiras externas para a ação individual, sem perceber que esta ação pode ser constrangida por barreiras internas ao indivíduo. Além disso, ela seria inconsistente também como conceito pós-romântico de *self* profundo, desenvolvido por Taylor, contrário à noção do indivíduo liberal.

Taylor critica a visão liberal do *self* desprendido, desenvolvido desde Platão, passando por Santo Agostinho, Descartes e Locke, que incentiva a universalização, a exterioridade, a naturalização e a razão instrumental do indivíduo, típicos de uma abordagem liberal. Nesta abordagem, o indivíduo é encarado como um agente naturalizado, privado da sua própria individualidade, como se fosse apenas uma “unidade humana” padrão. O conceito de *self* profundo derivaria do expressivismo presente em Montaigne, Rousseau e os românticos, fortalecendo a noção de interioridade e de unidade, observando que os indivíduos não são variações de um mesmo tema e precisam viver de acordo com a sua originalidade. Por mais que todos sejam seres humanos, cada um possui a sua especificidade, própria da sua individualidade (Souza, 2000).

Segundo Taylor, dentro destes princípios, a liberdade positiva, para os republicanistas cívicos, possibilita a ação voltada para o bem comum, que significa bens compartilhados. Isto ocorre porque os indivíduos apresentam suficientes semelhanças e diferenças para agir visando o bem comum, conseguindo dosar as vontades auto-interessadas do indivíduo com a razoabilidade da vida em comunidade, considerando os demais indivíduos ao agir na vida pública (solidariedade). Este conceito se diferencia da noção de bens compartilhados (ou bens públicos, na linguagem econômica), porque estes, embora sejam usufruídos coletivamente, não são compartilhados. A liberdade, portanto, necessariamente estaria ligada ao engajamento nos negócios públicos, através da solidariedade republicana ou da identificação patriótica profunda, com base na existência de bens comuns (Melo, 2002).

Neste momento, surge uma vertente dentro do modelo republicanista cívico: o comunitarismo. Sua principal ênfase é a crítica ao indivíduo desenraizado da tradição

liberal, e seu alvo é principalmente o pensamento de John Rawls, em *Uma teoria da justiça*. Nesta obra, Rawls procura oferecer uma alternativa aos princípios utilitaristas para a organização social, afirmando que a vertente normativa do utilitarismo (agir de modo a proporcionar a maior satisfação para o maior número de pessoas) não corresponde à realidade de uma sociedade justa. Isto ocorreria porque o cálculo de utilidade levaria violação de direitos que são invioláveis (Rawls, 1999: 19-21).

A justiça, para Rawls, deve ser parte da estrutura básica da sociedade, e ele ilustra o seu pensamento com a noção contratualista de pacto entre os indivíduos para a vida social (Rawls, 1999: 6-7). O contrato fictício seria realizado através de um “véu da ignorância” (o que corresponderia a uma situação de estado de natureza), na denominada “posição original”. Deste modo, o indivíduo seria totalmente ignorante, desconhecendo qualquer característica relacionada a si mesmo ou da sociedade a ser instalada após este processo, para que se pudesse decidir a estrutura básica da sociedade justa. Este procedimento pode ser parecido com a vertente deliberacionista, mas não são correspondentes, visto que na posição original de Rawls não há espaço para a deliberação. Nesta condição, o indivíduo é totalmente despido de suas características pessoais, restando apenas uma espécie de “razão humana universal”, que guia a decisão (Rawls, 1999: 10-2).

Os princípios da sociedade justa são os seguintes: o princípio da igualdade e o da diferença. O primeiro, mais importante, visa garantir um sistema de liberdade máximo e igual para todos os indivíduos, que segue até a não-interferência na liberdade dos outros, dando condições iguais para todos os indivíduos perseguirem sua própria concepção de bem. Já o princípio da diferença, subordinado ao princípio da igualdade, garante que qualquer desigualdade só será justificada se ela beneficiar quem está na posição mais prejudicada, preservando a igualdade de direitos, e se essas posições desiguais forem acessíveis para todos, preservando a igualdade de oportunidades (Rawls, 1999: 53-6).

As críticas comunitaristas consistem principalmente na afirmação de que a concepção de indivíduo fora de grupo social é pura abstração, porque ele só existe como tal devido às suas características determinadas pela trajetória de sua vida. A ficção de Rawls desencarna os indivíduos, rompendo os laços comunitários. Enquanto o objetivo de Rawls é retirar os valores de sua teoria, em busca de uma “razão humana universal”,

os comunitaristas afirmam que não existem sociedades sem valores característicos. Para Taylor, os indivíduos são “situados”, e a comunidade seria anterior a eles (Melo, 2002).

Taylor, como comunitarista, interpreta o conceito de autogoverno como o bem político mais elevado, porque possibilita uma vida de dignidade. A tomada de decisão coletiva é central em seu pensamento, expressando uma racionalidade alternativa à racionalidade estratégica característica ao pensamento liberal. Admitindo-se que a racionalidade individual não é maximizadora e egoísta, por estar ligada a uma coletividade, não surgem os problemas de ação coletiva típicos ao modelo liberal-pluralista (Melo, 2002).

O comunitarismo, embora não apresente uma alternativa de procedimentos e soe algumas vezes como retrógrado, saudoso com uma noção de comunidade pré-moderna, endereça interessantes críticas ao modelo liberal. No entanto, não há a percepção de que os valores da comunidade também não são neutros, assim como os valores liberais.

Mesmo que nem todas as abordagens republicanistas cívicas sejam de cunho comunitarista, é essencial perceber que, para a atividade da autodeterminação, é necessário considerar as tradições. Esta necessidade se afirma principalmente porque o indivíduo não é desenraizado, como no pensamento liberal, e faz parte do corpo político coletivo. O que define a unidade deste corpo político são os valores compartilhados pelos indivíduos que dele fazem parte, que guiarão tanto a “vontade geral” rousseauiana como o “bem comum” republicanista.

#### **2.2.4. A democracia participativa**

A corrente da democracia participativa emergiu no cenário político a partir da década de 1960, com os debates internos da esquerda e a insatisfação com a herança da democracia liberal-pluralista. Inspirada no republicanismo cívico (principalmente Rousseau), anarquistas e posições chamadas marxismo “libertário” e “pluralista”, suas principais referências são Carole Pateman e C. B. Macpherson (Held, 1996: 263-4).

Ao contrário dos deliberacionistas e dos republicanistas cívicos, os participacionistas ultrapassam a barreira das críticas à democracia liberal-pluralista e conseguem sistematizar um tipo de procedimento para aplicação real na sociedade.

Os teóricos da democracia participativa afirmam que os indivíduos livres e iguais, tais como sugere a democracia liberal-pluralista, não existem. A existência dos direitos formais de igualdade e liberdade é um valor muito limitado se não pode ser realmente aplicado. Deste modo, afirmam que os teóricos liberal-pluralistas ignoraram esta questão, embora a vertente da democracia desenvolvimentista, cujo maior nome é John Stuart Mill, tenha sido uma exceção. No entanto, esta vertente liberal não observou como as assimetrias de poder e de recursos afetam o exercício da liberdade e da igualdade no cotidiano e, portanto, o desenvolvimento da democracia, e como isto acarreta a exclusão sistemática de participação ativa na vida política e social para muitas pessoas (Held, 1996: 264).

A abordagem de Pateman critica a divisão entre Estado e sociedade civil, porque, segundo a autora, o Estado está imerso nas associações e práticas da sociedade civil, não se caracterizando como uma autoridade independente. Além disso, está diretamente ligado à manutenção e à reprodução das desigualdades do cotidiano. Admitindo-se o Estado como imparcial, deduz-se que os cidadãos não poderiam ser tratados como iguais e livres. Ao lado destas afirmações, Pateman diz que a relação entre o “público” e o “privado” é muito forte e, portanto, a garantia da *accountability* dos governantes restrita ao método eleitoral é insuficiente. Afinal, se as questões privadas são diversas vezes tocadas pela política, é necessário outro tipo de regulação democrática. A resposta para esta questão seria democratizar o próprio Estado, através de parlamentos, burocracias e partidos políticos mais abertos e responsivos, enquanto são criadas novas formas de luta em nível local, assegurando que a própria sociedade está sob os procedimentos que asseguram a *accountability* (Held, 1996: 265-6).

Já Macpherson visa a transformação aliada ao sistema de partidos competitivos e a democracia direta. Seu objetivo é a democratização das instituições de acordo com os princípios da democracia direta, mesmo que haja questões com diferentes interesses que só a competição entre partidos pudesse resolver. Desta maneira, seria possível tornar as instituições mais responsivas, através da cidadania qualificada. Segundo Held (1996: 267), sua construção deixa o conceito de participação democrática um pouco vago.

Pateman utiliza as noções de Rousseau e John Stuart Mill para definir o que seria a participação democrática. Suas principais características são o fortalecimento do desenvolvimento humano e do senso de eficácia política, a diminuição do estranhamento em relação aos centros de poder, o desenvolvimento de novas noções

para problemas coletivos e a contribuição para formar cidadãos capazes de se envolver melhor com as questões governamentais (Held, 1996: 267). O objetivo da participação política é caracterizar-se como um processo educativo, tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição de habilidades e procedimentos da democracia (Pateman, 1992: 61). A participação política deve quebrar a apatia, tornando a democracia presente nas decisões cotidianas das pessoas e estendendo a esfera do controle democrático para as instituições mais presentes na vida das pessoas.

A democracia, portanto, não deve ser restrita ao “voto periódico”, característico da abordagem schumpeteriana, mas deve ser determinante na qualidade de vida das pessoas. A democracia liberal-pluralista é muito distante da realidade cotidiana, levando à apatia dos cidadãos. De acordo com os participacionistas, as pessoas são mais sensíveis às questões próximas de sua vida pessoal e, deste modo, é esta a esfera que deve se aproximar dos procedimentos democráticos (Held, 1996: 267-8). Partindo da afirmativa de que a participação gera mais participação, estendendo a democracia para a economia e outras instituições sociais, como a esfera do trabalho e da comunidade e levando a participação democrática para a esfera pessoal, o processo educativo se realizaria. A ênfase de Pateman é principalmente sobre a democratização da esfera do trabalho (Pateman, 1992: 61).

A democratização participativa da esfera do trabalho deve ser a principal meta, porque a dimensão das assimetrias econômicas ignorada pelos liberal-pluralistas é considerada pelos participacionistas. Observando que o mundo material não pode ser “sublimado” para se realizar um modelo de democracia abstrato, os participacionistas são sensíveis às desigualdades concretas que invadem a política. Deste modo, é impossível não se analisar os vínculos entre a democracia e o capitalismo, e como o sistema capitalista influencia o processo democrático. Adotando uma afirmativa que Rousseau já havia feito, esclarece-se que não é possível manter a igualdade política em um contexto de profundas desigualdades materiais (Held, 1996: 271).

Alguns elementos da democracia liberal-pluralista seriam mantidos em um contexto de democracia participativa, como as eleições periódicas, os partidos competitivos e a representação política. A participação direta e o controle sobre os locais imediatos, complementados por estes elementos liberais, poderiam fortalecer os princípios da democracia participativa. Isto não significa que os participacionistas fazem concessões aos teóricos liberais. Ao contrário, reafirmam que a percepção de que

apenas a participação direta individual é capaz de levar ao controle das instituições do cotidiano e que o aumento da participação localizada modificará o contexto da política nacional (através do controle dos representantes e da utilização das eventuais oportunidades de participação nas decisões nacionais). Assim, observa-se que as estruturas da sociedade participativa são fluidas, possibilitando diversas formas de ação política (Held, 1996: 269-70).

Muitas abordagens relacionadas à democracia participativa desembocam na teoria política feminista, como os trabalhos da própria Carole Pateman, e também outros, como os de Anne Phillips. Como afirmam os teóricos da democracia participativa, a hierarquia e a subordinação no trabalho limitam o desenvolvimento igualitário como cidadãos. Isto também ocorre na esfera familiar. Assim, “quem cuida das crianças e quem faz o chá é uma questão política vital” (Phillips, 1991: 97).

O envolvimento de homens e mulheres na vida pública depende do contexto privado, com mudanças substanciais na esfera doméstica. É necessário reestruturar as horas de trabalho, a responsabilidade pelo trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, etc. Enfim, é preciso modificar os modelos divisores entre mulheres e homens entre o trabalho em casa e fora dela, porque a democracia é tão importante dentro quanto fora de casa (Phillips, 1991: 99-101).

A teoria política feminista critica a divisão entre público e privado e defende uma noção radical de democracia, que considere as condições da igualdade democrática. Contrapõe-se às premissas arendtianas que influenciaram os republicanistas, que consideram a atividade política o usufruto da liberdade pública (Phillips, 1991: 115).

Além disso, a teoria política feminista também afirma que a democracia liberal-pluralista ignora e o republicanismo cívico transcende as identidades locais e as diferenças, e insinua como padrões e definições de norma a identidade masculina (Phillips, 1991: 149).

As falhas da vertente participacionista residem na crença em uma “política visionária”, na qual é possível combinar elementos de democracia liberal e direta, assumindo-se previamente que todas as pessoas estarão dispostas para participar. Presume-se que as pessoas quererão aumentar o controle de suas vidas, o que não pode ser comprovado. Além disso, também se presume que o poder democrático somente

será utilizado para seu autofortalecimento, mas não se sabe se ele não será eventualmente usado para fins não-democráticos. É possível afirmar que a participação gera mais participação, mas não se pode dizer que esta participação será benéfica, dentro das premissas da democracia participativa (Held, 1996: 270-2).

A democracia participativa, com os objetivos da democratização da vida cotidiana e sua dimensão educativa, propõe mais do que um modelo, mas uma forma de vida alternativa, questionando tanto a teoria democrática dos liberal-pluralistas quanto a organização capitalista.

### **2.2.5. O multiculturalismo**

O multiculturalismo é a vertente mais fluida da teoria democrática. Embora não se possa defini-la exatamente, é possível apresentar seus limites teóricos. Muitas vezes os teóricos do multiculturalismo consideram idéias tipicamente comunitaristas em seus trabalhos, mas é possível resumir superficialmente a visão multiculturalista como uma abordagem pró-diversidade, com uma visão de mundo cosmopolita e tolerante (Sansone, 2003). Além disso, seu foco é centralizado mais nas questões relativas à justiça do que à democracia, em seu sentido estrito.

Alguns críticos também apontam uma tendência à realização de reivindicações políticas relativamente independentes das questões distributivas econômicas, a despeito de alguns teóricos que as consideram, em uma perspectiva da “teoria da diferença”, como se pode observar nos trabalhos de Nancy Fraser e Iris Marion Young.

Souza (2000) afirma que é noção fundamental do multiculturalismo o conceito de reconhecimento social. Dois grandes pensadores desse tema são Charles Taylor, um comunitarista com algumas inclinações multiculturalistas, e Axel Honneth. Seu objetivo é resgatar a categoria de reconhecimento para a centralidade da política moderna. Atuando sob a perspectiva culturalista da “eticidade”, aliado ao princípio moderno da liberdade individual, a abordagem multiculturalista aparece como meio-termo entre comunitaristas e liberais.

Hobbes considerava os seres humanos interessados na autoproteção, além de buscar aumentar seu poder relativo. Hegel criticava esta abordagem, que reduzia o

comportamento social a imperativos de poder com base em ações instrumentais e estratégicas. Para este autor, o sujeito sente-se socialmente reconhecido através da aceitação das suas capacidades pelos outros sujeitos, entrando em comunhão com estes e também reconhecendo o outro em sua originalidade e singularidade. Deste modo, é desenvolvido o conceito de “eticidade”. O reconhecimento social mútuo cresce em espiral, pois a cada forma de reconhecimento, há a percepção de novas dimensões da própria identidade para o indivíduo, o que estimula a luta por reconhecimento, condicionando o conflito e a reconciliação. Diferentemente de Hobbes, a luta por reconhecimento não se limita à autopreservação física do sujeito, mas antes à aceitação das diferentes subjetividades humanas. Este seria o “substrato ético” da vida social, visto que, em sua interpretação, o contrato não encerra a luta de todos contra todos, porque o conflito é um elemento constitutivo da vida social que define a lógica do reconhecimento (Souza, 2000).

Taylor, portanto, apresenta em seus trabalhos uma influência hegeliana muito forte, ao refutar as explicações instrumentais e estratégicas dos positivistas. Para ele, compreendem-se os atores localizando-os na moralidade de sua época e sua cultura. Sua explicação busca articular sentimentos morais e conhecimento reflexivo, permitindo a constituição da narrativa da identidade. Nesta construção teórica, a linguagem é um elemento fundamental, por permitir a constituição do mundo para o sujeito e para a sociedade através de redes de interlocução. As tradições culturais seriam resultados concretos dos esforços subjetivos da articulação de temas, sentimentos e vivências, sendo a linguagem anterior ao sujeito (Souza, 2000).

Admitindo identidade e moralidade como as hierarquias valorativas que definem o que é importante na sociedade, Taylor desenvolve uma classificação do que denomina *self*, a autointerpretação do ser humano. A abordagem positivista derivaria da tradição do “*self* pontual”, que se caracteriza pela universalização, naturalização e ação instrumental. O “*self* profundo”, que prioriza a noção de interioridade, encara cada indivíduo como único e singular. Esta última concepção intensificaria as lutas por dignidade e autenticidade e, portanto, as lutas pela diferença. Neste ponto, Taylor apresenta um viés multiculturalista, pois, em sua abordagem, a luta pelo direito à diferença das minorias que se percebem oprimidas pode ser entendida como uma luta pelo respeito a uma especificidade fundamentalmente não-generalizável (Souza, 2000: 149). Esta afirmação confronta diretamente os preceitos liberais da democracia, em que

cada indivíduo é considerado um ator político entre iguais e tem direitos que garantem a sua liberdade pessoal, de maneira universal.

Honneth aglutina, segundo Souza (2000), elementos da teoria da socialização e da teoria sociológica do reconhecimento que considera elementos afetivos e motivacionais para a ação social, abandonando o desenvolvimento metafísico, central em Hegel, e preservando o estímulo da luta por reconhecimento social como processo de aprendizado moral das sociedades concretas. Sua maior influência é a psicologia moral de G. H. Mead, considerando a consciência do *self* como produto da percepção do sujeito como ator através da representação simbólica da perspectiva do outro. Assim, são aliados aspectos morais e cognitivos.

Embora a maior parte das correntes alternativas à democracia liberal-pluralista consista em críticas a esta corrente, há alguns autores que afirmam trabalhar dentro da lógica liberal para a construção de outras formas de organização político-social. Um destes autores dentro da vertente multiculturalista é Will Kymlicka. Este autor afirma que não é seu objetivo criticar a liberdade individual dos democratas liberal-pluralistas, visto que ele a considera útil para sustentar várias atividades sociais.

Kymlicka focaliza principalmente a diversidade étnica em países, abordando questões como os direitos lingüísticos, a autonomia regional, a representação política, o currículo educacional e até mesmo símbolos nacionais. Ele coloca a questão do multiculturalismo como a busca por uma variedade de políticas para as minorias culturais. Em seus trabalhos, refuta a noção de direitos humanos por causa da sua dimensão universalizante, que faz com que o Estado se cale (o que não significa que seja uma atitude neutra) e mantenha os esforços pela manutenção da identidade étnica como privados. Kymlicka afirma que o discurso universalizante dos direitos humanos não responde a nada, porque seus direitos básicos são apenas procedimentais: o direito de voto não determina a distribuição de poder nos níveis do governo, o direito de expressão não delinea uma política lingüística, o direito de ir e vir não aborda a questão da imigração, etc. Deste modo, a retórica dos direitos humanos deve ser complementada por uma “teoria dos direitos das minorias”, definida por princípios liberais de liberdade individual, democracia e justiça social (Kymlicka, 1995:1-5).

Os direitos das minorias garantiriam a limitação do poder econômico e político exercidos pela sociedade sobre um grupo, protegendo os recursos e as instituições das

quais a minoria é dependente, e diminuindo a vulnerabilidade da minoria contra as decisões da maioria (Kymlicka, 1995: 7).

O autor afirma que existem dois tipos de diversidade cultural, que ele apresenta como as minorias nacionais (comunidades históricas estabelecidas territorialmente, com instituições completas e compartilhando linguagem e cultura distintas – não são definidos pela ascendência) e grupos étnicos imigrados. Embora estas sejam as categorias básicas trabalhadas por Kymlicka, ele admite que uma teoria dos direitos das minorias também deve englobar outros grupos marginalizados, como as mulheres e os homossexuais. Assim como as minorias nacionais e étnicas, todos os “novos movimentos sociais”, excluídos pela diferença e colocados em desvantagem, são considerados pelos direitos das minorias (Kymlicka, 1995: 10-9).

Mesmo afirmando resguardar o direito individual liberal, o autor admite que algumas minorias só podem ser acomodadas se tiverem direitos específicos de grupos. Estes direitos seriam: de autogoverno, poliétnicos e de representação política. O primeiro garantiria a autonomia política e a jurisdição territorial para o livre desenvolvimento da cultura de um povo específico; o segundo representaria direitos específicos de grupos para que possam expressar sua particularidade cultural sem comprometer seu sucesso nas instituições dominantes; o último seria uma resposta às barreiras políticas que impedem a representação efetiva dos interesses dos grupos (Kymlicka, 1995: 27-33).

Kymlicka concorda com Taylor na afirmação de que se uma cultura não é respeitada, a sua dignidade e autogoverno estão ameaçados (Kymlicka, 1995: 89). No entanto, ele faz a sua diferenciação dos comunitaristas, porque, segundo ele, sua teoria prevê a revisão dos fins, mesmo que eles sejam constitutivos para o indivíduo. Para os comunitaristas, os fins constitutivos são ligados à identidade do indivíduo, construída com base na comunidade, e não podem ser revistos. Os comunitaristas enfatizam os grupos específicos, e não a grande sociedade que os abriga. Kymlicka é contrário à ênfase nas comunidades subnacionais, mas é favorável no nível do país, porque esta cultura ofereceria um contexto significativo de escolhas, sem limitar a possibilidade de questionamento dos valores pelas pessoas (Kymlicka, 1995: 89-93).

Ainda em relação aos direitos específicos para grupos marginalizados, Kymlicka afirma que estes auxiliarão na promoção dos valores liberais. Quanto às críticas liberais que buscam desqualificar os direitos específicos como tratamento desigual contrário aos

valores liberais, o autor argumenta que eles são úteis para acabar com as desigualdades, e não para criá-las. Seu objetivo é apenas garantir a vida das minorias em sua própria cultura, como membros da maioria. A inovação do autor seria considerar a dependência do indivíduo em relação à sociedade e à cultura, ao contrário do liberalismo, que o admite abstratamente (Kymlicka, 1995: 109, 128).

Uma abordagem de outra natureza dentro do multiculturalismo é a de Iris Marion Young. A “política da diferença” apresenta um debate mais teórico e abstrato, se distanciando de questões mais práticas normalmente abordadas pelos multiculturalistas, como migrações, minorias de ex-colônias e minorias regionais.

A noção de racionalidade desencarnada, possível de se observar nos trabalhos de Habermas e Rawls, é bastante criticada pelos comunitaristas, na afirmação de que é impossível desprender o indivíduo de seus valores comunitários. Young também é crítica à racionalidade despreendida, mas não concorda com a abordagem comunitarista, que acaba caminhando para o conservadorismo na tentativa de manter a comunidade a qualquer custo. Ela assume, ao contrário, que não se trata de manter os valores da comunidade, o que pode ser homogeneizante. Na verdade, é preciso haver convivência dentro da diferença, com múltiplas formas de se viver (Young, 2000: 82-3). Assim, dentro da teoria política, Young não concorda nem com a visão de Habermas e Rawls, nem com a abordagem comunitarista.

A autora afirma que a justiça consiste na eliminação dos padrões de opressão (impedimentos estruturais do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos) e dominação (impedimentos institucionais de participação no processo de tomada de decisão sobre questões referentes a si mesmo) das sociedades contemporâneas. Apenas através dos grupos sociais é possível compreender estes padrões de opressão e dominação, porque modelos abstratos com base no indivíduo não conseguem explicar estas condições. Na sua abordagem, os grupos não são meras agregações de indivíduos, e o critério de definição do grupo é socialmente relevante, porque constitui as identidades dos indivíduos e os posiciona diferentemente na sociedade (Miguel, 2005).

Young focaliza as estruturas sociais, porque elas afetam diferentemente as pessoas, seja no processo de tomada de decisão, na alocação de recursos ou na hegemonia discursiva. A invocação do bem comum, típica dos comunitaristas, não resolve estes problemas, que podem ser melhor considerados à luz da especificidade das distintas relações (Young, 2000: 86).

É importante notar que Young não realiza um estudo desprendido do mundo real, em que as condições estruturais dos indivíduos e grupos não são consideradas. Deste modo, ao contrário de Taylor ou de Honneth, Young percebe que o problema do não-reconhecimento não é desprendido das demais formas de opressão e dominação. Na maior parte das vezes, o não-reconhecimento está mais ligado às experiências de desigualdade estrutural do que a diferenças culturais (Young, 2000: 104-5).

Neste ponto o trabalho de Fraser (2001) é bastante elucidativo. A autora afirma que não é possível realizar transformações profundas e duradouras na sociedade sem realizar mudanças radicais na estrutura social. Para isso, as ferramentas do multiculturalismo dominante (ações afirmativas) e da superação da má-distribuição material não seriam suficientes. Seria necessário desconstruir identidades, ao mesmo tempo em que se mudaria a estrutura social (através de medidas socialistas). Deste modo, apenas em um cenário de redistribuição afirmativa e reconhecimento transformativo a estrutura seria atingida, com um efeito de longo prazo. No entanto, para estas ações se viabilizarem é preciso remover os compromissos com as construções culturais correntes de interesses e identidades.

Young advoga pelo tratamento diferenciado dos grupos em desvantagem, e afirma que a política de grupos diferenciados não traz divisão e conflito, como afirmam seus críticos. Na verdade, ela ofereceria recursos para um processo democrático comunicativo que tenderia a levar à justiça, porque pessoas em diferentes posições têm experiências, história e conhecimento social distintos, derivados de sua posição. Esta condição Young denomina “perspectiva”, definida como o ponto de vista estruturado pelas experiências de vida. Este conceito se distingue de “interesse”, que é um guia para se alcançar objetivos, e “opinião”, que significa um princípio que funda julgamentos sobre algo, porque não envolve conflitos. A representação, para Young, envolve as três variáveis, mas os interesses e as opiniões podem ser ilegítimas. A perspectiva, como envolve a experiência de vida, sempre é legítima (Young, 2000: 133-41).

Deste modo, a representação específica de grupos marginalizados é defendida com fundamentos da perspectiva, porque mostra novos entendimentos para problemas e proporciona novas soluções, além de encorajar a participação e o engajamento (Young, 2000: 146).

Young “flerta” com algumas idéias deliberacionistas, o que pode ser percebido com seus questionamentos sobre o quadro institucional liberal e com o objetivo de garantir acesso às esferas de discussão para os grupos sub-representados.

Existem diversas críticas dirigidas à vertente multiculturalista da democracia. Afirma-se que os multiculturalistas ignoram divisões de classe no interior de uma mesma minoria étnica, que seus conceitos acabam escondendo semelhanças entre diversas minorias, que fossilizam dinâmicas culturais internas a um grupo, que fortalecem divisões históricas, que coletivizam os indivíduos apenas pela criação de uma “problemática étnica”, etc. (Sansone, 2003: 545). Muitas destas críticas se encaixam nas premissas multiculturalistas de Kymlicka, por exemplo. No entanto, várias dessas críticas já foram percebidas e abordagens da política da diferença, como as de Young, demonstram que é possível pensar a justiça e reconhecimento em uma ordem democrática considerando-se questões de distribuição material, além de demonstrar que não são apenas as questões internas ao grupo que importam, mas como seus membros interagem na sociedade. Além disso, estes grupos não são necessariamente “minorias étnicas”, mas podem ser de outra natureza.

## **2.2.6. Breve revisão sobre teorias da democracia**

Em um quadro geral simplificado, é possível abordar as vertentes teóricas aqui apresentadas da seguinte maneira:

A democracia liberal-pluralista, cujas maiores referências são Schumpeter e Dahl, se caracteriza principalmente na ênfase da concorrência eleitoral como método de escolha de governantes e na proteção das liberdades e direitos individuais. É uma abordagem sobre a democracia considerada realista, que mais se identifica como uma descrição dos regimes políticos ocidentais. Segundo a visão schumpeteriana, a “democracia concorrencial” seria uma especificação para se distanciar das visões de busca pelo bem comum e demonstrar que a democracia seria, na verdade, uma competição entre líderes de elites pelos votos de um conjunto de indivíduos politicamente irracionais. Os pluralistas concordam com a visão schumpeteriana de democracia e acrescentam ao modelo o foco na ação de minorias organizadas que lutam em favor de seus interesses. A dispersão do poder entre os grupos em competição seria

uma garantia da não-ocorrência da tirania da maioria e a principal forma de participação política seria o voto.

A democracia deliberativa, inspirada nos trabalhos de Habermas, focaliza a discussão entre indivíduos racionais em amplos fóruns de debate, onde suas preferências são construídas em um processo com contato face-a face, envolvendo argumentação pública e participação política. A ênfase se dá no processo coletivo de formação das preferências, e este processo de tomada de decisões busca operacionalizar o princípio de soberania popular através da deliberação pública.

O republicanismo cívico se desenvolve em torno do conceito de cidadania ativa, que vê o cidadão atuando diretamente nos negócios públicos, remetendo à Atenas clássica. Como condição para a cidadania ativa a igualdade política e econômica se apresenta, a fim de garantir que todos possam se engajar na vida pública e no processo de busca pelo bem comum da coletividade. A principal referência do republicanismo cívico são os trabalhos de Rousseau, que defendia o autogoverno e a soberania popular, na forma da “vontade geral”, a vontade do corpo de cidadãos, indivisível, que sempre aponta para o bem comum da sociedade. A noção de liberdade do republicanismo cívico é a liberdade positiva (na classificação de Berlin), que representa a ação do indivíduo em conexão com o dever, os interesses e a ação. Há uma subvertente republicanista cívica, o comunitarismo, que enfatiza a tradição e a constituição do indivíduo na coletividade, também focalizando como princípio maior a busca pelo bem comum.

Os teóricos da democracia participativa também se inspiram, principalmente, em Rousseau, e têm os princípios de autogoverno e participação política como os mais importantes. Para eles, é essencial alargar a participação política e levá-la a esferas mais próximas da vida cotidiana dos indivíduos, admitindo que isto gera mais participação política. O processo de participação política é encarado como educativo, um treinamento para maior participação e engajamento político, o que quebra a apatia dos cidadãos e refina a democracia. Nesta abordagem, é muito importante a igualdade substantiva entre os cidadãos e a democratização da esfera do trabalho. Também é importante a democratização da esfera da família e a igualdade de gênero, foco da teoria política feminista, de inspiração participacionista.

O multiculturalismo é uma vertente que focaliza a luta por reconhecimento social e político como o elemento essencial da democracia, abordando muitas questões ligadas à justiça. A ênfase se dá na direção das especificidades não-generalizáveis de grupos sociais, que constituem a sua identidade. Para estes grupos, direitos

generalizantes não são suficientes, pois são preocupações maiores a afirmação e a defesa de suas identidades específicas. A busca pelo bem comum não seria suficiente, por não atender relações específicas, assim como os direitos individuais liberais, por serem generalizantes. A principal observação é a consideração de direitos de grupos, contrapondo-se à idéia de direitos individuais da tradição liberal.

### **3. Ciências sociais no Brasil**

#### **3.1. O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil**

Até a década de 1930, eram realizados estudos que compreendiam análises políticas, sociais e jurídicas de caráter histórico no Brasil, mas somente a partir deste momento a preocupação com um caráter “científico” tomou forma. O pensamento social e político brasileiro se desenvolveu principalmente a partir da área do Direito, que influenciava a formação de elites políticas, jurídicas e intelectuais desde o período colonial. Durante o período imperial, a fundação das Faculdades de Direito de Olinda/Recife e de São Paulo serviu à continuidade da formação destas elites. Com a proclamação da República, os centros de estudos jurídicos começaram a se descentralizar, mas o pensamento social e político brasileiro continuava a ser desenvolvido pelos juristas.

Entre as décadas de 1930 e 1940 há um esforço para a construção de uma “ciência social”, através de padrões considerados científicos e pesquisa de campo, com o objetivo de compreender cientificamente os problemas brasileiros. Isto ocorre na tentativa de “pensar o Brasil”, em um período político muito conturbado cujo foco era o desenvolvimento de um projeto político para o país. Este processo, entre as décadas de 1930 e 1960, inicia-se com a formação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933, em São Paulo), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935, no Rio de Janeiro). Ainda influenciados pelo Direito, a partir destas instituições os estudos sociais e políticos começam a tomar um perfil menos jurídico e menos histórico (Trindade, 2006).

Em São Paulo, estas instituições aparecem como uma resposta à derrota paulista na Revolução de 1930, em uma tentativa de formar uma elite intelectual paulista gerada pela união entre vanguardas intelectuais e empresários culturais (Miceli, 1987; Trindade, 2006; Pinto, 1955). A experiência paulista foi a que obteve maior sucesso no projeto de uma ciência social “científica”. A Universidade de São Paulo apresentava um objetivo inicial de “iluminação” das elites. Os perfis da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política eram diferentes, mas se influenciavam e constituíam a “escola paulista”, cuja hierarquia acadêmica era treinada por docentes de

missões<sup>3</sup> estrangeiras, especialmente francesas, buscando a implantação de critérios acadêmicos de avaliação, promoção e titulação.

No Rio de Janeiro, a experiência da Universidade do Distrito Federal foi curta (1935-39), mas crucial para o fomento da pesquisa em ciências sociais. Com o seu fechamento, as ciências sociais se dispersaram na formação de um grande número de instituições. Principalmente a partir da década de 1950, o Rio de Janeiro viu a multiplicação de instituições de pesquisa: o Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política (1953), que em 1955 se tornou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, do INEP/MEC (1955); o Instituto de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (1958-68); o Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais da UNESCO (1957); a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1958); e o Curso de Especialização em Antropologia Cultural, do Museu do Índio/CBPE (1955-56), que se tornaria o Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social no Museu Nacional (Trindade, 2006).

Para Miceli (1987), a fundação das ciências sociais no Rio de Janeiro seguia como uma corrida política, baseada em indicações e apadrinhamentos, além de vários docentes terem sido transferidos de cátedras do ensino jurídico ou médico. O ISEB, para este autor, seria um exemplo: era uma instituição dependente de iniciativas políticas e do governo, tendo seus membros outras atividades e seu trabalho na instituição parecendo um “bico” de prestígio.

Segundo Miceli (1987), nos outros estados brasileiros, principalmente Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, as ciências sociais se desenvolviam através dos autodidatas e das escolas superiores tradicionais. No caso de Minas Gerais, é importante ressaltar a criação, em 1941, do primeiro curso universitário em ciências sociais no Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais, que teve quatro alunos e fechou no ano seguinte por falta de candidatos. Em 1947, o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia reabriu e em 1953 foram criados os cursos de Sociologia Política e de Administração Pública na Faculdade de Ciências Econômicas.

Trindade (2006) afirma que em Minas Gerais a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais teve um papel importante na fundação da ciência política, pela edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, publicada a partir de

---

<sup>3</sup> Observar o sentido “colonialístico” do termo.

meados de 1950. No entanto, foi na Faculdade de Ciências Econômicas que as ciências sociais mineiras se desenvolveram, cujos graduandos foram os primeiros brasileiros a receberem bolsas para dedicação exclusiva ao curso. Em 1961, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* foi lançada pela Faculdade de Ciências Econômicas e teve uma interrupção em 1964 pelo golpe militar (a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, em 1986, lançou um periódico com o mesmo nome, que é umas revistas analisadas nesta dissertação).

Segundo Trindade (2006), é preciso observar que na mesma época ocorriam experiências no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras em outras localidades, considerando que o cenário era composto por elites políticas e culturais regionais com uma relativa autonomia, que se relacionavam entre si e o governo central, durante a expansão de universidades públicas pelo Brasil e da pós-graduação, o que favorecia a circulação de docentes e estudantes para os grandes centros e causou diferenciações na formação das disciplinas.

Na Bahia, já marcada por uma tradição de ensaios, houve a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia, em 1955, que reuniu os principais antropólogos e sociólogos. Nesta ocasião houve a fundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Na mesma época, estabeleceu-se um convênio entre a Universidade de Columbia e o estado da Bahia para pesquisar relações raciais, liderado por Anísio Teixeira e, em 1961, foi fundado o Instituto de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (Trindade, 2006).

Em Pernambuco, em 1949, foi fundado o Instituto Joaquim Nabuco, fruto da iniciativa de Gilberto Freyre como deputado federal, que em 1963 receberia o nome de Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, em 1980, se transformaria em uma fundação (FUNDAJ). Na Universidade Federal de Pernambuco, as ciências sociais se organizam através da criação do Programa de Mestrado em Economia e Sociologia, em 1966 (Trindade, 2006).

No Pará, o desenvolvimento da antropologia se deve principalmente ao Museu Goeldi, fundado no século XIX. Quando Eduardo Galvão se tornou diretor do Museu, vindo do Museu Nacional (RJ), entre 1951 e 1962, a divisão de Antropologia do Museu Goeldi foi criada, sempre mantendo fortes relações com a Universidade Federal do Pará (Trindade, 2006).

A expansão das ciências sociais brasileiras ocorreu posteriormente ao golpe militar de 1964, com a modernização das universidades. Neste período de radicalização

política, com a esquerdização de movimentos estudantis e novas expressões culturais, houve em um primeiro momento uma forte repressão aos cientistas sociais, que contou inclusive com a cassação política de professores universitários. Mesmo assim, durante este período a Universidade de Brasília, fundada em 1962 e idealizada por Darcy Ribeiro em um projeto que buscava estabelecer uma estrutura universitária modernizada, se estabelecia, apesar da repressão do regime político.

A partir da década de 1970 começam a ser implementadas políticas de modernização das universidades públicas, com a expansão da pós-graduação, a oferta de bolsas de estudo para cursos no Brasil e no exterior e um financiamento mais amplo à ciência e tecnologia. Se antigamente o predomínio era da sociologia, com um pequeno espaço para pesquisas de antropologia, no período seguinte, entre 1970 e 1985, ocorre uma consolidação e a expansão das três disciplinas. Nacionalmente, as ciências sociais tomam força com os Planos Nacionais de Pós-graduação do governo federal e com a fundação da ANPOCS, que iniciou seus trabalhos em 1977. A criação e o desenvolvimento das associações científicas estimularam a concorrência entre as disciplinas, o crescimento de relações interdisciplinares e puseram fim à hegemonia da sociologia, fato que ocorreu até a década de 1970. O crescimento de intercâmbios internacionais, com ênfase na pós-graduação em centros de estudo e pesquisa estrangeiros, se deu pelo apoio de políticas governamentais e redes de agências de financiamento com especialização no fomento à pesquisa e à pós-graduação, dentre as quais se destaca a Fundação Ford (Trindade, 2006).

As redes institucionais que influenciaram o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país começaram a ser montadas desde os anos 1940, culminando na criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em 1951 (transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 1974). As ciências sociais não eram prioridade para o CNPq nos anos 1950/60 e não receberam nenhum apoio neste período. Também em 1951 foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que ofereceu um apoio restrito, segundo Miceli (1995), às ciências sociais. Em 1960 foi fundada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que se consolidou como a única agência pública fora do âmbito do governo federal capaz de atingir diretamente a organização da comunidade de cientistas brasileiros. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado em 1969, a partir de 1971 passa a ser gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Essa organização

se caracterizava como um centro de poder burocrático alternativo à elite estritamente acadêmica e incluía tanto organizações governamentais quanto privadas dedicadas ao ensino e à pesquisa. As associações científicas e os programas de pós-graduação só conseguiram se consolidar devido aos grandes financiamentos recebidos através desta rede (Maggie, 1991; Miceli, 1995).

O período áureo do apoio financeiro de agências para as ciências sociais ocorreu nos anos 1970-80. Os financiamentos do CNPq para as ciências sociais estiveram em crescente ascensão, triplicando o número de comitês das ciências sociais na instituição, aumentando em 38,7% os auxílios à pesquisa entre 1972 e 1979 (enquanto outras áreas tiveram um aumento de 14,8%) e com uma evolução de 4% do orçamento global do CNPq em 1974 para 16% em 1984. Até 1978, a FINEP contou com um grande volume de recursos, provenientes do FNDCT e, mesmo com cortes neste fundo, as ciências sociais representavam 21% dos gastos do Departamento de Desenvolvimento Social e Regional da Finep em 1984. No período 1979-1984, houve queda dos recursos da FINEP, até então a maior financiadora das ciências sociais nos anos 1980, com um avanço da CAPES e do CNPq, que absorveram o FNDCT (Figueiredo, 1988; Miceli, 1995). A FAPESP, que desde os anos 1960 financia pesquisas em ciências sociais com bolsas e auxílios, continuou a garantir os financiamentos para projetos em ciências sociais.

A Fundação Ford começou a investir nas ciências sociais latino-americanas na década de 1960, visando garantir a continuidade dos experimentos institucionais já alcançados na região. Sua ótica era basicamente instrumental, baseada na visão de “engenharia social” do desenvolvimento, com crescimento econômico, fortalecimento das instituições democráticas e reforma social (Miceli, 1993). O Brasil já contava com algumas experiências de sucesso, como a escola sociológica paulista, o ISEB no Rio de Janeiro e o sistema de bolsas de estudo do curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, além de publicações acadêmicas como a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (primeira edição). Os recursos investidos se concentraram, então, na formação de instituições que viessem garantir a continuidade destas experiências. Com exceção do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais já implantado na Universidade de São Paulo, os outros programas líderes receberam forte apoio e financiamento da Fundação Ford (na ciência política, o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – DCP/UFMG e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro – IUPERJ; na antropologia, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a Universidade de Brasília – UnB e a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp) (Miceli, 1993).

Os cientistas sociais eram entendidos como beneficiários estratégicos dos investimentos da Fundação Ford porque se apresentavam como uma fração da sociedade sem vínculos diretos com a classe política, mas capazes de intervir politicamente, em especial através do pensamento político a ser desenvolvido sob o financiamento da agência. As figuras centrais das ciências sociais brasileiras eram formadas em contato com a Fundação Ford, através de bolsas e apoio logístico, fortalecendo as redes. Até o final da década de 1960, os recursos eram direcionados a um pequeno número de centros classificados como capazes de implementar padrões internacionais de excelência acadêmica: universidades de prestígio de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília. Este quadro só sofreria algumas mudanças no início da década de 1970, de uma política de assistência técnica para uma abordagem mais humanística, expandindo financiamentos para as áreas de história e psicologia social. (Miceli, 1993). Com estas diretrizes, a Fundação Ford fortaleceu instituições de ensino e pesquisa específicas e linhas de pesquisa determinadas dentro destas instituições, o que se reflete na constituição atual do campo das ciências sociais no Brasil. Receber financiamento da Fundação Ford significava ser um “centro de excelência” e esse estado influenciava as relações de poder dentro do campo das ciências sociais, os planos de pesquisa e até mesmo dava legitimidade aos resultados das pesquisas financiadas.

O pico de investimentos da Fundação Ford se deu em 1970, com US\$3,271 milhões investidos no Brasil. A partir de meados da década de 1970 os financiamentos começaram a ser reduzidos, devido a cortes orçamentários da Fundação Ford, fruto da competição com outros escritórios da divisão internacional, que priorizavam investimentos direcionados a países de baixa renda (o Brasil seria classificado como um país de renda média). Em meados dos anos 1980 houve uma recuperação nos investimentos, com a nova política de “estudos temáticos”. No início da década de 1990, a escassez de recursos públicos fez a Fundação Ford a segurar investimentos em centros que ajudou a consolidar, na forma de financiamentos de núcleos específicos, canalizando seus recursos para centros privados e programas de pós-graduação mais antigos, como o Museu Nacional e o IUPERJ (Guimarães, 1991; Miceli, 1993).

O intercâmbio internacional das ciências sociais brasileiras das décadas de 1970 e 1980 ocorreu principalmente por causa do apoio da Fundação Ford, que financiou

projetos de pesquisa de centros como o Departamento de Ciência Política da UFMG e o IUPERJ, a biblioteca e projetos de pesquisas eleitorais da UFRGS, auxiliou a consolidar o curso de Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e contribuiu para o sucesso de centros como o CEBRAP, o CEDEC e o IDESP. Também contribuíram para a internacionalização das ciências sociais brasileiras o exílio chileno de pesquisadores brasileiros, através do contato com instituições como a CEPAL e a FLACSO (em áreas como economia, sociologia do desenvolvimento e teoria da dependência) e as bolsas de estudo no exterior concedidas não só pela Fundação Ford, mas também por CNPq, CAPES, Fullbright, Conselho Britânico e DAAD<sup>4</sup> (Trindade, 2006).

Durante a chamada “transição democrática” e o retorno do poder político aos civis, observa-se a desconcentração do sistema universitário, a articulação nacional através das associações científicas e a fragmentação das temáticas tradicionais das ciências, segundo Trindade (2006). Os financiamentos das universidades públicas sofreram uma queda, assim como o financiamento de pesquisas pelas agências (CNPq, FINEP), e somente a CAPES conseguiu manter a transferência de recursos. Durante o governo FHC (1995-2002), conseguiu-se manter os recursos das reuniões da ANPOCS, ABA (Associação Brasileira de Antropologia), SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia) e ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política). O financiamento a projetos institucionais, relacionados às linhas de pesquisa dos programas, caiu. Neste novo período, a recuperação de financiamentos, que sofriam queda desde a década de 1980, só começou a ocorrer a partir de 2001, com o reajuste das bolsas do CNPq em todos os níveis. A CAPES expandiu o número de bolsas de doutorado no país, e passou a priorizar as bolsas de doutorado-sanduiche (que substitui o doutoramento pleno no exterior) e pós-doutorado. Ao mesmo tempo, busca diminuir o tempo do mestrado e aumentar o número de programas de doutorado, para a formação de um número maior de doutores no país. A FINEP, ainda com impacto restrito para as ciências sociais, aumentou os recursos para pesquisa. Compensando a queda de financiamento a projetos institucionais, investe-se em projetos individuais dos pesquisadores, marcando uma nova tendência. As instituições estrangeiras, como a Fundação Ford, têm uma presença mais seletiva e as pesquisas são mais específicas. A disposição regional continua centralizada no sudeste, que conta com 46,8% dos estudantes das ciências sociais (sendo

---

<sup>4</sup> Intercâmbio acadêmico Brasil-Alemanha.

26,1% em São Paulo e 6,1% no Rio de Janeiro). No nordeste estão 24,3% dos estudantes; no sul, 16%; no norte, 6,8%; e no centro-oeste, 6,15% (Trindade, 2006).

Segundo Trindade (2006), a agenda de pesquisa em ciências sociais sofreu uma diversificação nas duas últimas décadas, e existe atualmente uma tendência de fragmentação temática, ecletismo metodológico e interdisciplinaridade, nos diferentes níveis de institucionalização e profissionalização das três disciplinas que, na visão do autor, passaram por caminhos distintos nas últimas décadas, mas conseguiram manter uma identidade e se consolidarem globalmente.

## **3.2. As associações científicas em ciências sociais no Brasil**

### **3.2.1. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**

A ANPOCS figura como a mais importante associação científica em ciências sociais brasileira, criada em 1977. Ela representa programas de pós-graduação e centros de pesquisa (sócios institucionais), não filiando pesquisadores individuais. Em 1977, a ANPOCS iniciou suas atividades com quatorze sócios, em 1986 trabalhava com 56 programas associados e atualmente conta com 79 programas de pós-graduação e centros de pesquisa associados (Trindade, 2006; [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)).

Entre várias atividades, a ANPOCS edita a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, analisada nesta dissertação, a *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* e realiza o principal encontro de ciências sociais do Brasil.

O Encontro Anual da ANPOCS é realizado desde 1978 e apresenta um número crescente de participantes. O intuito do encontro é facilitar a comunicação entre os pesquisadores, distribuir as informações sobre pesquisas e articular os pesquisadores de instituições de todas as regiões do país, embora o maior número seja da região sudeste do país, onde se concentra a maior parte dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa em ciências sociais brasileiros.

Assim como as demais associações científicas em ciências sociais no Brasil, a ANPOCS é mantida através de financiamentos de agências de fomento governamentais

(CNPq, CAPES, FINEP, FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG, etc) e internacionais (Fundação Ford, em especial) ([www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)).

### **3.2.2. A Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS**

A Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS foi fundada em 1948, no momento em que a sociologia passava por uma fase de estabelecimento no Brasil. Foram realizados congressos em 1954 e 1962, com o objetivo de fortalecer a sociologia como prática científica no país, mas no período da ditadura militar a SBS não conseguiu manter suas atividades. Em 1985, com o trabalho conjunto de sociólogos da época da fundação e outros ligados à ANPOCS, conseguiu-se reerguer a SBS. A partir do congresso de 1985, em Belo Horizonte, a SBS mantém suas atividades, visando o fortalecimento da sociologia no Brasil, principalmente através dos seus congressos bienais ([www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br)).

### **3.2.3. A Associação Brasileira de Antropologia - ABA**

A Associação Brasileira de Antropologia foi fundada durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em Salvador em 1955. Durante o regime militar as reuniões da ABA foram dificultadas, ocorrendo sob outros eventos e chegando até a ficar sem a possibilidade de realização de eleições para a sua diretoria por falta de *quorum*. Em 1974 conseguiu-se realizar a Nona Reunião Brasileira de Antropologia, em Santa Catarina, que significou um recomeço para as atividades da ABA. A partir deste ano, a associação realiza as reuniões bienalmente (Trindade, 2006; [www.abant.org.br](http://www.abant.org.br)).

A ABA também serviu no passado como espaço para discussões de sociologia e arqueologia, que atualmente contam com suas próprias associações científicas (Sociedade Brasileira de Arqueologia – SBA e Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS).

### **3.2.4. A Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP**

Assim como a ciência política é a área das ciências sociais que mais tardiamente se estabeleceu no Brasil, a Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP é a associação científica mais recente. A ABCP foi fundada em 1986, mas ficou em estado de hibernação até 1996, quando foi reativada. Desde 1998, a associação realiza congressos bienais ([www.cienciapolitica.org.br](http://www.cienciapolitica.org.br)).

Ainda se estabelecendo, a ABCP busca representar os cientistas políticos brasileiros e circular suas pesquisas entre os pares, com o objetivo de fortalecer a ciência política brasileira.

### **3.3. Os periódicos acadêmicos analisados**

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram escolhidos os periódicos *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados – Revista de Ciências Sociais* e *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. A escolha destas revistas se deu pela sua importância para as ciências sociais brasileiras, que se pode verificar, entre outros aspectos, pela sua classificação no *Qualis*, um sistema de avaliação de periódicos realizado pela CAPES: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* é classificada como “Internacional A”<sup>5</sup> para as áreas de antropologia, sociologia e ciência política; a *Dados – Revista de Ciências Sociais*, como um periódico Internacional A para as áreas de sociologia e ciência política; e a *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, como “Nacional A” para estas mesmas duas áreas.

#### **3.3.1. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**

Em 1986, a ANPOCS decidiu lançar um periódico chamado *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 anos depois do lançamento de uma revista de mesmo nome pela Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, cuja publicação foi interrompida pelo golpe militar de 1964.

---

<sup>5</sup> As revistas podem ser classificadas como A, B e C, sendo A o maior nível e C o menor, dentro de três categorias: Internacional, Nacional e Local, sendo Internacional o maior nível.

A *RBCS* se tornou uma das principais revistas de ciências sociais do Brasil, com artigos de pesquisadores de todas as regiões do país e estrangeiros, uma grande circulação nacional e indexação internacional (atualmente, artigos da *RBCS* são indexados em: *Hispanic American Periodicals Index*; *DataÍndice*; *Sociological Abstracts*; e Sumários Correntes Brasileiros).

Élide Rugai Bastos, editora da *RBCS* entre 2001 e 2005<sup>6</sup>, afirmou<sup>7</sup> que é uma preocupação da comissão editorial da *RBCS* equilibrar o número de artigos publicados entre as três áreas, sociologia, antropologia e ciência política, em cada número lançado.

Para a publicação de um artigo na revista, existem dois caminhos. Um deles é o envio espontâneo do artigo pelo autor que, depois de aceito em relação à adequação temática pela comissão editorial (o trabalho deve ser um estudo de ciências sociais), é encaminhado a dois pareceristas, visto que a *RBCS* seleciona artigos através do sistema de arbitragem por pares (*peer-review*). Estes pareceristas são preferencialmente de unidades da federação diferentes do autor e jamais trabalham na mesma instituição que ele. Nos pareceres, quando há opiniões diferentes sobre o artigo (decisão ambígua), ele é enviado a um terceiro parecerista para a realização de uma análise de parecer. O outro caminho para a publicação de artigos na *RBCS* é a indicação de dois artigos por cada grupo de trabalho da ANPOCS. É realizada uma primeira triagem em relação à forma do artigo pela comissão editorial. Em seguida, o artigo é enviado ao comitê acadêmico da ANPOCS, para avaliação. Em caso de dúvidas, uma terceira triagem é realizada com o envio do artigo a um parecerista.

A *RBCS* é classificada no sistema de avaliação *Qualis* como um periódico “Internacional A”, o que significa que ela tem grande penetração no campo acadêmico brasileiro e também tem repercussão em discussões fora do Brasil. Uma preocupação grande da comissão editorial é a edição da *RBCS* em inglês, que publica artigos já publicados na revista, selecionados por um júri composto por grandes nomes das ciências sociais brasileiras. Embora não haja dados coletados pela ANPOCS sobre a edição do periódico em língua estrangeira, os autores com artigos publicados nestes números afirmam que há uma grande repercussão dos seus trabalhos, segundo Bastos<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> O atual editor da *RBCS* é Gildo Marçal Brandão, desde 2005.

<sup>7</sup> Em entrevista à autora, concedida no dia 2 de fevereiro de 2006.

<sup>8</sup> Em entrevista à autora, concedida no dia 2 de fevereiro de 2006.

Bastos<sup>9</sup> afirmou que não houve intervenções na *RBCS* quando a CAPES passou a classificar os periódicos através do sistema *Qualis*. A revista continuou a trabalhar da mesma maneira, apenas com a preocupação especial de integrar mais nomes internacionais ao conselho editorial, assim como ao corpo de pareceristas, que atualmente conta com mais pesquisadores latino-americanos. Quanto à publicação de artigos de autores estrangeiros, eles são, em sua maioria, de conferencistas do Encontro Anual da ANPOCS.

Para a publicação dos números da revista do *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online* – [www.scielo.br](http://www.scielo.br)), um portal que funciona como uma biblioteca eletrônica com uma coleção de periódicos científicos brasileiros selecionados e que conta também com versões para outros países latino-americanos, financiado pela FAPESP, BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e CNPq, Bastos<sup>10</sup> afirmou que a *RBCS* já seguia as normas para publicação do comitê de publicações do CNPq. Em função da entrada no *Scielo*, a revista recebeu financiamento da FAPESP para as últimas adequações e continuou recebendo financiamento do CNPq. A revista também é financiada pela FINEP e pelo Programa de Apoio a Publicações Científicas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Questionada sobre a predominância de pesquisadores de instituições paulistas na comissão editorial da *RBCS*, Bastos<sup>11</sup> respondeu que esta comissão tende a ser de São Paulo porque a ANPOCS não oferece verbas para deslocamentos de seus membros para as reuniões, o que dificulta muito a presença de pesquisadores de fora do estado de São Paulo. Também ressaltou que, em relação à comissão editorial, existe uma norma interna que proíbe a publicação de trabalhos dos seus membros na *RBCS*, assim como artigos de membros da diretoria executiva da revista.

### **3.3.2. Dados – Revista de Ciências Sociais**

A revista *Dados* é publicada continuamente pelo IUPERJ desde 1966, com o objetivo de divulgar artigos de autores brasileiros e estrangeiros em ciências sociais. Uma das principais revistas de ciências sociais brasileiras, ao lado da *RBCS* é um dos

---

<sup>9</sup> Em entrevista à autora, concedida no dia 2 de fevereiro de 2006.

<sup>10</sup> Em entrevista à autora, concedida no dia 2 de fevereiro de 2006.

<sup>11</sup> Em entrevista à autora, concedida no dia 2 de fevereiro de 2006.

dois únicos periódicos dessa área a receber a classificação “Internacional A” no *Qualis*, o que demonstra que é considerada importante no Brasil e na divulgação de trabalhos de pesquisadores brasileiros no exterior. Atualmente a *Dados* tem artigos indexados em: *Bulletin Analytique de Documentation Politique, Economique et Sociale*; *Clase - Citas Latinoamericanas en Sociología y Economía*; *Current Contents/ Social & Behavioral Sciences*; *DataÍndice*; *Hispanic American Periodicals Index*; *Lilacs - Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde*; *International Political Science Abstracts*; *Social Sciences Citation Index*; e *Sociological Abstracts*.

O editor da *Dados*, Charles Pessanha, afirmou<sup>12</sup> que o conselho de redação da revista é trocado bienalmente e decide qual pesquisador editará a revista. A aprovação de seu trabalho se reflete na permanência no cargo há 29 anos. É importante ressaltar que Pessanha trabalhou no desenvolvimento das normas de publicação do CNPq e CAPES (que determinam se periódicos receberão financiamento do CNPq), além das regras do *Scielo*, baseado em critérios de revistas internacionais, dando ênfase ao sistema de arbitragem por pares como método de avaliação de artigos para publicação.

Pessanha<sup>13</sup> explicou que os artigos publicados são escolhidos através do sistema de arbitragem por pares, uma condição do comitê de publicações do CNPq e do *Scielo* para a publicação dos artigos em seu portal. Os artigos recebidos, após uma triagem que verifica a adequação do tema aos propósitos da revista, são enviados a pareceristas que podem classificá-los de quatro maneiras: “aceito”; “aceito com modificações”; “aceito com grandes modificações”, o que faz o artigo necessariamente retornar à avaliação dos pareceristas; e “rejeitado”.

A publicação da *Dados* recebe financiamento do Programa de Apoio a Publicações Científicas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do CNPq e da FINEP.

### **3.3.3. Lua Nova – Revista de Cultura e Política**

A revista *Lua Nova* é publicada pelo CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea desde 1984. Sua origem não foi, necessariamente, acadêmica. O próprio

---

<sup>12</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

<sup>13</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

nome escolhido para a revista, “Lua Nova”, flerta com a contracultura e mostra a sua intenção multidisciplinar. Seu foco pretendia ser menos especializado, tratando sobre “cultura” e influenciando as discussões políticas do período do retorno do poder político aos civis. Aos poucos, a *Lua Nova* se transformou, abandonando o perfil de intervenção política, objetivo da revista desde a sua fundação, e passando a se dedicar mais às pesquisas acadêmicas.

A sua estrutura é de dossiês temáticos e artigos científicos avulsos, com centralidade nos temas de democracia, cidadania e direitos (motivo pelo qual foi selecionada para integrar o corpo de periódicos analisados nesta dissertação, além de sua centralidade nas ciências sociais brasileiras).

Cicero Araújo, editor da *Lua Nova* desde 2003, afirmou<sup>14</sup> que a revista é dirigida pelo editor e pelo conselho editorial, com influência da diretoria do CEDEC. Eles determinam as linhas gerais da revista e são a sua última instância de decisões. O editor da revista é escolhido pelo conselho deliberativo do CEDEC.

A escolha de artigos é realizada de acordo com o tema geral do dossiê, definido pelo conselho editorial e editor. O número não precisa necessariamente contar com todos os artigos alinhados ao tema geral, mas a maioria deles deve se relacionar com ele. Os artigos selecionados podem ter sido encomendados especialmente para o número ou recebidos por envio espontâneo dos autores. Dá-se prioridade a artigos de textos traduzidos de autores estrangeiros com destaque nas ciências sociais que sejam relevantes para a graduação e a pós-graduação. No caso de artigo recebido, é escolhido um parecerista para analisá-lo. Em caso de dúvida, o texto é enviado a outro parecerista que avalia o artigo.

A *Lua Nova* apresenta uma forte referência paulista, que se explica pela publicação ser realizada por um centro com perfil marcadamente paulista, pelas pessoas que têm maior contato com a revista residirem em São Paulo e pelo conselho editorial precisar se reunir nesta cidade. Araújo<sup>15</sup> afirmou que o periódico inclusive já recebeu advertências do CNPq, seu órgão financiador, alertando sobre a necessidade de desregionalização de seu perfil.

Com relação às normas da Capes, CNPq e *Scielo*, Araújo<sup>16</sup> afirmou que a *Lua Nova* precisou fazer mudanças em relação a detalhes de formatação para se adequar. A

---

<sup>14</sup> Em entrevista à autora, concedida em 8 de fevereiro de 2006.

<sup>15</sup> Em entrevista à autora, concedida em 8 de fevereiro de 2006.

<sup>16</sup> Em entrevista à autora, concedida em 8 de fevereiro de 2006.

revista prioriza a publicação de artigos de doutores, por causa da preocupação com a avaliação do *Qualis*<sup>17</sup>, mas não veta artigos de mestrandos e doutorandos.

Boa parte do orçamento da *Lua Nova* é mantido pelo CEDEC, mas o periódico também recebe financiamento do CNPq.

## **4. Análise dos periódicos**

Os dados analisados nesta dissertação se referem aos artigos publicados nas revistas *RBCS*, *Dados Lua* e *Nova* entre 1985 e 2005. A *RBCS* só começou a ser publicada em 1986, portanto seus dados se referem ao período 1986-2005. A *Lua Nova*, publicada desde 1984, apresentou até o número final de 1986 um perfil de intervenção política, com uma estrutura menos acadêmica, que contava com trechos de roteiros cinematográficos, poemas, crônicas e outras produções artísticas, e somente adquiriu um perfil mais acadêmico e menos intervencionista a partir de 1987. Devido a este fato optou-se por incluir na análise apenas os artigos publicados a partir de 1987, ano que marca uma nova fase na publicação. A *Dados*, que desde a sua fundação em 1966 apresenta um perfil acadêmico, teve todos os artigos publicados entre 1985 e 2005 incluídos na pesquisa.

Foram analisados nesta pesquisa 1085 artigos, sendo 422 (38,9%) publicados na *RBCS*, 350 (32,3%) na *Dados* e 313 (28,8%) na *Lua Nova*.

### **4.1. Revista Brasileira de Ciências Sociais**

#### **4.1.1. Dados gerais do periódico**

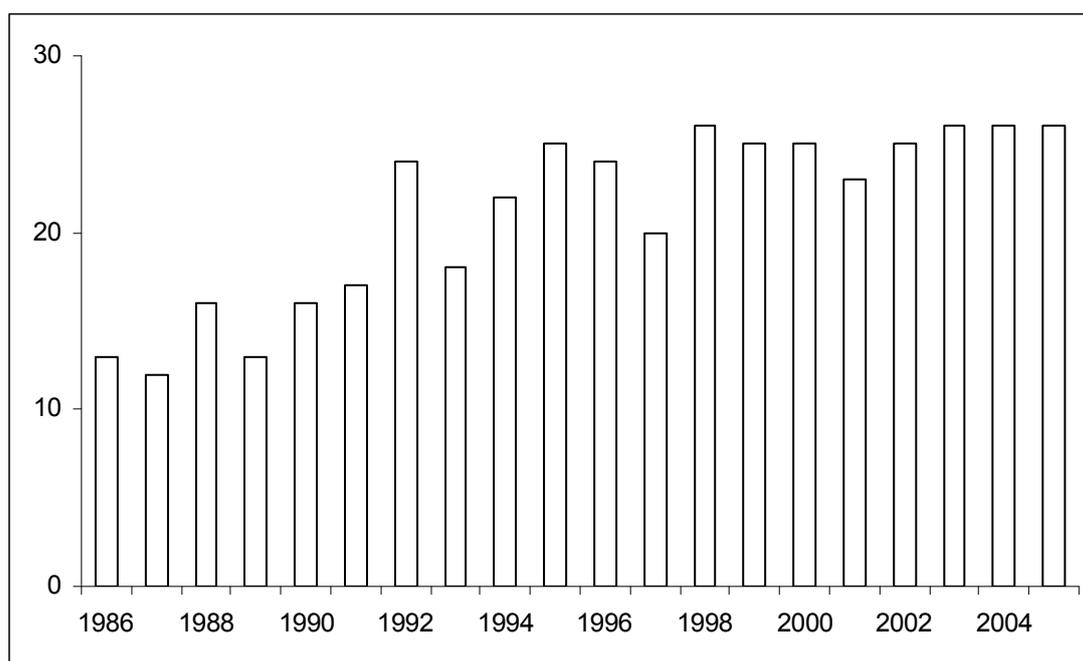
O número de artigos publicados na *RBCS* por autores brasileiros ou estrangeiros estabelecidos no Brasil entre 1986 e 2005 foi de 422. Como se vê no gráfico 1, nos primeiros anos o periódico publicava um número menor de artigos, que foi crescendo paulatinamente, com um pico em 1992 e se estabelecendo definitivamente a partir de 1998. A estabilidade no número de artigos publicados pela *RBCS* pode demonstrar uma

---

<sup>17</sup> Revistas com predominância de artigos de estudantes recebem classificação mais baixa.

preocupação com a avaliação da revista pela CAPES, que utiliza o sistema *Qualis* para avaliar periódicos desde o final da década de 1990, conforme afirmou o editor da *Dados* e personagem central do cenário de periódicos científicos no país, Charles Pessanha<sup>18</sup>. A avaliação do *Qualis*<sup>19</sup> leva em consideração diversos aspectos da organização da revista, cobrando mais estabilidade das revistas acadêmicas.

**Gráfico 1 – Evolução do número de artigos publicados por ano na *RBCS*, entre 1986 e 2005**



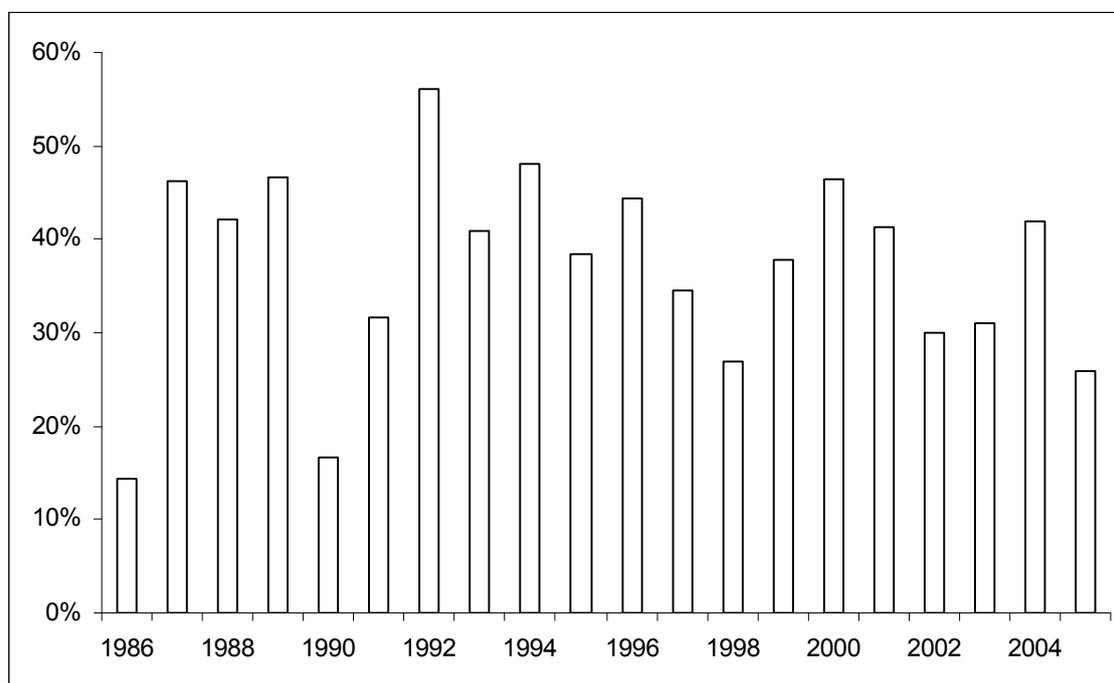
Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Na *RBCS* a divisão de gênero entre autores e autoras mostra que há uma predominância de autores, com 62,3% dos artigos, embora em vários anos o número de artigos de autoras tenha ultrapassado 40% e, em 1992, tenha chegado a 56%, além de se observar uma pequena tendência de crescimento ao longo dos anos.

<sup>18</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

<sup>19</sup> É importante ressaltar que o sistema *Qualis* não é o primeiro sistema de avaliação acadêmica. A FAPESP já possuía um sistema de avaliação que considerava o *peer-review* como indicador para avaliação.

**Gráfico 2 – Porcentagem de artigos de autoras na *RBCS*, por ano, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Mesmo com alguns picos positivos, há anos de decrescente participação de autoras, na fase inicial da revista, mas também nos últimos anos, como 2002, 2003 e 2005. Neste último ano, apenas 25,9% dos artigos publicados foram feitos por autoras. Mesmo com a estabilização do número de artigos publicados na revista nos últimos anos, como se vê no gráfico 1, o número de artigos publicados por autoras decresce.

A ex-editora Élide Rugai Bastos afirmou<sup>20</sup> que nunca houve preocupação da comissão editorial da *RBCS* em equilibrar o número de artigos em relação ao gênero dos autores. Assim, o crescimento do número de autoras com artigos na revista em relação aos primeiros anos de publicação provavelmente se deve à ampliação do número de mulheres nos cursos de pós-graduação<sup>21</sup>. Entretanto, não é possível explicar, com este argumento, a queda da participação de autoras na *RBCS* nos últimos anos.

<sup>20</sup> Em entrevista à autora, concedida em 2 de fevereiro de 2006.

<sup>21</sup> De fato, o número de mulheres nos cursos de pós-graduação é ascendente. Na última coleta de dados da CAPES (2005), registrou-se um crescimento de 12,52% no número de mulheres tituladas em cursos de pós-graduação, em dados referentes a todas as áreas do conhecimento, em relação à coleta de dados de 2003.

Analisando-se a composição do quadro docente dos departamentos de ciência política, sociologia e antropologia das principais instituições (USP, IUPERJ, IFCS/UFRJ, Museu Nacional/UFRJ, Unicamp, UFMG e UnB), pode-se observar que são compostos por 39% de professoras e pesquisadoras<sup>22</sup>. Comparando-se com a divisão entre autores e autoras da revista (37,7%), pode-se observar que são números bastante semelhantes.

As instituições mais presentes na *RBCS* estão, em sua maioria, localizadas na região sudeste do Brasil. De um total de 519 ocorrências<sup>23</sup>, 75% pertenciam à região sudeste, numa grande concentração. Na tabela 1 é possível observar as principais instituições com artigos publicados na *RBCS*:

**Tabela 1 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	75	14,5%
UFRJ	56	10,8%
Unicamp	54	10,4%
IUPERJ	37	7,1%
UFMG	31	6,0%
UnB	27	5,2%
UFF	25	4,8%
Estrangeiras	18	3,5%
UFRGS	17	3,3%
UFSCar	17	3,3%
FGV-SP	16	3,1%
UERJ	16	3,1%
UFPE	15	2,9%
PUC-RJ	12	2,3%
UFSC	12	2,3%
UFBA	11	2,1%
CEBRAP	7	1,3%
UNESP	6	1,2%
UFPB	5	1,0%
Outras instituições com frequência <1,0%	62	12,0%
TOTAL	519	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

<sup>22</sup> Dados coletados nos *sites* de internet das próprias instituições, selecionadas por serem as seis principais instituições verificadas nesta pesquisa, com mais de 50 ocorrência no total de artigos analisados..

<sup>23</sup> Utiliza-se o termo “ocorrência” para designar cada vez que o objeto aparece na pesquisa, visto que um artigo pode apresentar mais de um autor e/ou pode ter sido realizado por pesquisadores relacionados a mais de uma instituição de pesquisa.

Instituições dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam, respectivamente, 35,5% e 31,8% das ocorrências, somando 67,3%. A concentração no sudeste reflete, na verdade, uma concentração no eixo Rio – São Paulo, visto que dos 75% de ocorrências de instituições do sudeste, apenas 7,7% não estão nestes dois estados.

As cinco principais instituições, todas localizadas no sudeste, somam 48,8% das ocorrências. Entre as dez principais instituições, apenas duas, UnB e UFGRS, não se localizam na região sudeste, além da soma das ocorrências de universidades estrangeiras. Até a soma de todas as ocorrências de universidades estrangeiras é superior às instituições de regiões alternativas ao sudeste, com exceção da UnB.

As universidades e centros de pesquisa estrangeiros<sup>24</sup> se apresentam em oitavo lugar na frequência de ocorrências nos artigos, o que demonstra que muitos dos autores brasileiros realizam pesquisas no exterior e transportam para o campo acadêmico do Brasil as idéias adquiridas durante seus trabalhos em instituições estrangeiras.

É importante ressaltar que houve somente uma ocorrência a uma instituição da região norte, a UFAM, o que representa 0,2% das ocorrências. Ao mesmo tempo, instituições estrangeiras apresentaram 18 ocorrências, ou 3,5% do total de ocorrências, como pode se observar na tabela 2:

**Tabela 2 – Número de ocorrências e frequência de instituições na RBCS, entre 1986 e 2005, por região**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	389	75,0%
Sul	38	7,3%
Nordeste	38	7,3%
Centro-oeste	28	5,4%
Exterior	18	3,5%
Federal	7	1,3%
Norte	1	0,2%
TOTAL	519	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

<sup>24</sup> É importante observar que a pesquisa só analisou artigos de brasileiros e estrangeiros estabelecidos no Brasil, excluindo da pesquisa artigos de autores estrangeiros.

A ex-editora da *RBCS* Élide Rugai Bastos afirmou<sup>25</sup> que a comissão editorial da revista não apresenta uma preocupação específica com a distribuição de artigos de acordo com a região do país, e que a publicação reflete, também, a proveniência dos artigos enviados<sup>26</sup>, que são em sua maior parte de autores ligados a instituições de pesquisa do sudeste, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. Provavelmente, segundo ela, a distribuição das instituições citadas é concentrada no sudeste porque nesta região se localiza a maioria dos programas de pós-graduação em ciências sociais brasileiros. Como a *RBCS* é um periódico da ANPOCS, associação científica que representa programas de pós-graduação e centros de pesquisa em ciências sociais no país, a distribuição de instituições às quais estavam ligados os autores dos artigos no momento da publicação provavelmente refletiria esta distribuição concentrada de programas de pós-graduação e centros de pesquisa em ciências sociais brasileiros na região sudeste do país.

É um argumento interessante, mas ao observar as instituições sócias da ANPOCS, nota-se que 57% das instituições com filiação à associação se localizam no sudeste, número significativamente menor do que 75% das instituições dos artigos publicados na *RBCS* entre 1986 e 2005.

**Tabela 3 – Sócios da ANPOCS, por região, em 2006**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	45	57,0%
Nordeste	16	20,3%
Sul	10	12,6%
Centro-oeste	5	6,3%
Norte	3	3,8%
TOTAL	79	100%

Fonte: Site da ANPOCS, [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)

Outro dado importante se refere à composição da comissão editorial da *RBCS*. Em 20 anos, ou toda a vida da revista, a comissão editorial esteve sempre composta por pesquisadores de instituições do sudeste, como se vê na tabela 4:

<sup>25</sup> Em entrevista à autora, concedida em 2 de fevereiro de 2006.

<sup>26</sup> A pesquisadora não conseguiu ter acesso aos artigos enviados à *RBCS*, sob a alegação de que são sigilosos. Infelizmente, portanto, não se pode controlar esta informação.

**Tabela 4 – Composição da comissão editorial da *RBCS*, por instituição, entre 1986 e 2005**

<b>Ano</b>	<b>Vínculo Institucional da Comissão Editorial</b>
1986-1988	Unicamp
1988-1990	UFRJ
1990-1992	Museu Nacional (UFRJ); IUPERJ; UFRJ
1992-1994	USP; Unicamp; USP
1994-1996	Unicamp; Unicamp; USP
1996-1998	USP; USP; Unicamp
1998-2000	Unicamp; USP; USP
2000-2002	USP; USP; USP; Unicamp
2003-2004	USP; USP; Unicamp
2005-2006	USP; USP; USP; FGV-SP; PUC-SP

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Apenas durante quatro anos, entre 1988 e 1992, a comissão editorial esteve composta por pesquisadores de instituições do Rio de Janeiro. Desde 1992, somente há membros de instituições paulistas.

Bastos<sup>27</sup> afirmou que os membros da comissão editorial normalmente são pesquisadores de São Paulo porque a ANPOCS não disponibiliza verbas para deslocamentos a fim de financiar encontros da comissão. Esta é uma explicação razoável, mas a predominância total de membros da comissão editorial de instituições do sudeste (100%), ou apenas de São Paulo (86,21%), ou mesmo concentrados na USP (51,72%) demonstra uma centralização em instituições de pesquisa específicas, como pode se observar na tabela 5:

---

<sup>27</sup> Em entrevista à autora, concedida em 2 de fevereiro de 2006.

**Tabela 5 – Número de ocorrências e frequência das instituições dos membros da comissão editorial da *RBCS*, entre 1986 e 2005**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	15	51,72%
Unicamp	8	27,59%
UFRJ	3	10,34%
IUPERJ	1	3,45%
FGV-SP	1	3,45%
PUC-SP	1	3,45%
TOTAL	29	100,00%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Os principais autores que publicam na revista podem ser observados na tabela 6:

**Tabela 6 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

Autor/Autora	Nº artigos	Frequência	Vínculo Institucional
Elisa P. Reis	9	1,9%	UFRJ, IUPERJ
Roberto Grün	7	1,5%	UFSCar
Marcus André Melo	6	1,3%	UFPE, Unicamp
Fábio Wanderley Reis	5	1,0%	UFMG
Gláucio Ary Dillon Soares	5	1,0%	Univ. da Flórida
Renato Ortiz	5	1,0%	Unicamp, PUC-SP
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães	4	0,8%	UFBA, USP
Eli Diniz	4	0,8%	IUPERJ, UFRJ
Maria Rita Loureiro	4	0,8%	FGV-SP, USP
Octavio Ianni	4	0,8%	Unicamp, USP
Renan Springer de Freitas	4	0,8%	UFMG
Roberto Cardoso de Oliveira	4	0,8%	UnB, Unicamp
Ruben George Oliven	4	0,8%	UFRGS
Total	478	100,0%	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Entre estes autores, destaca-se ainda a supremacia da vinculação institucional a universidades do sudeste, que representam 76,1% das instituições às quais eram vinculados os autores que tiveram um número maior de artigos na *RBCS*. Onze dos treze principais autores (84,6%) apresentam vinculação com instituições do sudeste.

**Tabela 7 – Região dos principais autores e número de instituições, na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

<b>Região</b>	<b>Nº instituições</b>	<b>Freqüência</b>
Sudeste	16	76,1%
Nordeste	2	9,5%
Centro-oeste	1	4,8%
Sul	1	4,8%
Norte	-	-
Exterior	1	4,8%
Total	21	100,00%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Analisando os dados sobre as instituições com maior número de ocorrências nos artigos da *RBCS*, a composição institucional da comissão editorial da revista e as instituições às quais foram e/ou são ligados os principais autores, observa-se que os trabalhos publicados na *RBCS* são majoritariamente de pesquisadores de instituições do sudeste, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro. Sabe-se que a maior parte das instituições de pesquisa mais tradicionais das ciências sociais se estabeleceram nessa região<sup>28</sup>, inclusive aquelas que captaram muitos investimentos de agências de fomento durante o seu fortalecimento, e que ainda hoje este fato se reflete no campo das ciências sociais. No entanto, é necessário analisar que a verificação de uma supremacia das instituições desta região nos artigos de um periódico tão importante, classificado como “Internacional A” no *Qualis* e a principal revista da ANPOCS, que é a associação nacional em ciências sociais brasileira, pode não somente ser um reflexo de uma situação de proeminência das instituições do sudeste, mas também um estímulo à manutenção do quadro de desigualdade na produção intelectual no país.

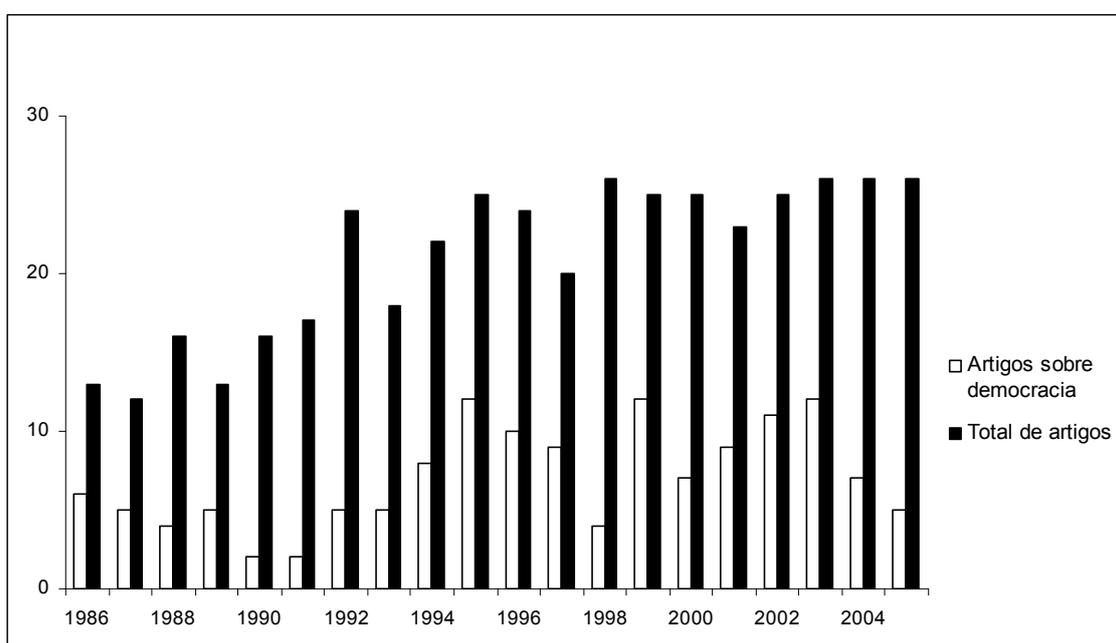
---

<sup>28</sup> Como se explicou no capítulo 3, seção 3.1 desta dissertação.

### 4.1.2. Tratamento do tema “democracia”

Dos 422 artigos publicados pela *RBCS* entre 1986 e 2005, 33,2% tratavam sobre o tema “democracia”. Ao longo dos anos, é possível observar que os artigos que tratam sobre democracia acompanham a evolução do número de artigos publicados pela revista, com exceção de alguns casos específicos.

**Gráfico 3 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *RBCS*, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

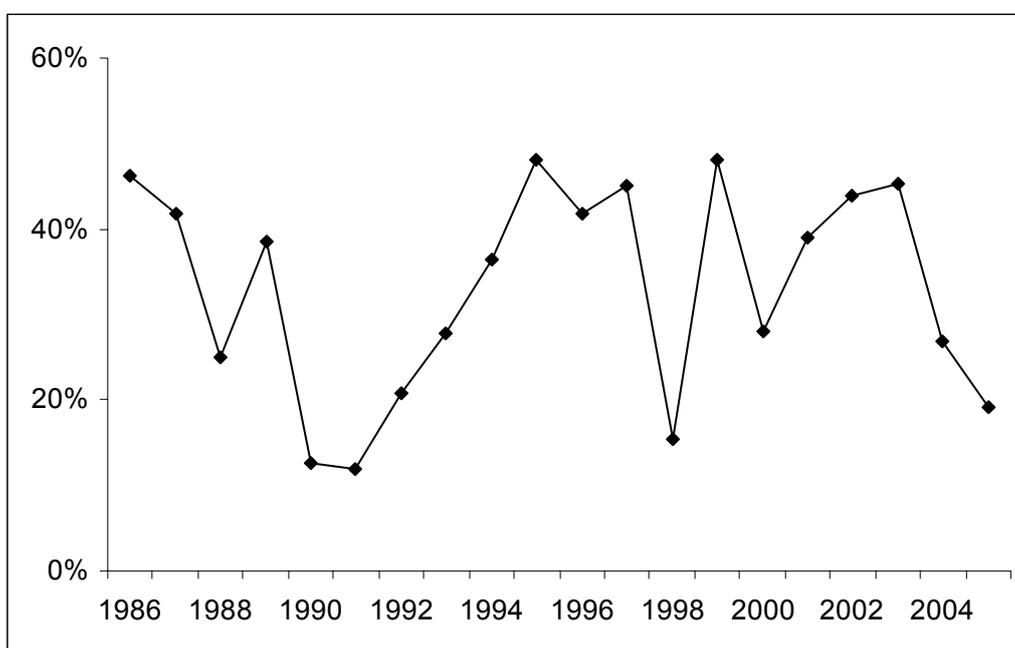
É possível observar dois grandes picos negativos de publicação, em 1990-91 e 1998. Isto significa que, durante os dois primeiros anos do governo Collor e no ano da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, discutiu-se muito pouco sobre a democracia na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

O governo Collor foi fruto da primeira eleição direta para Presidente da República, depois de vinte e um anos de ditadura militar, em um contexto em que não se definira ainda como a democracia se estabeleceria no Brasil. Já o período de reeleição de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por um esvaziamento da discussão política no Brasil, planejada pela coordenação de campanha, visto que era um

presidente com uma boa aprovação e com muitas chances de se reeleger se mantidas as condições pré-eleitorais. Além disso, o silêncio político deste período também foi verificado em outro campo discursivo politicamente relevante: na mídia, através da cobertura da maior rede de televisão do país, a Rede Globo, em seu principal telejornal, o Jornal Nacional.<sup>29</sup>

É importante perceber que nestes anos havia uma expansão do número total de artigos da *RBCS* e, portanto, não é uma queda geral do número de artigos na revista que explica o silêncio sobre a democracia nestes períodos. Na *RBCS*, 1998 foi um ano vazio para a discussão sobre democracia. Enquanto a revista atingia, pela primeira vez, o pico de 26 artigos publicados por brasileiros ou estrangeiros estabelecidos no Brasil, o número de artigos que tratam sobre democracia foi de quatro artigos, ou 15,4% dos artigos publicados naquele ano. Em 1997, este percentual foi de 45% (nove entre doze artigos) e, em 1999, de 48% (doze entre 25 artigos).

**Gráfico 4 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *RBCS*, por ano, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

<sup>29</sup> Em quase 28 horas de telejornal, em doze semanas pré-eleitorais de 1998 pesquisadas por Miguel (1999), apenas 1 hora e 15 minutos se referiam às eleições, sendo somente 10 minutos e 24 segundos relacionados diretamente ao debate eleitoral (0,6% do tempo total) (Miguel, 1999: 256-7).

O debate sobre democracia na *RBCS*, embora tenha caído muito durante o período 1990-92 (governo Collor), tendo chegado a somente 11,8% dos artigos em 1991, começou a se recuperar em 1992 e apresentou quedas nos anos 1998, 2000 e 2004 (que se manteve em 2005). Outra grande queda ocorreu em 1998, ano da eleição para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O último período analisado, quase vinte anos após o retorno do poder político aos civis, também registra uma tendência de queda na publicação de artigos sobre o democracia. Se em 2003 os artigos que tratavam sobre democracia chegavam a 46,2% do total de artigos do ano (doze entre 26 artigos), este número cai para 26,9% em 2004 (sete entre 26 artigos) e 19,2% em 2005 (cinco entre 26 artigos).

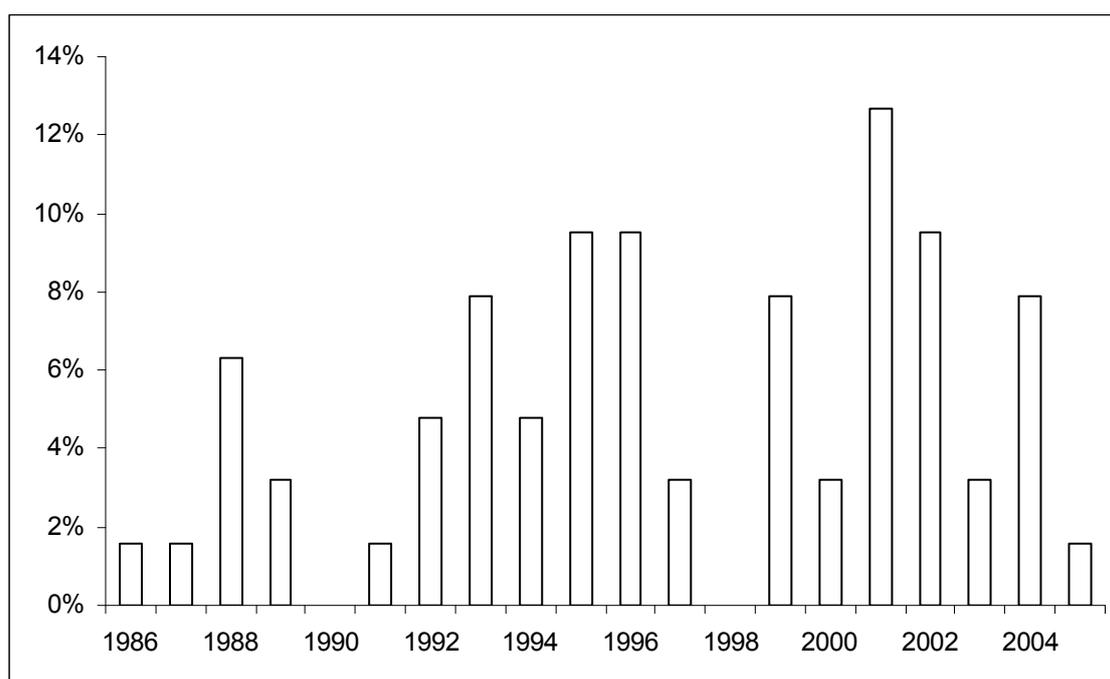
Também é interessante notar que os três maiores picos dos artigos sobre democracia, excetuando-se o de 1986, ano de lançamento da revista, acontecem em três ocasiões de primeiro ano de mandato de um governo: 1995 é o primeiro ano do primeiro governo FHC, 1999 é o primeiro ano do segundo governo FHC e 2003 é o primeiro ano do governo Lula. Nas três ocasiões, os anos seguintes (1996, 2000 e 2004) são de queda do número de artigos sobre democracia, sendo que as evoluções 1999-2000 e 2003-4 são idênticas, embora em 1996 a queda tenha sido bem menos intensa. Este fato leva à observação de que o debate sobre democracia tende a ser maior durante períodos eleitorais e primeiros anos de governo, com algumas exceções (1990 e 1998). É preciso observar que existe uma *décalage* de tempo entre os momentos de pesquisa, redação e publicação de um artigo acadêmico, fato que, na análise dos dados, leva à percepção de que os artigos publicados nos momentos de início de mandato se referem, provavelmente, a pesquisas realizadas em um período anterior ou concomitante às eleições.

Observa-se, entre 1986 e 1991, uma tendência de queda no número de artigos que tratam sobre democracia (excetuando-se 1989), com uma recuperação seguida de um crescimento constante de 1992 a 1995, entre o impeachment de Fernando Collor e o primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. O período 1995-2005 apresenta muitas oscilações, mas a tendência de queda no número de artigos reaparece.

Do total de 164 autores dos artigos que tratam sobre democracia, 38,4% são autoras. É um número ligeiramente superior à frequência de autoras entre os artigos em geral, 37,7%. Em relação à divisão entre autores e autoras nos artigos que tratam sobre democracia, pode-se afirmar que a distribuição acompanha a divisão de gênero no total

de artigos da revista. Os dados demonstram, inclusive, que nos dois anos de queda na publicação de artigos de autoras, 1990 e 1998, também anos de queda na publicação de artigos sobre democracia, não foi publicado nenhum artigo sobre democracia escrito por autoras.

**Gráfico 5 - Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na RBCS, por ano, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As instituições com as maiores ocorrências entre os artigos que tratam sobre democracia, a exemplo das instituições em geral, estão em sua maioria localizadas no sudeste. As instituições que ocupam as cinco primeiras posições entre os artigos que tratam sobre democracia representam mais da metade do total de ocorrências: 51,5%. Na tabela 8 pode-se observar quais são as principais instituições:

**Tabela 8 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	31	17,0%
Unicamp	22	12,1%
IUPERJ	19	10,4%
UFMG	11	6,0%
UFRJ	11	6,0%
Estrangeiras	9	4,9%
UFPE	8	4,4%
UnB	7	3,8%
UFF	6	3,3%
UFRGS	6	3,3%
UFSC	6	3,3%
PUC-RJ	5	2,7%
UERJ	5	2,7%
FGV-SP	4	2,2%
CEBRAP	3	1,6%
UNESP	3	1,6%
IDAC	2	1,1%
PUC-SP	2	1,1%
UFSCar	2	1,1%
Outras instituições com frequência ≤1%	20	11,0%
TOTAL	182	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

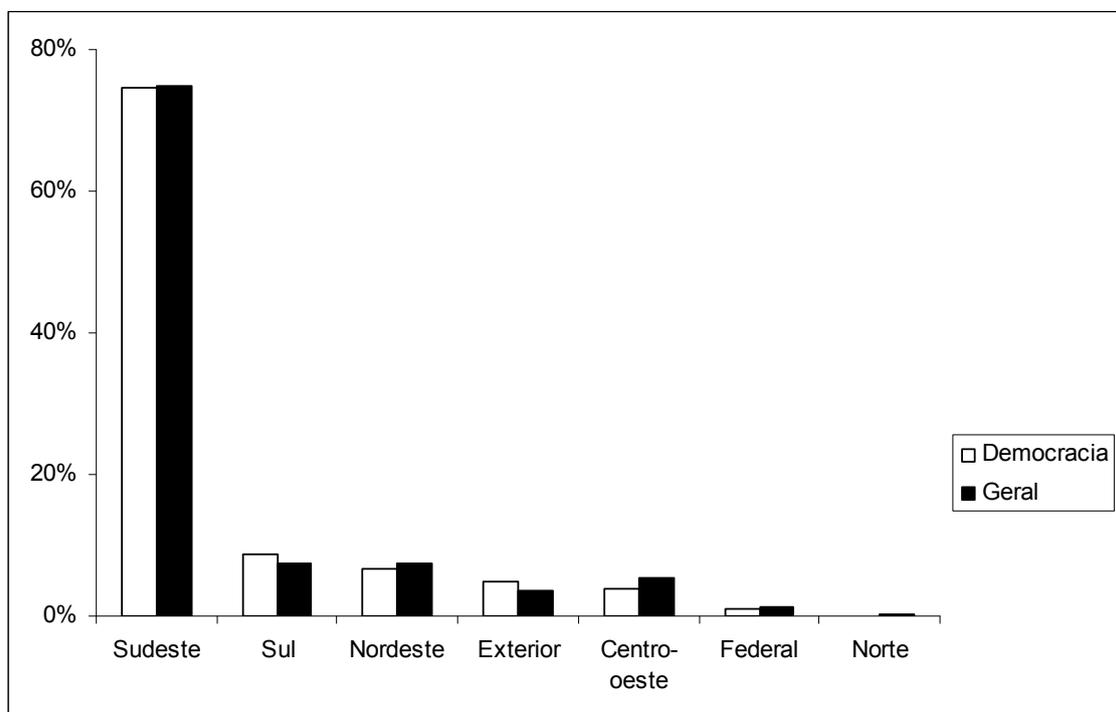
A principal diferença entre os dados das instituições no geral (Tabela 1) e das instituições nos artigos que tratam sobre democracia (Tabela 8) publicados na *RBCS* pode ser observada com a mudança de posição da UFRJ, que nos dados gerais da revista se apresenta como a segunda instituição em número de ocorrências, para a quinta posição na tabela específica dos artigos que tratam sobre democracia. Isto possivelmente acontece porque as ocorrências do Museu Nacional, que possui um excelente e bastante produtivo programa de pós-graduação em antropologia social, ligado à UFRJ, foram contabilizadas em agrupamento com as demais ocorrências da UFRJ. Uma parte expressiva dos artigos em antropologia não tratava sobre o tema “democracia”, embora não tenha se realizado uma quantificação exata deste aspecto dos artigos, que não foram classificados dentro de disciplinas específicas.

Também é possível observar que os artigos publicados por autores ligados a instituições estrangeiras aparecem em sexto lugar na Tabela 8, ao passo que representavam uma parcela menor entre os dados gerais. A UFPE também tem uma

participação mais significativa entre os artigos que tratam sobre democracia, visto que entre os dados gerais ela representava 2,9% das ocorrências, na 13ª posição, e entre os dados específicos representa 4,4%, com o 7º lugar em ocorrências.

A concentração dos artigos se repete nas instituições de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam 37,4% e 30,2% das ocorrências, respectivamente. Na tabela 9 e no gráfico 6 observa-se que nos artigos que tratam sobre democracia a predominância institucional, como nos dados gerais, também se dá no sudeste do país, que apresenta 74,7% das ocorrências. Há também uma queda na expressividade das instituições do centro-oeste, se comparada à frequência da região entre todos os artigos publicados. Instituições estrangeiras, através de pesquisadores brasileiros, apresentam mais ocorrências com temas relacionados à democracia do que instituições da região centro-oeste. A região norte, que apresenta apenas um artigo publicado na *RBCS*, não apresenta nenhuma ocorrência: este único artigo não tratava sobre democracia.

**Gráfico 6 - Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *RBCS*, por região, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

**Tabela 9 - Número de ocorrências e frequência de instituições na *RBCS*, entre 1986 e 2005, por região, nos artigos que tratam sobre democracia**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	136	74,7%
Sul	16	8,8%
Nordeste	12	6,6%
Exterior	9	4,9%
Centro-oeste	7	3,8%
Federal <sup>a</sup>	2	1,1%
Norte	0	0,0%
TOTAL	182	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Entre os autores e autoras que mais publicam artigos que tratam sobre democracia na *RBCS*, observa-se que nenhum deles é ligado a instituições paulistas:

**Tabela 10 - Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *RBCS*, entre 1986 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Autor/Autora	Nº artigos	Frequência	Vínculo Institucional
Elisa P. Reis	4	2,4%	UFRJ, IUPERJ
Gláucio Ary Dillon Soares	4	2,4%	Univ. da Flórida
Eli Diniz	3	1,8%	IUPERJ
Fábio Wanderley Reis	3	1,8%	UFMG
Marcus André Melo	3	1,8%	UFPE
Total	164	100,0%	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

É importante ressaltar que os dois principais autores tiveram cargos importantes em associações das ciências sociais: Elisa P. Reis foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, que publica a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no biênio 1996-8; Gláucio Ary Dillon Soares foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, no biênio 2000-1, e reeleito no biênio 2002-3.

Ao se analisar o vínculo institucional, observa-se que a maior instituição em número de artigos publicados que tratam sobre democracia, a USP, não aparece entre os autores que publicaram mais de três artigos na *RBCS*.

O IUPERJ, instituição que tem mais ocorrências entre os principais autores, aparece ligado às duas principais pesquisadoras com artigos publicados na *RBCS*, Elisa P. Reis e Eli Diniz (primeira e oitava posição, respectivamente, como se vê na tabela 7).

Nos 140 de artigos (33,2 %), que tratavam sobre o tema “democracia” na *RBCS*, foram analisadas a centralidade do tema na pesquisa e a abordagem do conceito de democracia. Nestes artigos, a maior parte (44,3%) tratava o tema como uma questão secundária na pesquisa (ou seja, o tema apenas era tangenciado), em 38,6% a democracia era uma questão central (um tema importante no trabalho, mas não o principal) e somente 17,1% tinha a democracia como o tema principal do artigo. A discussão do conceito de democracia (discussão dos elementos e princípios essenciais para uma democracia) era realizada em apenas 11,4% dos artigos, em 23,6% o conceito era apresentado expressamente sem ser discutido (apresentação de uma definição clara) e em 65% dos artigos o conceito de democracia estava implícito na argumentação, sem ser discutido ou apresentado expressamente.

De acordo com a centralidade do tema “democracia” no artigo, são observadas mudanças em relação às instituições dos autores, como se vê na tabela 11:

**Tabela 11 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

Instituição	Tema principal	Questão central	Questão secundária
UFMG	16,7%	6,6%	2,2%
IUPERJ	10,0%	13,1%	8,8%
UFRJ	10,0%	3,3%	6,6%
USP	10,0%	21,3%	16,5%
Estrangeiras	6,7%	3,3%	5,5%
UnB	6,7%	3,3%	3,3%
Unicamp	6,7%	13,1%	13,2%
CEBRAP	3,3%	-	2,2%
PUC-RJ	3,3%	1,6%	3,3%
UERJ	3,3%	1,6%	3,3%
UFCE	3,3%	-	-
UFF	3,3%	3,3%	3,3%
UFPE	3,3%	8,2%	2,2%

UFRGS	3,3%	3,3%	3,3%
UFSC	3,3%	3,3%	3,3%
UNESP	3,3%	3,3%	-
UNI-BH	3,3%	-	-
FGV-SP	-	3,3%	2,2%
ISER	-	1,6%	-
PUC-SP	-	1,6%	1,1%
UFBA	-	1,6%	-
UFPR	-	1,6%	-
UFS	-	1,6%	-
IDAC	-	-	2,2%
UFSCar	-	-	2,2%
CEDEC	-	-	1,1%
CEDIM-RJ	-	-	1,1%
CEPIA	-	-	1,1%
Conservatório Bras. de Música	-	-	1,1%
FGV-RJ	-	-	1,1%
IBGE	-	-	1,1%
IEPES-RJ	-	-	1,1%
MCT	-	-	1,1%
PUC-MG	-	-	1,1%
PUC-RS	-	-	1,1%
UFPB	-	-	1,1%
UFSM	-	-	1,1%
ULBRA	-	-	1,1%
UNIP	-	-	1,1%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No pequeno número de artigos que apresentam a democracia como seu tema principal (17,1% do total de artigos que tratam sobre democracia), a UFMG é a principal instituição. Ela é a única instituição em que o número de artigos que tratam sobre democracia como o tema principal é maior do que aqueles que tratam democracia como uma questão central ou secundária. Destacam-se também, com menos ocorrências, o IUPERJ, a UFRJ e a USP. Entre os artigos que apresentam a democracia como uma questão central (38,6% do total de artigos que tratam sobre democracia), o maior destaque é a USP, seguida por IUPERJ e Unicamp e com um destaque menor da UFPE. Já entre os artigos que tratam a democracia como uma questão secundária na pesquisa, que compreende a maior parte dos artigos que tratam sobre este tema (44,3%), os destaques são USP e Unicamp, seguidos por IUPERJ e UFRJ. As instituições estrangeiras também apresentam algum destaque, menor do que as instituições já citadas. É importante perceber que todos os grandes destaques são universidades do sudeste, com exceção do pequeno mas importante destaque da UFPE entre as

instituições dos artigos que tratam sobre democracia como uma questão central na pesquisa.

Também é importante observar que a primeira posição entre as instituições que tratam a democracia como tema principal, embora seja de uma universidade do sudeste, é uma instituição de Minas Gerais, a UFMG. As principais posições seguintes são ocupadas por instituições fluminenses (IUPERJ e UFRJ) e paulista (USP). A USP, por sua vez, encabeça a lista das instituições com maior número de ocorrências entre os artigos que tratam a democracia como questão central ou secundária, mas aparece na quarta posição na lista de instituições entre os artigos que tratam a democracia como o tema principal. Os artigos de pesquisadores ligados ao IUPERJ tratam sobre democracia, em sua maioria, como uma questão central ou secundária. Nos artigos de pesquisadores da Unicamp, a maior parte trabalha com o tema como uma questão secundária.

Nos artigos que tratam sobre democracia, somente 11,4% apresentam e discutem o conceito de democracia, enquanto 23,6% apresentam expressamente o conceito de democracia. Em 65% dos artigos o conceito de democracia está implícito.

Analisando a tabela 12, pode-se observar que entre os poucos artigos nos quais o conceito de democracia é discutido, destacam-se UFMG, Unicamp e USP. O caso da UFMG é o mais expressivo, porque, com um número pequeno de artigos de autores desta universidade publicados na *RBCS*, três artigos que discutem o conceito representam 27,3% do total de artigos que tratam sobre democracia publicados por pesquisadores desta instituição. No caso da USP, esse percentual é de 9,7%, e no da Unicamp, 13,7%.

**Tabela 12 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

Instituição	Discutido	Apres. expressamente	Implícito
UFMG	15,0%	7,9%	4,0%
Unicamp	15,0%	5,3%	13,7%
USP	15,0%	26,3%	14,5%
UnB	10,0%	7,9%	1,6%
CEBRAP	5,0%	2,6%	0,8%
IUPERJ	5,0%	5,3%	12,9%
PUC-RJ	5,0%	5,3%	1,6%
UFF	5,0%	-	4,0%
UFPE	5,0%	10,5%	2,4%

UFRGS	5,0%	-	4,0%
UFRJ	5,0%	5,3%	6,5%
UFSC	5,0%	2,6%	3,2%
UNESP	5,0%	-	1,6%
Estrangeiras	-	13,2%	3,2%
UERJ	-	5,3%	2,4%
MCT	-	2,6%	-
FGV-SP	-	-	3,2%
IDAC	-	-	1,6%
PUC-SP	-	-	1,6%
UFSCar	-	-	1,6%
CEDEC	-	-	0,8%
CEDIM-RJ	-	-	0,8%
CEPIA	-	-	0,8%
Conservatório Bras. de Música	-	-	0,8%
FGV-RJ	-	-	0,8%
IBGE	-	-	0,8%
IEPES-RJ	-	-	0,8%
ISER	-	-	0,8%
PUC-MG	-	-	0,8%
PUC-RS	-	-	0,8%
UFBA	-	-	0,8%
UFCE	-	-	0,8%
UFPB	-	-	0,8%
UFPR	-	-	0,8%
UFS	-	-	0,8%
UFSM	-	-	0,8%
ULBRA	-	-	0,8%
UNI-BH	-	-	0,8%
UNIP	-	-	0,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A UFPE, embora apresente um número baixo de artigos que tratam sobre democracia publicados, também se destaca: metade de seus artigos apresenta o conceito de democracia implicitamente.

A USP se destaca entre as instituições com artigos que apresentam expressamente o conceito de democracia (26,3% do total destes artigos), mas o número de artigos de pesquisadores desta instituição nos quais o conceito está implícito é muito maior, representando 58,1% do total de artigos desta instituição que tratam sobre democracia.

Unicamp, IUPERJ e UFRJ se destacam entre as instituições cujos artigos apresentam o conceito de democracia implicitamente. A discussão ou apresentação do conceito nos artigos destas universidades são bastante baixas.

É importante observar que nos artigos de pesquisadores ligados a instituições estrangeiras há um equilíbrio entre a apresentação do conceito de democracia expressamente ou implicitamente, mas em nenhum dos artigos há a sua discussão.

#### **4.1.3. Elementos de democracia**

Dentre estes dez elementos de democracia analisados, concorrência eleitoral é destacadamente o que apresenta maior ocorrência. Além de ser o elemento com o maior número de ocorrências como elemento principal dos artigos, é razoavelmente apresentado como elemento secundário, o segundo mais apontado como insuficiente e o mais contestado entre todos os elementos. Do total de ocorrências, 18,2% se refere à concorrência eleitoral.

Direitos individuais é o segundo elemento mais apontado como elemento principal. Somente concorrência eleitoral e direitos individuais tiveram uma ocorrência maior do que 5% (com 9,4% e 6,8%, respectivamente). O elemento com maior número de ocorrências como insuficiente mais citado é direitos individuais, com 3,4%. De todos os elementos, direitos individuais é o segundo mais citado globalmente.

Verifica-se que os dois elementos com o maior número de ocorrências globais, concorrência eleitoral e direitos individuais, respectivamente, são os dois elementos mais apontados como elemento principal e também os mais apontados como insuficientes (desta vez, com direitos individuais à frente). Somados, estes elementos representam 32,5% do total de ocorrências, mais de um terço (36,2%) do total de ocorrências de elementos principais e mais da metade (53,2%) do total de elementos insuficientes.

**Quadro 2 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da RBCS que tratam sobre democracia, entre 1986 e 2005**

<b>Elementos</b>	<b>elem. principal</b>	<b>elem. secundário</b>	<b>insuficiente</b>	<b>contestado</b>	<b>TOTAL</b>
Concorrência	9,4%	3,6%	2,4%	2,7%	18,2%
Pluralismo	4,6%	4,6%	1,0%	1,2%	11,4%
Lei	3,4%	2,9%	1,2%	2,4%	9,9%
Direitos	6,8%	2,9%	3,4%	1,2%	14,3%
Poderes	2,9%	2,4%	0,2%	1,0%	6,5%
Participação	3,4%	2,4%	0,7%	1,0%	7,5%
Igualdade	4,6%	4,6%	0,7%	0,5%	10,4%
Deliberação	1,9%	1,5%	-	0,7%	4,1%
Bem comum	4,4%	3,9%	1,2%	1,0%	10,4%
Multiculturalismo	3,4%	3,9%	-	-	7,3%
<b>TOTAL</b>	<b>44,8%</b>	<b>32,7%</b>	<b>10,9%</b>	<b>11,6%</b>	<b>100,0%</b>

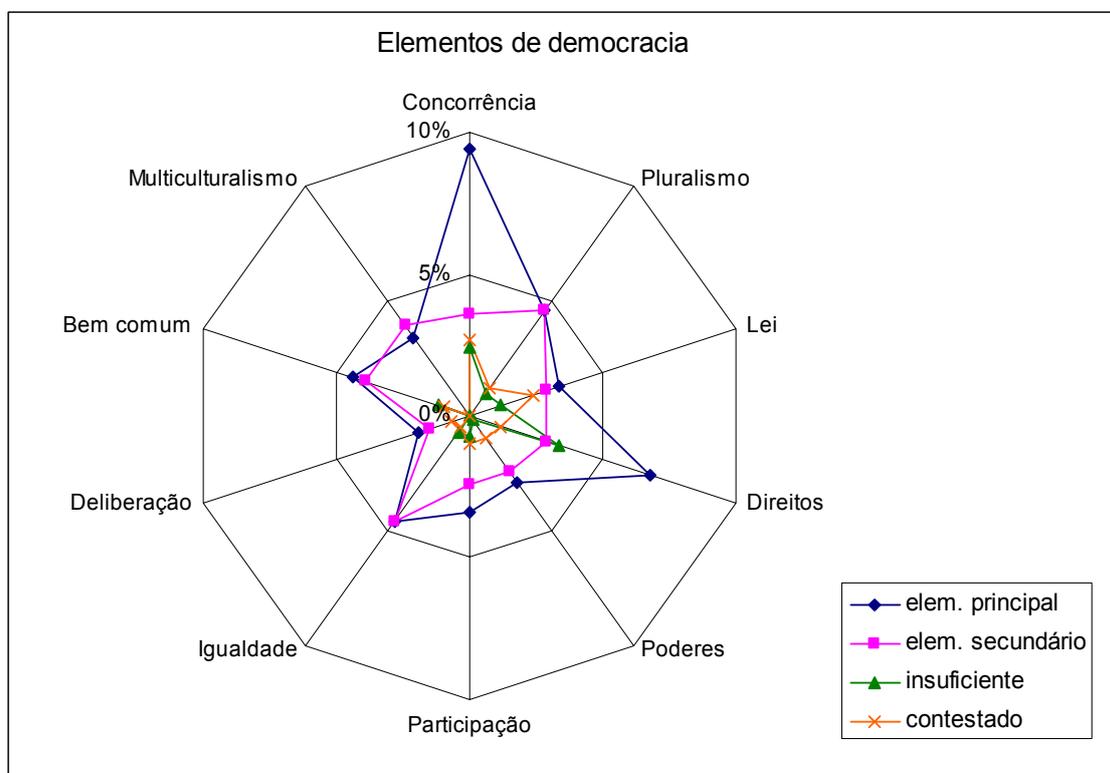
Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As maiores ocorrências como elemento secundário são de pluralismo e igualdade, com 4,6%. Igualdade é o único elemento de uma vertente alternativa à liberal-pluralista que apresenta o maior número de ocorrências em qualquer categoria específica (no caso, como elemento secundário), mesmo empatado (com pluralismo).

Outros elementos receberam uma ocorrência global maior do que 10%, embora não cheguem a se apresentar como concorrência eleitoral e direitos individuais: pluralismo e igualdade (elementos secundários mais citados) e bem comum.

Os principais elementos contestados são concorrência (o elemento mais apontado em todas as categorias, exceto elemento secundário) e império da lei. Multiculturalismo não recebeu nenhuma contestação, além de não ter sido apontado como elemento insuficiente nenhuma vez. Deliberação também não teve nenhuma ocorrência como elemento insuficiente.

**Gráfico 7 - Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *RBCS* que tratam sobre democracia, entre 1986 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 7 pode-se observar a distribuição das ocorrências entre os elementos. Verifica-se que a ocorrência de concorrência eleitoral e direitos individuais é muito superior às demais ocorrências, e que há um acompanhamento da distribuição como elemento principal e secundário, excetuando-se os casos da concorrência eleitoral e dos direitos individuais.

A ocorrência do elemento como insuficiente também tende a acompanhar a distribuição do elemento principal: as maiores ocorrências são de concorrência eleitoral e, principalmente, direitos individuais. A contestação, por sua vez, se evidencia em relação à concorrência eleitoral e ao império da lei, elemento de democracia com menores ocorrências.

Os elementos com maior número de ocorrências na discussão sobre democracia são, em sua maioria, elementos da corrente liberal-pluralista. Mesmo quando elementos alternativos aos liberal-pluralistas têm muitas ocorrências, são acompanhados ou

ultrapassados no número de ocorrências por elementos da democracia liberal. Em compensação, os elementos liberal-pluralistas são também os mais contestados e classificados como insuficientes.

#### **4.1.4. Relações entre os elementos de democracia**

Realizando o teste do qui quadrado para se verificar quais elementos de democracia são estatisticamente dependentes, com um nível de significância alta ( $p \leq 1\%$ ), observa-se que há relações significantes entre os elementos participação de todos na deliberação e concorrência eleitoral, e concorrência eleitoral e império da lei. Os demais elementos de democracia se comportam como variáveis independentes.

Entre participação e concorrência eleitoral ( $p=0,2\%$ ), a relação se desenha através de contestações, principalmente. Entre os artigos que apresentam os dois elementos, há relação estatisticamente significativa naqueles em que um dos elementos é apontado como elemento principal e o outro, como contestado, além de ambos os elementos terem sido apontados simultaneamente como insuficientes.

A relação entre concorrência eleitoral e império da lei ( $p=0,2\%$ ) também se desenha, em especial, através das contestações. A maior parte dos artigos que cita os dois elementos ao mesmo tempo contesta ambos. Há também relação em artigos que apontam concorrência eleitoral como elemento secundário para a democracia e império da lei como um elemento insuficiente.

Este cenário é interessante se analisado teoricamente, tendo em vista a importância dos elementos para cada vertente de democracia. A contestação da participação de todos na deliberação em artigos que apontam a concorrência eleitoral como elemento principal de democracia faz sentido teoricamente, se observada a tradição liberal antiparticipativa baseada no pensamento de Samuel Huntington e Seymour Lipset. Para Huntington, o excesso de participação pode levar as democracias liberais à crise (por um excesso de demandas), enquanto Lipset afirma que a falta de participação atesta a concordância com o sistema político (portanto, o incremento de participação seria indesejável). Ao mesmo tempo, a tradição participacionista contesta a tradição liberal no ponto da restrição da participação política a momentos formais, como

a competição eleitoral para a escolha de governantes, visto que valoriza uma participação política mais ampla.

Já a relação entre concorrência eleitoral e império da lei, baseada nas contestações simultâneas recebidas por estes elementos, também fazem sentido teoricamente se observadas sob as críticas ao modelo liberal-pluralista, que se apresenta como um conjunto de instituições políticas (entre elas, a mais importante seria a competição eleitoral para a escolha de governantes) a que todos devem se submeter (o império da lei, portanto).

#### 4.1.5. Autores citados na discussão sobre democracia

Dos 140 artigos que tratam sobre democracia na *RBCS*, 43 não citaram nenhum autor na discussão sobre democracia. Os outros 97 artigos citaram pelo menos um autor nesta discussão.

Na tabela 14 pode-se observar os autores que receberam mais de 0,8% do total de citações nos artigos:

**Tabela 13 - Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *RBCS*, entre 1986 e 2005**

<b>Autor citado</b>	<b>Nº citações</b>	<b>Frequência</b>
HABERMAS, Jürgen	18	2,1%
PRZEWORSKI, Adam	15	1,8%
DAHL, Robert	11	1,3%
O'DONNELL, Guillermo	10	1,2%
OFFE, Claus	10	1,2%
SANTOS, Wanderley Guilherme dos	9	1,1%
MAINWARING, Scott	8	1,0%
TOCQUEVILLE, Alexis de	8	1,0%
ELSTER, Jon	7	0,8%
FIGUEIREDO, Argelina	7	0,8%
LIMONGI, Fernando	7	0,8%
LIPSET, Seymour	7	0,8%
PITKIN, Hanna	7	0,8%
RAWLS, John	7	0,8%
SCHUMPETER, Joseph	7	0,8%
Total de autores citados	839	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Jürgen Habermas foi o autor que recebeu o maior número de referências, com 18 citações. Este fato é curioso, porque a vertente democrática que este autor inspirou, o deliberacionismo, foi a menos citada entre os artigos analisados, como pode se observar na tabela 17.

Joseph Schumpeter, principal referência para democracia liberal, cujos elementos são os mais citados, aparece com apenas sete ocorrências. Isto possivelmente se deve ao fato de que a democracia liberal tenha sido estabelecida na prática, ao contrário das demais vertentes, que tiveram apenas alguns elementos incorporados em localidades específicas. A democracia schumpeteriana, no entanto, é a referência teórica para o modelo de democracia liberal implementado no Ocidente. Ao se tratar sobre a democracia liberal, na maior parte das vezes refere-se às instituições liberal-democráticas em atividade e não se cita o modelo teórico schumpeteriano.

Robert Dahl, principal responsável pelo desenvolvimento do pluralismo, aparece em terceiro lugar, com onze citações. Somando-se as citações dos dois principais teóricos do liberal-pluralismo, Schumpeter e Dahl, chega-se a dezoito citações, o mesmo número de referências a Habermas.

O autor brasileiro mais citado foi Wanderley Guilherme dos Santos, com nove citações. Este autor, um dos fundadores da ciência política no Brasil, apresenta somente três artigos publicados na *RBCS*, sendo que dois deles tratam sobre o tema democracia. Outros brasileiros que integram a lista são Argelina Figueiredo e Fernando Limongi.

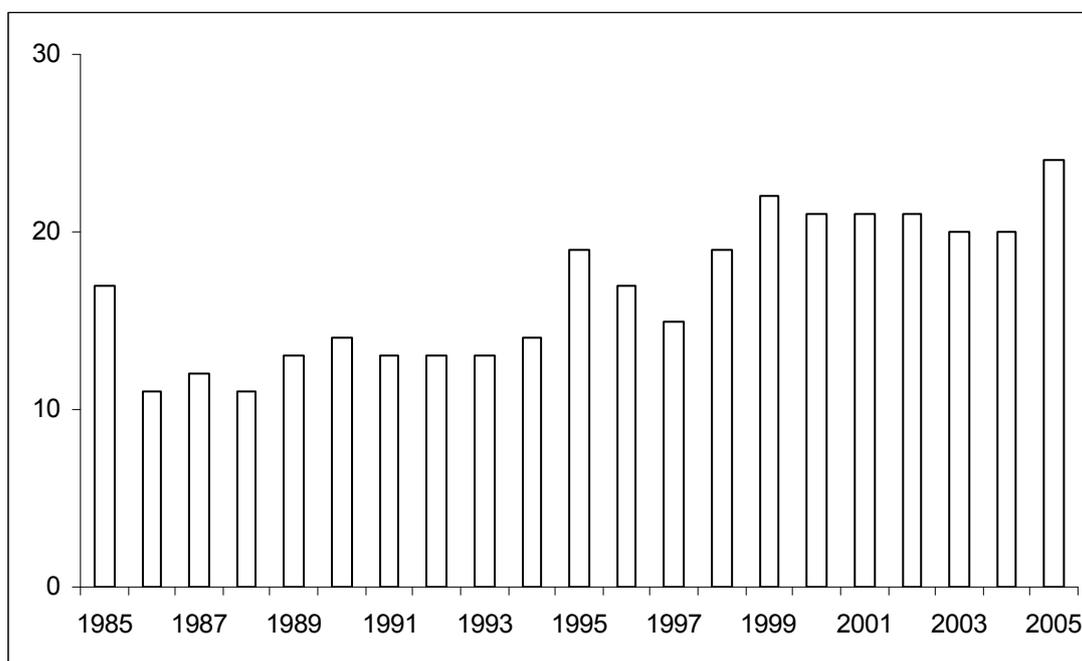
## 4.2. Dados – Revista de Ciências Sociais

### 4.2.1. Dados gerais do periódico

A revista *Dados* publicou, entre 1985 e 2005, 350 artigos de autores brasileiros ou estrangeiros estabelecidos na academia brasileira. A revista, publicada pelo IUPERJ desde 1966, foi repaginada no final dos anos 1970, como afirmou Charles Pessanha<sup>30</sup>, editor da *Dados*, com a sua entrada na editoração em 1978.

No gráfico 9 pode-se observar que nos primeiros dez anos analisados (1985-1994), com exceção de 1985, o número de artigos publicados é bem menor do que no período seguinte, entre 1995 e 2005.

**Gráfico 9 - Evolução do número de artigos publicados por ano na *Dados*, entre 1985 e 2005**



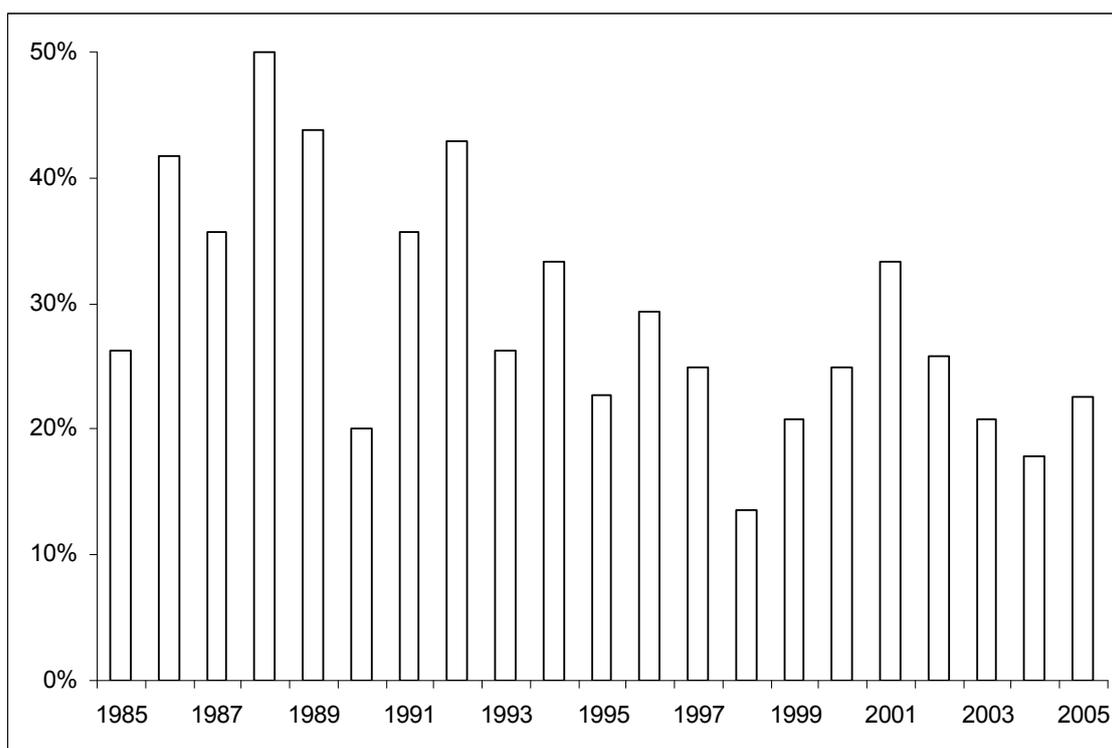
Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

<sup>30</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

A partir de 1999, a revista passou a publicar pelos menos 20 artigos por ano. Como já mencionado anteriormente, o próprio editor da *Dados* afirmou<sup>31</sup> que desde 1997 a CAPES avalia os periódicos acadêmicos de acordo com o sistema *Qualis*, o que exigiu mais esforço por parte das revistas para estabilizarem seu perfil e corresponderem às regras estabelecidas.

Dos 350 artigos publicados entre 1985 e 2005 na *Dados*, o número total de autores é 428. A divisão de gênero na *Dados* mostra que 72,4% são autores, enquanto somente 27,6% são autoras, 11,4 pontos percentuais a menos do que a média de pesquisadoras nas principais instituições (39%)<sup>32</sup>.

**Gráfico 10 – Porcentagem de artigos de autoras na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Em relação à publicação de artigos de autoras, observa-se que seu número de ocorrências nunca foi superior a 50% dos artigos publicados no ano. As ocorrências de

<sup>31</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

<sup>32</sup> Dados coletados nos *sites* de internet das próprias instituições.

autores, por sua vez, já chegaram a 86,4% do total de artigos publicados no ano (em 1998). A maior participação de autoras na revista se deu nos primeiros anos analisados, em especial 1988. Os anos de 1990, 1998 e 2004 apresentam os menores números de ocorrências de autoras em relação ao total de artigos publicados no ano. A tendência dos últimos anos, que se verifica no gráfico 10, aponta que pouco mais de 20% do total de autores que publicam na *Dados* são autoras. O editor da *Dados*, Charles Pessanha, afirmou<sup>33</sup> que não nunca houve ações da direção da revista buscando minimizar o desequilíbrio entre o número de autoras e autores na revistas.

De 472 instituições, aquelas com o maior número de ocorrências na *Dados*, com 77,3% do total de ocorrências, se localizam no sudeste. É importante perceber que em segundo lugar aparecem as instituições estrangeiras, que apresentam mais ocorrências do que qualquer outra região do país depois do sudeste.

**Tabela 14 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005, por região**

<b>Região</b>	<b>Nº ocorrências</b>	<b>Frequência</b>
Sudeste	365	77,3%
Exterior	30	6,4%
Centro-oeste	27	5,7%
Nordeste	24	5,1%
Federal <sup>a</sup>	13	2,8%
Sul	12	2,5%
Norte	1	0,2%
TOTAL	472	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A principal instituição na *Dados* é o IUPERJ, com 25,9% das ocorrências. A segunda instituição é a UFRJ que, no entanto, tem um número bem menor de ocorrências, seguida pelas instituições estrangeiras.

<sup>33</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

**Tabela 15 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005**

<b>Instituição</b>	<b>Nº ocorrências</b>	<b>Frequência</b>
IUPERJ	122	25,9%
UFRJ	37	7,9%
Estrangeiras	30	6,4%
USP	28	5,9%
UFMG	26	5,5%
UnB	24	5,1%
UFF	20	4,2%
UERJ	18	3,8%
PUC-RJ	17	3,6%
UFJF	13	2,8%
UFPE	13	2,8%
FGV-RJ	11	2,3%
Fiocruz	11	2,3%
UFRRJ	11	2,3%
Unicamp	9	1,9%
UFSCar	7	1,5%
Ipea	6	1,3%
UCAM	6	1,3%
UFBA	6	1,3%
CNPq	5	1,1%
UFRGS	5	1,1%
Outras instituições com frequência <1,0%	47	10,0%
<b>TOTAL</b>	<b>472</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Na *Dados*, observa-se que esta centralização no sudeste se deve, principalmente, à concentração de instituições do Rio de Janeiro: instituições fluminenses representam 55,5% de todas as instituições. Em seguida, aparecem as instituições de São Paulo, com 12,3%, e Minas Gerais, com 9,5%.

Os dados impressionam, embora pudesse se esperar que a maior parte das ocorrências nas instituições seria do IUPERJ, a instituição que publica a revista. Verifica-se que mais de um quarto das ocorrências de instituições na *Dados* é do IUPERJ e que a revista se apresenta como um pólo de publicação para as instituições do Rio de Janeiro. Sendo uma revista publicada pelo IUPERJ, ela provavelmente atrai a submissão de artigos de autores das instituições que são mais próximas a este centro de

ensino e pesquisa específico (o que não pôde ser avaliado, visto que o material recebido e os pareceres somente são acessados por pessoas que trabalham na revista), o que explicaria o grande número de ocorrências de instituições fluminenses.

Deve-se destacar que, ao contrário da região sudeste ou do estado do Rio de Janeiro, a região norte apresenta apenas uma ocorrência (portanto, um artigo) na *Dados*, referente à UFPA, o que representa 0,2% do total de ocorrências.

Os principais autores que publicam na *Dados* também estão concentrados no sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro, em especial no IUPERJ.

**Tabela 16 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Dados*, entre 1985 e 2005**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Nº artigos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Luiz Jorge Werneck Vianna <sup>a</sup>	13	3,0%	IUPERJ, UFRRJ
Fabiano Guilherme Mendes Santos	10	2,3%	IUPERJ
Manoel Palacios Cunha Melo <sup>a</sup>	8	1,9%	UFJF, IUPERJ, PUC-RJ
Maria Alice Rezende de Carvalho <sup>a</sup>	8	1,9%	IUPERJ
José Maurício Domingues	7	1,6%	IUPERJ, UFRJ, LSE
José Murilo de Carvalho	6	1,4%	IUPERJ, UFRJ
Wanderley Guilherme dos Santos	6	1,4%	IUPERJ, UFF
Adalberto Moreira Cardoso	5	1,2%	IUPERJ
Eli Diniz	5	1,2%	IUPERJ
Elisa P. Reis	5	1,2%	IUPERJ, UERJ, FGV-RJ
Jairo Marconi Nicolau	5	1,2%	IUPERJ
Octavio Amorim Neto	5	1,2%	IUPERJ, FGV-RJ
Olavo Brasil de Lima Júnior	5	1,2%	IUPERJ, UFMG
Renan Springer de Freitas	5	1,2%	UFMG
Roberto Grün	5	1,2%	UFSCar
Zairo B. Cheibub	5	1,2%	UFF, FGV-RJ, MIT
Argelina Cheibub Figueiredo	4	0,9%	Unicamp
Candido Mendes de Almeida	4	0,9%	UCAM
Carlos Pereira	4	0,9%	Oxford, FIOCRUZ, USP
Luis Felipe Miguel	4	0,9%	UnB
Marcelo Baumann Burgos	4	0,9%	IUPERJ, PUC-RJ, UFJF, UNIG
Marcus André Melo	4	0,9%	UFPE
Mariza G. S. Peirano	4	0,9%	UnB
Nelson do Valle Silva	4	0,9%	IUPERJ, CNPq
Renato Raul Boschi	4	0,9%	IUPERJ
<b>Total geral</b>	<b>427</b>	<b>100,0%</b>	

<sup>a</sup> Luiz Jorge Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manoel Palacios Cunha publicaram todos os artigos de um dossiê na *Dados* vol. 37, nº3, de 1994. Foram seis artigos escritos pelos três pesquisadores e um artigo escrito somente pelo primeiro autor.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos vinte e cinco principais autores, que têm pelo menos quatro artigos publicados na revista, 92% apresentam vínculos com alguma instituição do sudeste (apenas três autores são de universidades de outras regiões, sendo um do nordeste e os outros dois do centro-oeste) e 76% destes autores estavam relacionados a instituições do Rio de Janeiro. A vinculação institucional com o IUPERJ, por sua vez, representa 64% dos principais autores, sendo que os treze principais autores no periódico eram vinculados a esta instituição.

Como já afirmado, pode-se esperar uma concentração maior de instituições e autores do sudeste, que apresenta um número grande de programas de pós-graduação e centros de pesquisa em ciências sociais, mas observa-se que menos de um quarto das ocorrências de instituições é de fora do sudeste, mais da metade das ocorrências é do Rio de Janeiro e uma instituição específica (IUPERJ) concentra mais de um quarto do número de ocorrências do periódico de ciências sociais mais importante do país (ao lado da *RBCS*, a *Dados* é classificada pela CAPES como “Internacional A”; a *Dados*, no entanto, é a revista com o maior número de indexações internacionais em ciências sociais).

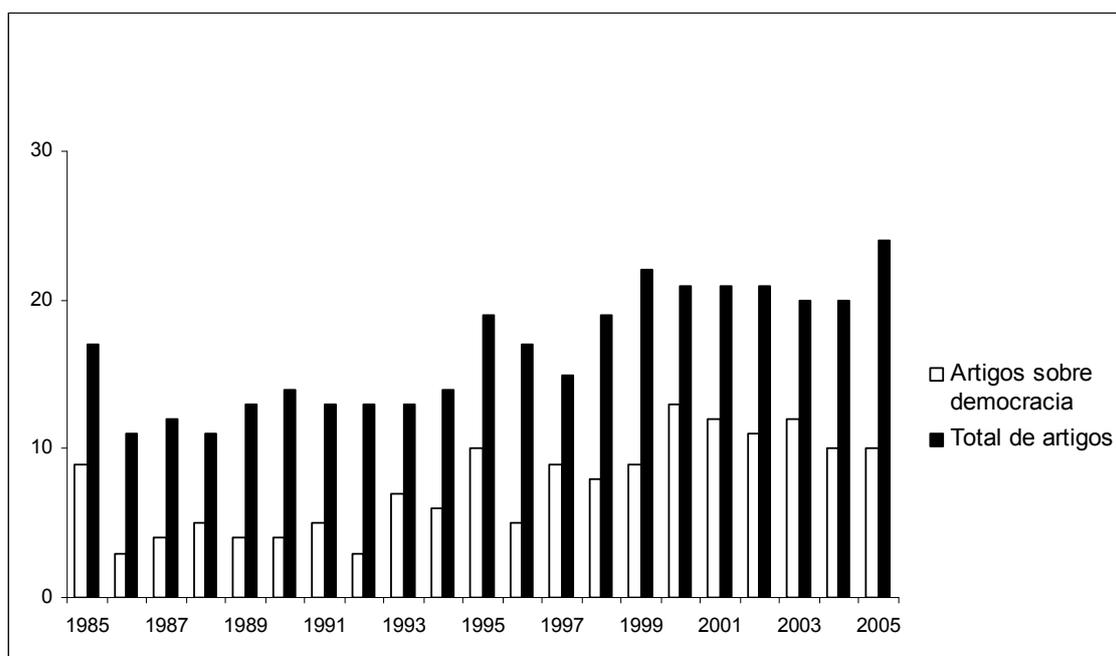
#### **4.2.2. Tratamento do tema “democracia”**

Entre 1985 e 2005, a *Dados* publicou 350 artigos, dos quais 159 (45,4%) tratavam sobre o tema “democracia”. A evolução do número de artigos que tratam sobre democracia acompanha, de maneira geral, o número total de artigos publicados na revista, com algumas pequenas exceções.

O debate sobre democracia na *Dados* começa pequeno e aumenta conforme o número de artigos publicados por ano também se expande. O menor número de artigos que tratam sobre democracia é verificado em 1986 e 1992 (três artigos em cada ano). O maior número se verifica em 2000, com treze artigos.

Somente em quatro anos o número de artigos que tratavam sobre democracia representava menos de 30% do total de artigos publicados no ano em questão (1986, 1990, 1992 e 1996). Em 1992, somente 23,1% dos artigos tratavam sobre democracia.

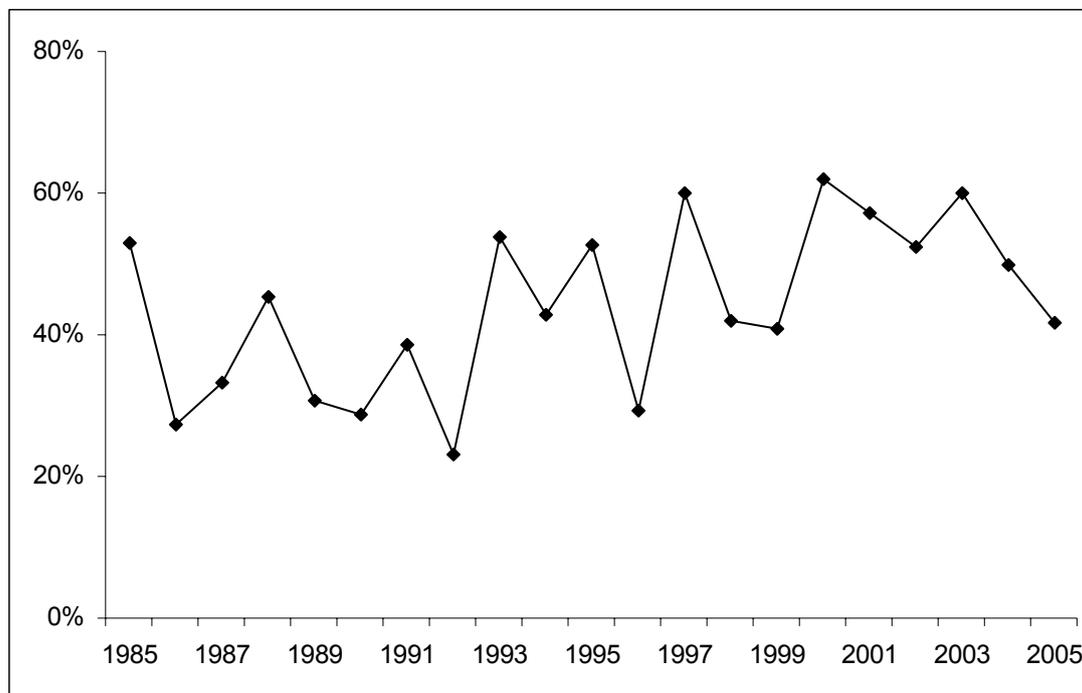
**Gráfico 11 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Dados*, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

É interessante verificar que a primeira queda ocorre em 1986, um ano depois do retorno do poder político aos civis, no qual mais da metade dos artigos publicados na *Dados* abordou o tema “democracia”. Durante o governo Collor (1990-92) a discussão sobre democracia na *Dados* tendeu a ser bastante baixa.

**Gráfico 12 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

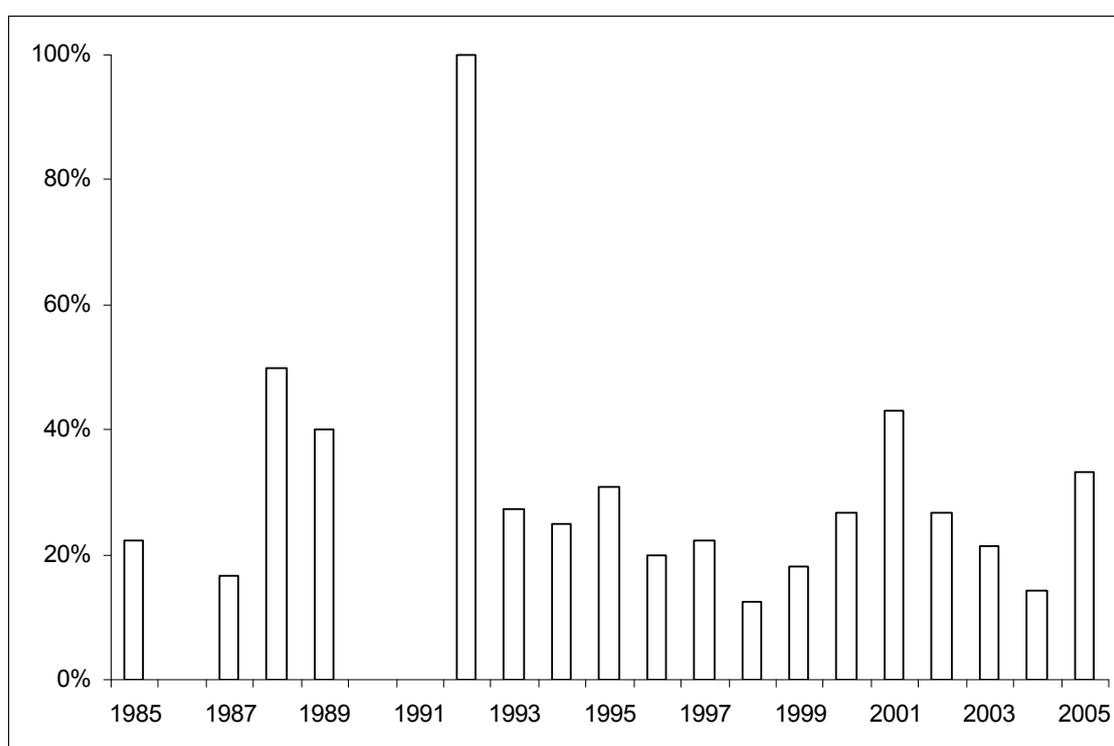
A partir de 1993 o debate sobre democracia na revista aumenta, com alguma instabilidade, como a queda em 1996, mas não chegando a patamares tão baixos como o de 1992.

É importante notar que em 1997 houve um pico positivo de artigos que tratavam sobre democracia na revista, que chegou a 60% dos artigos do ano, se repetiu em 2000, com 61,9%, e em 2003, também com 60%. A tendência dos anos seguintes é de uma leve queda, mas ainda se manteve acima dos 40% o percentual do número de artigos que tratavam sobre democracia em relação ao total de artigos publicados no ano.

Entre os artigos que tratam sobre democracia, o número de autores é 191, dos quais 25,7% são mulheres. Este percentual é um pouco mais baixo do que aquele relativo à participação de autoras entre os todos os artigos, mas não indica que autoras tratem menos sobre ao assunto “democracia” na *Dados*. Em 1992, por exemplo, o ano em que menos se tratou sobre democracia na revista, 100% dos artigos que tratavam sobre o tema foram escritos por autoras. Por outro lado, nos dois anos anteriores e em

1986 não houve nenhum artigo de autoras na *Dados* que tratasse sobre democracia. O único ano que apresentou um equilíbrio entre autores e autoras na revista foi 1988.

**Gráfico 13 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *Dados*, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Entre as instituições com o maior número de ocorrências entre os artigos que tratam sobre democracia, a principal é o IUPERJ, com 28,5%, seguido pela USP, que apresenta quase 20 pontos percentuais a menos do que a primeira instituição. As instituições estrangeiras também apresentam muitas ocorrências, ficando na terceira posição, como se vê na tabela 17:

**Tabela 17 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Dados*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
IUPERJ	59	28,5%
USP	18	8,7%
Estrangeiras	14	6,8%
PUC-RJ	12	5,8%
UFMG	12	5,8%
UnB	11	5,3%
UFF	9	4,3%
UFPE	7	3,4%
UFRJ	7	3,4%
FIOCRUZ	4	1,9%
UFBA	4	1,9%
UFRRJ	4	1,9%
FGV-RJ	3	1,4%
FGV-SP	3	1,4%
IPEA	3	1,4%
UERJ	3	1,4%
UFJF	3	1,4%
UNESP	3	1,4%
Unicamp	3	1,4%
Outras instituições com frequência ≤1%	25	12,1%
TOTAL	207	100,0%

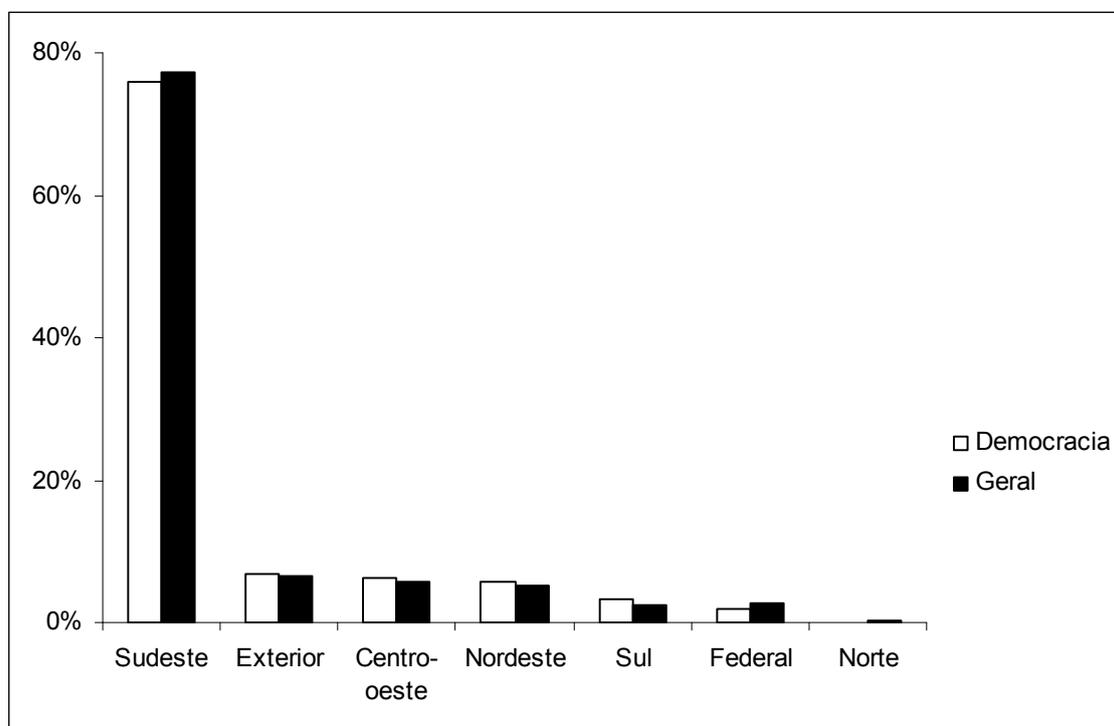
Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As instituições da região sudeste concentram 75,9% das ocorrências, seguidas pelas instituições estrangeiras, com 6,7%. Todo o espaço ocupado pelas instituições brasileiras de outras regiões entre os artigos que tratam sobre democracia na *Dados* é, portanto, de 17,4%, pouco mais de um sexto de todas as ocorrências de instituições.

Assim como ocorre entre todos os artigos publicados na *Dados*, naqueles que tratam sobre democracia as instituições do Rio de Janeiro concentram mais de metade das ocorrências (51%). O cenário de instituições nos artigos que tratam sobre democracia difere muito pouco do cenário institucional geral da revista: também é centrado nas instituições fluminenses, em especial o IUPERJ (que apresenta um número de ocorrências 3,3 vezes maior do que a segunda instituição, a USP).

O único artigo de uma instituição da região norte publicado na *Dados* não aparece entre os que tratam sobre democracia.

**Gráfico 14 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Dados*, por região, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Os principais autores nos artigos que tratam sobre democracia podem ser observados na tabela 18. Dos dezesseis principais autores, doze apresentam vinculação com instituições fluminenses (75%), sendo que no caso de onze a vinculação é com o IUPERJ (68,75%).

**Tabela 18 - Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Dados*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Autor/Autora	Nº artigos	Frequência	Vínculo Institucional
Fabiano Guilherme Mendes Santos	7	3,7%	IUPERJ
Luiz Jorge Werneck Vianna <sup>a</sup>	7	3,7%	IUPERJ, UFRRJ
Octavio Amorim Neto	5	2,6%	IUPERJ, FGV-RJ
Eli Diniz	4	2,1%	IUPERJ
Elisa P. Reis	4	2,1%	IUPERJ, UERJ, FGV-RJ
Adalberto Moreira Cardoso	3	1,6%	IUPERJ
Carlos Pereira	3	1,6%	FIOCRUZ, Oxford, USP
Celina Souza	3	1,6%	UFMG, UFBA, USP

José Murilo de Carvalho	3	1,6%	IUPERJ, UFRJ
Luis Felipe Miguel	3	1,6%	UnB
Luiz Carlos Bresser Pereira	3	1,6%	FGV-SP
Marcelo Baumann Burgos	3	1,6%	IUPERJ, PUC-RJ, UNIG
Marcus André Melo	3	1,6%	UFPE
Olavo Brasil de Lima Júnior	3	1,6%	IUPERJ, UFMG
Renato Raul Boschi	3	1,6%	IUPERJ
Wanderley Guilherme dos Santos	3	1,6%	IUPERJ
Total	190	100,0%	

<sup>a</sup> Luiz Jorge Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manoel Palacios Cunha publicaram todos os artigos de um dossiê na *Dados* vol. 37, nº3, de 1994. Foram seis artigos escritos pelos três pesquisadores e um artigo escrito somente pelo primeiro autor.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A centralidade do conceito de democracia nos 190 artigos analisados se encontra distribuída da seguinte maneira: em 10,1%, democracia era o tema principal do artigo; em 36,7%, era uma questão central; e em 53,2% dos artigos era uma questão secundária.

Na tabela 19 pode-se observar a distribuição de ocorrências de instituições de acordo com a centralidade do tema “democracia” nos artigos:

**Tabela 19 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *Dados*, entre 1985 e 2005.**

Instituição	Tema principal	Questão central	Questão secundária
IUPERJ	31,8%	27,9%	28,0%
Estrangeiras	9,1%	8,8%	5,1%
IDESP	9,1%	-	-
UFF	9,1%	1,5%	5,1%
UFMG	9,1%	10,3%	2,5%
UnB	9,1%	5,9%	4,2%
USP	9,1%	7,4%	9,3%
A.N. dos Magist. da Just. do Trabalho	4,5%	-	-
UERJ	4,5%	1,5%	0,8%
UFPE	4,5%	2,9%	3,4%
PUC-RJ	-	5,9%	6,8%
UFBA	-	4,4%	0,8%
FGV-SP	-	2,9%	0,8%
FIOCRUZ	-	2,9%	1,7%
UFRGS	-	2,9%	-
CNPq	-	1,5%	-
FAFIC-RJ	-	1,5%	-
PUC-MG	-	1,5%	0,8%
PUC-RS	-	1,5%	-
PUC-SP	-	1,5%	-

UCAM	-	1,5%	-
UFCE	-	1,5%	-
Unicamp	-	1,5%	1,7%
UNISINOS	-	1,5%	-
Universidade Iguazu (UNIG)	-	1,5%	0,8%
UFRJ	-	-	5,9%
UFRRJ	-	-	3,4%
UNESP	-	-	3,4%
FGV-RJ	-	-	2,5%
IPEA	-	-	2,5%
UFJF	-	-	2,5%
UFSCAR	-	-	1,7%
CEDEC	-	-	0,8%
Fundação João Pinheiro	-	-	0,8%
UFMT	-	-	0,8%
UFPeI	-	-	0,8%
UFPR	-	-	0,8%
UFSC	-	-	0,8%
UENF	-	-	0,8%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

O IUPERJ, mais uma vez, é a instituição com o maior número de ocorrências, não importando a centralidade do tema “democracia” no artigo, como pode se observar na tabela 19. Entre os artigos nos quais a democracia é o tema principal, o IUPERJ é a única instituição de destaque, com 31,8% das ocorrências. Entre os artigos em que a democracia é uma questão central, destacam-se o IUPERJ (mais fortemente), seguido pela UFMG. Entre a maioria dos artigos, nos quais a democracia é uma questão secundária, o IUPERJ se destaca (também mais fortemente), seguido pela USP.

Já em relação à discussão do conceito de democracia na *Dados*, a distribuição é: 13,3% dos artigos discutem o conceito; 13,3% apresentam o conceito expressamente, mas não o discutem; e 73,4% dos artigos tratam sobre democracia implicitamente.

**Tabela 20 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *Dados*, entre 1985 e 2005**

Instituição	Discutido	Apres. expressamente	Apres. Implicitamente
IUPERJ	42,3%	12,5%	29,3%
UFF	11,5%	3,1%	3,3%
UFMG	11,5%	9,4%	4,0%
UnB	7,7%	3,1%	5,3%
A.N. dos Magist. da Just. do Trabalho	3,8%	-	-
Estrangeiras	3,8%	3,1%	8,0%
PUC-RJ	3,8%	6,3%	6,0%
UFJF	3,8%	3,1%	0,7%
UFPE	3,8%	6,3%	2,7%
UFRRJ	3,8%	0,0%	2,0%
USP	3,8%	6,3%	10,0%
UFRJ	-	12,5%	2,0%
UFRGS	-	6,3%	-
IPEA	-	3,1%	1,3%
PUC-MG	-	3,1%	0,7%
PUC-RS	-	3,1%	-
UERJ	-	3,1%	1,3%
UFPeI	-	3,1%	-
UFPR	-	3,1%	-
UFSCAR	-	3,1%	0,7%
UNESP	-	3,1%	2,0%
UNISINOS	-	3,1%	-
FIOCRUZ	-	-	2,7%
UFBA	-	-	2,7%
FGV-RJ	-	-	2,0%
FGV-SP	-	-	2,0%
Unicamp	-	-	2,0%
IDESP	-	-	1,3%
Universidade Iguazu (UNIG)	-	-	1,3%
CEDEC	-	-	0,7%
CNPq	-	-	0,7%
FAFIC-RJ	-	-	0,7%
Fundação João Pinheiro	-	-	0,7%
PUC-SP	-	-	0,7%
UCAM	-	-	0,7%
UFCE	-	-	0,7%
UFMT	-	-	0,7%
UFSC	-	-	0,7%
UENF	-	-	0,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Ao se analisar a discussão do conceito de democracia nos artigos, novamente se verifica que o IUPERJ é a instituição que mais se destaca. Entre os artigos que

apresentam e discutem o conceito de democracia, o IUPERJ aparece com 43,3% das ocorrências de instituições. Nos artigos que apresentam expressamente o conceito de democracia, mas não o discutem, o IUPERJ e a UFRJ são as instituições com maior número de ocorrências. Nos artigos que tratam sobre democracia implicitamente, o IUPERJ apresenta 29,3% das ocorrências, seguido afastadamente pela USP (com 10%) e das instituições estrangeiras (com 8%).

Em todas as análises, seja entre todos os artigos, somente naqueles que tratam sobre democracia, entre os principais autores que publicam na *Dados* globalmente ou nos artigos específicos sobre democracia, entre os artigos que tratam sobre democracia como um tema principal, uma questão central ou uma questão secundária, ou os que discutem o conceito de democracia, o apresentam expressamente ou tratam sobre democracia implicitamente, o IUPERJ se destaca como a principal instituição. Mais do que a instituição que edita a *Dados*, o IUPERJ é a instituição mais proeminente entre os trabalhos publicados na revista.

#### **4.2.3. Elementos de democracia**

Nos 159 artigos da *Dados* que tratam sobre democracia, foram analisados os elementos de democracia presentes nos artigos. O maior número de ocorrências geral é apresentado por concorrência eleitoral, o elemento mais apontado como elemento principal e insuficiente, além de ser o segundo elemento secundário e contestado mais apresentado. O segundo elemento em número de ocorrências globais é pluralismo, que também se apresenta como o segundo elemento principal mais apontado, além de ser o principal elemento secundário e contestado. Direitos individuais também é um elemento que merece ser destacado, visto que é o terceiro mais apresentado globalmente, terceiro elemento principal em número de ocorrências e contestações, e segundo elemento mais apontado como insuficiente.

Entre os elementos com maior número de ocorrências, observa-se que há uma supremacia de elementos da vertente liberal-pluralista. Nas contestações e nas ocorrências de insuficiência os elementos liberal-pluralistas também se destacam, excetuando-se o elemento império da lei, que não recebe nenhuma contestação.

**Quadro 3 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Dados* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005**

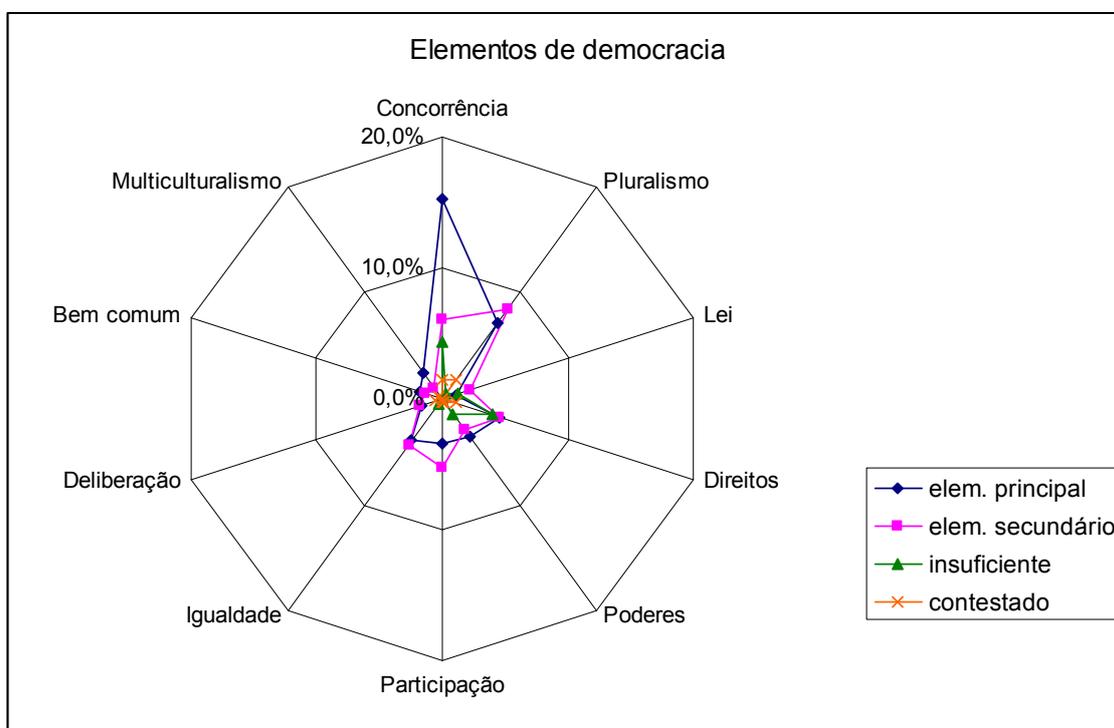
<b>Elementos</b>	<b>elem. principal</b>	<b>elem. secundário</b>	<b>insuficiente</b>	<b>contestado</b>	<b>TOTAL</b>
Concorrência	15,2%	6,0%	4,3%	1,4%	27,0%
Pluralismo	7,2%	8,4%	0,5%	1,7%	17,8%
Lei	1,0%	2,2%	1,2%	-	4,3%
Direitos	4,6%	4,6%	3,9%	1,0%	14,0%
Poderes	3,6%	2,9%	1,4%	0,2%	8,2%
Participação	3,4%	5,3%	-	0,2%	8,9%
Igualdade	3,9%	4,3%	0,5%	-	8,7%
Deliberação	1,7%	1,9%	-	0,5%	4,1%
Bem comum	1,9%	1,4%	-	0,2%	3,6%
Multiculturalismo	2,4%	1,0%	-	-	3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>44,8%</b>	<b>38,1%</b>	<b>11,8%</b>	<b>5,3%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Os únicos elementos alternativos à vertente liberal-pluralista com ocorrência razoavelmente expressiva são participação e igualdade, ligados teoricamente à vertente da democracia participativa, que também têm um número de ocorrências razoável como elemento secundário. É importante observar que o elemento igualdade não recebeu contestações.

Multiculturalismo, o elemento de democracia menos presente nos artigos, não recebeu nenhuma contestação nem foi apontado como insuficiente.

**Gráfico 15 - Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Dados* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 15 é possível observar a predominância de concorrência eleitoral e direitos individuais. Há um certo equilíbrio no número de ocorrências dos elementos, com um pequeno destaque para os elementos da vertente participacionista (igualdade e participação), exceto quando se trata de concorrência eleitoral e direitos individuais. Estes dois elementos destoam completamente da distribuição das demais ocorrências, com concorrência eleitoral sendo o único elemento a ultrapassar 15% do total de ocorrências como elemento principal. Este destaque traz, também, um maior número de críticas aos elementos, com mais contestações e ocorrências como insuficiente.

#### **4.2.4. Relações entre os elementos de democracia**

Nos artigos que tratam sobre democracia na *Dados*, a única relação estatisticamente significativa entre os elementos de democracia encontrada no teste qui quadrado, com  $p \leq 1\%$ , demonstra a dependência entre as variáveis concorrência eleitoral e pluralismo. Os demais elementos de democracia apontados na discussão são estatisticamente independentes.

A relação entre concorrência eleitoral e pluralismo ( $p < 0,1\%$ ) se deve aos artigos que apresentam simultaneamente pluralismo como elemento principal e concorrência eleitoral como elemento secundário da democracia, o que se explica pela relação teórica entre estes elementos. Ao lado de direitos individuais (que aparece como variável independente nos artigos analisados), estas são as principais características para o desenvolvimento da democracia liberal-pluralista. Estes dois elementos se referem diretamente ao que os principais teóricos da democracia liberal (Joseph Schumpeter) e pluralista (Robert Dahl) definiram como as características mais importantes da democracia: a competição eleitoral para a escolha de governantes e a dispersão do poder entre inúmeras minorias políticas, respectivamente.

Ao mesmo tempo, a relação entre estes elementos se configura pela contestação que ambos recebem simultaneamente, o que também se explica pela forte relação teórica que estes elementos apresentam.

#### **4.2.5. Autores citados na discussão sobre democracia**

Dos 159 artigos que tratam sobre democracia na *Dados*, 37,7% não citavam nenhum autor na discussão sobre democracia. Nos 62,3% que citavam autores, a distribuição pode ser observada na tabela 29.

Entre os autores mais citados na discussão sobre democracia na revista *Dados*, destaca-se Robert Dahl, principal expoente das discussões teóricas sobre pluralismo, segundo elemento da vertente liberal-pluralista mais citado entre os artigos que tratam sobre democracia. Outro importante autor desta vertente da teoria democrática, Joseph Schumpeter, aparece ao lado de outros autores em sétimo lugar, com 1,5% das citações recebidas.

Jürgen Habermas, autor cujas idéias inspiraram o desenvolvimento da vertente da democracia deliberativa, está na segunda posição entre os mais citados, ao lado de Samuel Huntington (vigoroso defensor da democracia liberal) e Scott Mainwaring.

**Tabela 21 - Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *Dados*, entre 1985 e 2005**

<b>Autores citados</b>	<b>Nº citações</b>	<b>Frequência</b>
DAHL,Robert	15	3,2%
HABERMAS,Jürgen	10	2,1%
HUNTINGTON,Samuel	10	2,1%
MAINWARING,Scott	10	2,1%
O'DONNELL,Guillermo	9	1,9%
PRZEWORSKI,Adam	8	1,7%
AMES,Barry	7	1,5%
SANTOS,Wanderley Guilherme dos	7	1,5%
SARTORI,Giovanni	7	1,5%
SCHMITTER,Philippe	7	1,5%
SCHUMPETER,Joseph	7	1,5%
Total de autores citados	467	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

O único autor brasileiro a figurar entre os mais citados na revista *Dados* é Wanderley Guilherme dos Santos, cientista social vinculado ao IUPERJ.

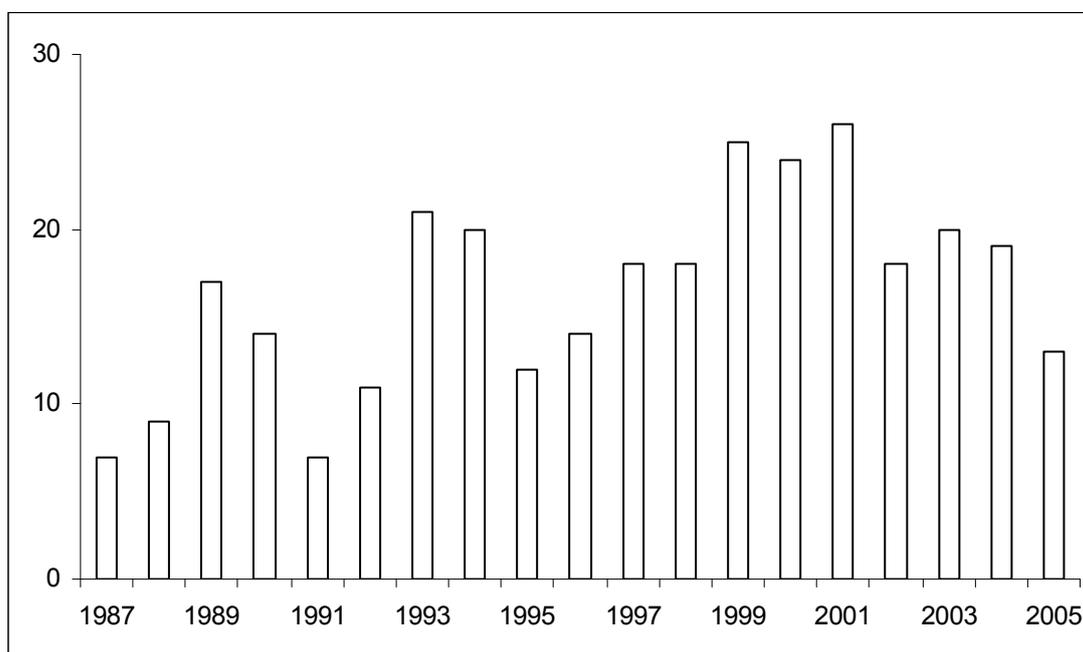
### **4.3. Lua Nova – Revista de Cultura e Política**

#### **4.3.1. Dados gerais do periódico**

A *Lua Nova* é publicada desde 1984, mas nesta dissertação foram analisados somente os artigos 313 publicados a partir de 1987, quando o periódico assumiu um perfil mais acadêmico. A revista apresenta algumas instabilidades na periodicidade de publicação, com muitas irregularidades no lançamento de números por ano, chegando até ao não-lançamento com posteriores edições duplas (com dois números, compilando o número atrasado e o não-atrasado).

A publicação de artigos na revista se apresenta em três picos, nos anos de 1989 (ano da primeira eleição direta para presidente após a ditadura militar), 1993-94 (governo Itamar, sendo 1994 um ano eleitoral) e 1999-2001 (durante o segundo governo FHC). Nos dois primeiros anos analisados o número de artigos é baixo, o que se repete em 1991-92, durante o governo Collor. Depois de uma grande recuperação em 1993-94, em 1995-96, primeiros anos do governo FHC, o número de artigos foi bem menor. A tendência nos últimos anos é de queda no número de artigos publicados, chegando a um patamar tão baixo quanto o período 1995-96. Não se percebe estabilidade no número de artigos publicados pela *Lua Nova*.

**Gráfico 17 - Evolução do número de artigos publicados por ano na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

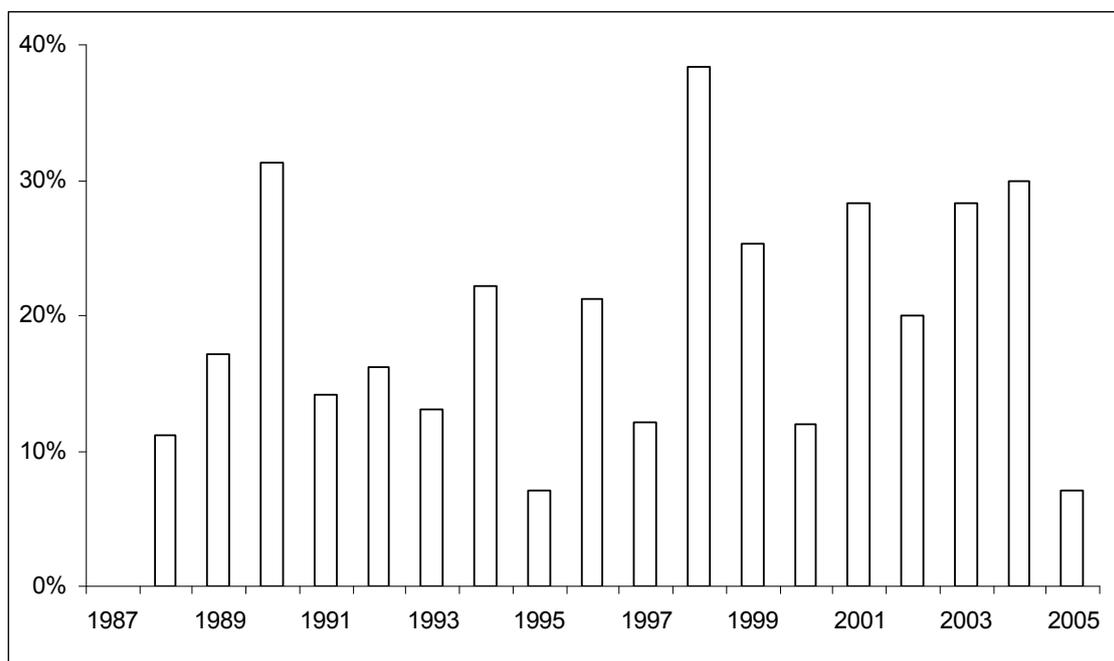


Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

O número de autoras com artigos publicados na *Lua Nova* é bastante instável, além de ser muito baixo, como se observa no gráfico 18. A participação de autoras na *Lua Nova* é de somente 20,6% (quase 20 pontos percentuais a menos do que a média de pesquisadoras e docentes das principais instituições, 39%<sup>34</sup>), e o número de ocorrências de autoras nunca chegou a 40% dos artigos publicados no ano. No ano em que a participação de autoras foi a mais alta, 1998, ela chegou a 38,4% do total de ocorrências de autores do ano.

<sup>34</sup> Dados coletados nos *sites* de internet das próprias instituições.

**Gráfico 18 – Porcentagem de artigos de autoras na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Verifica-se que em 1987 não houve sequer um artigo de autora publicado na revista e que, em 1995 e 2005 as autoras não chegaram a 10% do total de autores do ano: a porcentagem de artigos de autoras nestes anos é de 7,1%. O editor da *Lua Nova*, Cicero Araújo, afirmou<sup>35</sup> que a desigualdade na divisão de gênero entre os autores com artigos publicados nunca foi discutida, ou mesmo percebida, pela direção da revista.

A instituição com maior número de ocorrências na *Lua Nova* é a USP, com 43,6% das ocorrências, seguida pela Unicamp, com 7,8%. A diferença entre as duas universidades é de 35,8 pontos percentuais.

<sup>35</sup> Em entrevista à autora, concedida em 8 de fevereiro de 2006.

**Tabela 22 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	157	43,6%
Unicamp	28	7,8%
UFRJ	17	4,7%
IUPERJ	16	4,4%
PUC-SP	14	3,9%
UNESP	14	3,9%
UFMG	11	3,1%
FGV-SP	10	2,8%
UnB	10	2,8%
MRE	9	2,5%
UFBA	8	2,2%
UFPE	7	1,9%
Estrangeiras	6	1,7%
PUC-RJ	5	1,4%
UFPR	4	1,1%
UFSC	4	1,1%
UFSCar	4	1,1%
Outras instituições com frequência <1,0%	36	1,0%
TOTAL	360	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Na *Lua Nova* a concentração de instituições do sudeste é muito alta, chegando a mais de 80% das ocorrências de instituições na revista (83,1%). A segunda região em número de ocorrências de instituição é o nordeste, com 4,2% (quase vinte vezes menor do que a frequência das instituições do sudeste).

**Tabela 23 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, por região**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	299	83,1%
Nordeste	15	4,2%
Sul	13	3,6%
Centro-oeste	12	3,3%
Federal <sup>a</sup>	12	3,3%
Exterior	6	1,7%
Norte	3	0,8%
TOTAL	360	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A maior concentração por unidade da federação se dá em relação às instituições de São Paulo, que aparecem com 66,4% das ocorrências. As instituições do Rio de Janeiro são as segundas em número de ocorrências, com 13,1%. Observando-se que as instituições de Minas Gerais aparecem com 3,6% das ocorrências e nenhuma instituição do Espírito Santo tem artigo publicado na revista, as instituições de São Paulo e Rio de Janeiro somam 79,5% de todas as ocorrências. É preciso ressaltar que a concentração nas instituições paulistas é muito alta, representando quase dois terços de todas as ocorrências.

A região norte apresenta três ocorrências, referentes a três artigos publicados pela mesma pesquisadora (da UFPA), sendo que em um deles a autora era também vinculada à USP.

De todas as ocorrências de instituições paulistas, 65,7% estão concentradas na USP. Retirando-se a USP, outros 22,8% das ocorrências são de instituições paulistas. As instituições fluminenses, que ficam em segundo lugar na classificação por unidade da federação, apresentam um percentual bem menor, de 13,1%. A *Lua Nova* apresenta um perfil marcadamente paulista, principalmente de autores da USP (43,6%). Como afirmou o editor Cicero Araújo<sup>36</sup>, a revista foi criada por paulistas, em especial pesquisadores ligados à USP, o que acabou marcando o seu perfil até a atualidade, sendo que o periódico até já foi advertido pelo CNPq para diminuir esta concentração. Sendo uma revista classificada no *Qualis* como “Nacional A” (ou seja, considerada uma revista com grande repercussão nacional), não se espera que a *Lua Nova* publique tão concentradamente artigos de uma única instituição brasileira. Sobre a concentração no sudeste, pode-se tentar explicá-la pelo grande número de instituições nesta região do país, mas esta concentração não chega a 83,1% (o percentual das instituições do sudeste na *Lua Nova*)<sup>37</sup>.

Os autores com o maior número de artigos na *Lua Nova* também são de instituições paulistas, como se observa na tabela 24:

---

<sup>36</sup> Em entrevista à autora, concedida em 8 de fevereiro de 2006.

<sup>37</sup> Do total de sócios da ANPOCS, 53% são instituições do sudeste, como se vê na tabela 4.

**Tabela 24 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Nº artigos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Luiz Carlos Bresser Pereira	7	2,0%	FGV-SP
Regis de Castro Andrade	7	2,0%	USP
Álvaro de Vita	6	1,7%	USP, PUC-SP
Maria Victoria Benevides	6	1,7%	USP
Cicero Araujo	5	1,5%	USP
J. A. Lindgren Alves	5	1,5%	MRE
Jessé Souza	5	1,5%	UnB, IUPERJ, UENF
José Álvaro Moisés	5	1,5%	USP
Ruy Fausto	5	1,5%	USP, Univ. de Paris
Sebastião Carlos Velasco e Cruz	5	1,5%	Unicamp
Tullo Vigevani	5	1,5%	UNESP, USP
Fernando Haddad	4	1,2%	USP
Francisco Correa Weffort	4	1,2%	USP
Gildo Marçal Brandão	4	1,2%	USP
Marco Aurélio Nogueira	4	1,2%	UNESP, USP
Oscar Adolfo Sanchez	4	1,2%	USP
<b>Total geral</b>	<b>343</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos dezesseis principais autores, somente dois não são de instituições do estado de São Paulo e doze apresentam vinculação com a USP (75%). Os dois autores com o maior número de artigos publicados são de instituições paulistas, USP e FGV-SP. É importante notar que entre os principais autores aparecem dois ex-editores da revista e o atual editor<sup>38</sup>. José Álvaro Moisés não publicou seus cinco artigos enquanto era editor da *Lua Nova*. Já Tullo Vigevani publicou dois dos cinco artigos na revista enquanto era editor (ambos em 1989); Cicero Araújo, por sua vez, publicou uma nota introdutória ao dossiê de comemoração de 20 anos da revista como editor (nº 64, 2005). Gabriel Cohn, que não figura entre os principais autores na *Lua Nova*, com três artigos, publicou um deles enquanto era editor da revista, em 1998.

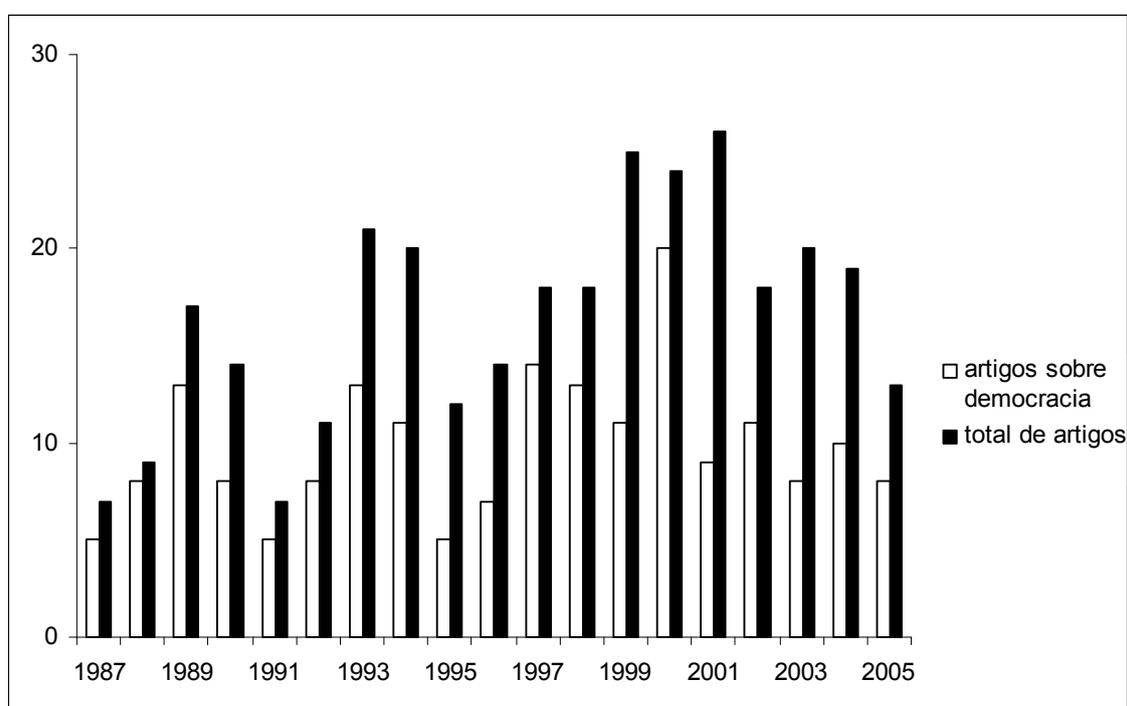
É importante observar que, de todos os principais autores, apenas um, J. A. Lindgren Alves, do MRE (instituição federal), não apresenta vínculo com uma instituição do sudeste.

<sup>38</sup> Editores da *Lua Nova*: José Álvaro Moisés (1984-86); Tullo Vigevani (1986-90); Gabriel Cohn (1991-2003) e Cicero Araújo (2003-atual).

### 4.3.2. O tratamento do tema “democracia”

Dos 313 artigos publicados na *Lua Nova* entre 1987 e 2005, 187 (59,7%) tratavam sobre o tema “democracia”. Os maiores número de publicações de artigos que tratam sobre democracia, em relação ao total de artigos, ocorrem em 1988 (ano em que apenas um artigo, dos nove publicados, não tratou sobre democracia), 1991-92, 1997 e 2000.

**Gráfico 19 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

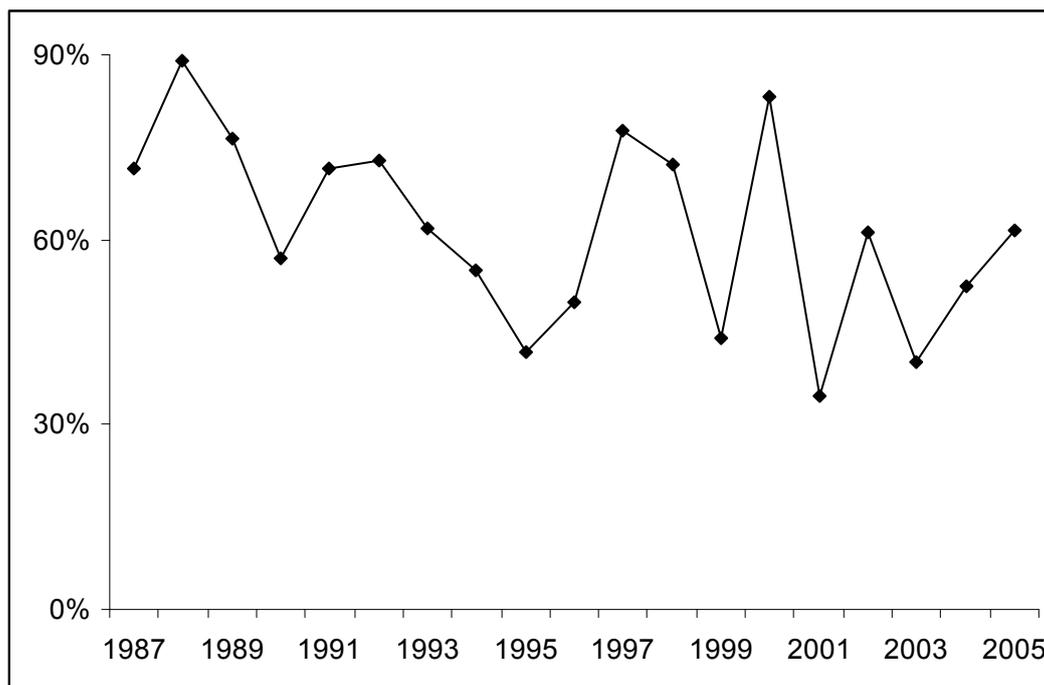


Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A partir de 2001 observa-se uma tendência de queda no número de artigos que tratam sobre democracia, tanto no geral quanto em relação ao número total de artigos. O ano com o menor número de artigos que tratavam sobre democracia foi 1995. Em relação ao total de artigos, 1999 também foi um ano em que o número de artigos que tratavam sobre democracia decresceu. Isto significa que, nos dois anos primeiros anos do governo FHC, o número de artigos que tratavam sobre democracia na *Lua Nova* foi

baixo. A tendência de queda dos últimos anos analisados também começou durante o governo FHC, em 2001, um ano antes das eleições de 2002. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, houve queda no número de artigos que tratavam sobre democracia.

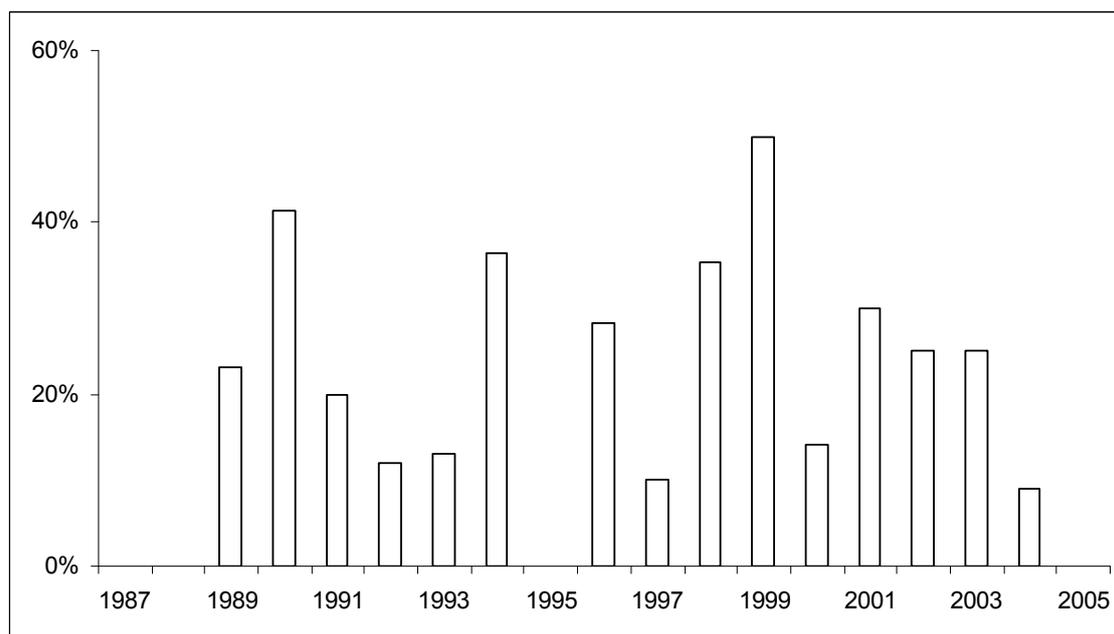
**Gráfico 20 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos 205 autores com artigos publicados que tratam sobre democracia, somente 21% são autoras, percentual muito parecido com o número de artigos de autoras no total de artigos. No gráfico 21 é possível observar que, além de 1987, ano em que nenhum artigo de autora foi publicado na *Lua Nova*, em 1988, 1995 e 2005 não houve artigo de autoras que tratasse sobre democracia na revista. Os anos de 1990 e 1999 foram os que mais tiveram artigos sobre democracia escritos por autoras, assim como entre o total de artigos foram os anos com o maior conjunto de artigos de autoras. Apenas em 1999 chegou a 50% o número de autoras entre os artigos que tratam sobre democracia. Percebe-se que, a partir de 1998, o número de artigos de autoras passou a ser mais alto na *Lua Nova*, com exceção dos anos 2000 e 2005, embora se perceba uma tendência de queda.

**Gráfico 21 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na *Lua Nova*, por ano, entre 1987 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A concentração de artigos de pesquisadores da USP se repete entre os artigos que tratam sobre democracia, chegando a 43,3% dos autores. As instituições paulistas, por sua vez, concentram 67,6% das ocorrências entre os artigos que tratam sobre democracia.

**Tabela 25 – Número de ocorrências e freqüência de instituições na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Instituição	Nº ocorrências	Freqüência
USP	91	43,3%
Unicamp	15	7,1%
PUC-SP	13	6,2%
UFRJ	10	4,8%
IUPERJ	9	4,3%
UNESP	8	3,8%
FGV-SP	7	3,3%
UFMG	7	3,3%
UnB	7	3,3%
UFBA	6	2,9%
MRE	5	2,4%

Estrangeiras	4	1,9%
Outras instituições com frequência ≤1%	28	13,4%
TOTAL	210	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Analisando regionalmente, verifica-se que as instituições do sudeste concentram 83,8% de todas as ocorrências de instituições entre os artigos que tratam sobre democracia na *Lua Nova*. As regiões centro-oeste e nordeste dividem a segunda posição, com 8,3% (ou seja, com 80 pontos percentuais a menos do que a região sudeste). Dos únicos três artigos da região norte, todos publicados por uma mesma pesquisadora da UFPA, apenas um trata sobre democracia.

**Tabela 26 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Lua Nova*, por região, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

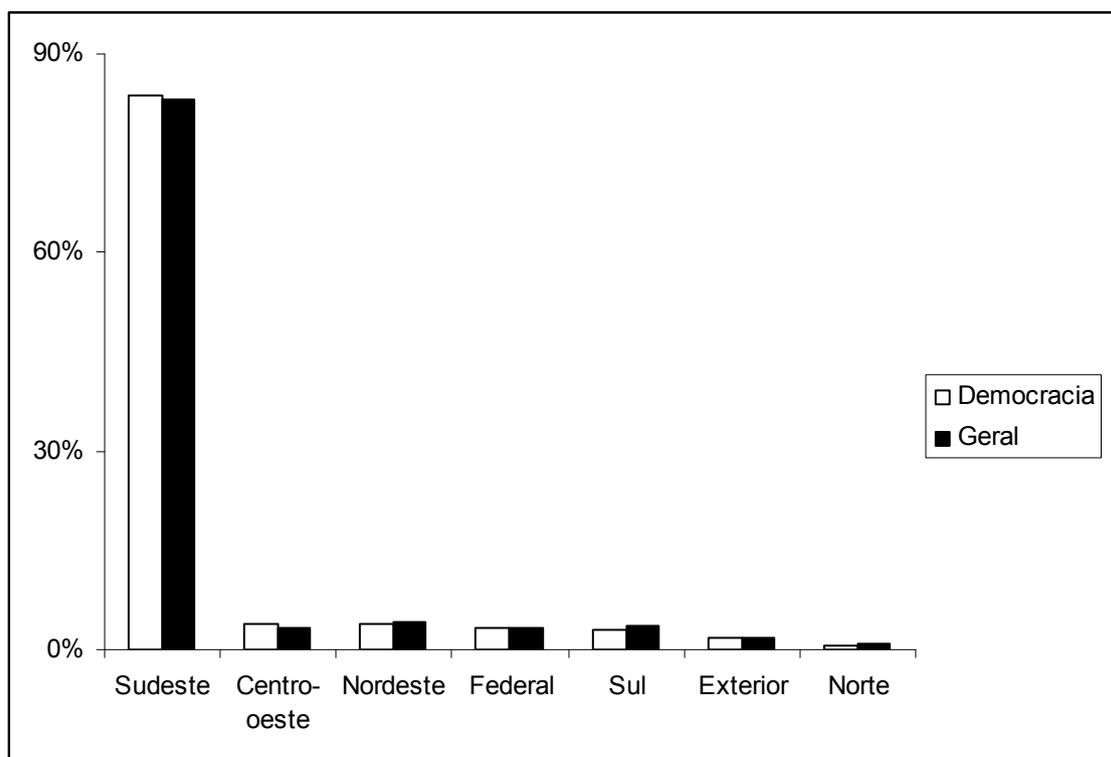
Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	176	83,8%
Centro-oeste	8	3,8%
Nordeste	8	3,8%
Federal <sup>a</sup>	7	3,3%
Sul	6	2,9%
Exterior	4	1,9%
Norte	1	0,5%
TOTAL	210	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 22 é possível observar a magnitude da concentração de artigos da região sudeste, tanto no total quanto nos artigos que tratam sobre democracia:

**Gráfico 22 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Lua Nova*, por região, entre 1987 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Os quinze principais autores entre os artigos que tratam sobre democracia estão listados na tabela 27. Entre eles, somente dois não são vinculados a instituições da região sudeste, representando 13,3% dos principais autores. As instituições do sudeste concentram 86,7% dos principais autores; as instituições paulistas, 80%. Dos quinze autores, 73,3% apresentam vinculação com a USP.

**Tabela 27 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Nº artigos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Álvaro de Vita	6	2,9%	USP, PUC-SP
Luiz Carlos Bresser Pereira	6	2,9%	FGV-SP
Regis de Castro Andrade	6	2,9%	USP
José Álvaro Moisés	5	2,4%	USP

Maria Victoria Benevides	5	2,4%	USP
Francisco Correa Weffort	4	1,9%	USP
Gildo Marçal Brandão	4	1,9%	USP
J. A. Lindgren Alves	4	1,9%	MRE
Adrian Gurza Lavalle	3	1,5%	USP, PUC-SP
Celina Souza	3	1,5%	UFBA
Cicero Araujo	3	1,5%	USP
Cláudio Gonçalves Couto	3	1,5%	PUC-SP, USP
Fernando Limongi	3	1,5%	USP
José Eduardo Faria	3	1,5%	USP
Leonardo Avritzer	3	1,5%	UFMG
Total	206	100,0%	

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos 187 artigos que tratam sobre democracia, em 14,4% a democracia é o tema principal, em 32,6% é uma questão central e em 52,9% é uma questão secundária. A USP, não importa qual seja a centralidade do tema “democracia” no artigo, é a instituição com o maior número de ocorrências, como se vê na tabela 28:

**Tabela 28 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

Instituição	Tema principal	Questão central	Questão secundária
USP	48,4%	42,9%	42,2%
Estrangeiras	9,7%	-	0,9%
PUC-SP	6,5%	6,3%	6,0%
UFMG	6,5%	6,3%	0,9%
Unicamp	6,5%	3,2%	9,5%
CEBRAP	3,2%	-	-
IUPERJ	3,2%	3,2%	5,2%
PUC-PR	3,2%	-	-
UFPE	3,2%	1,6%	-
UFRJ	3,2%	6,3%	4,3%
UFSC	3,2%	-	-
UnB	3,2%	7,9%	0,9%
UNESP	-	7,9%	2,6%
FGV-SP	-	4,8%	3,4%
Unisal	-	1,6%	-
IEPES-RJ	-	1,6%	-
UFBA	-	1,6%	4,3%
UFJF	-	1,6%	-
UFPR	-	1,6%	-
UFRRJ	-	1,6%	-
MRE	-	-	4,3%
FESP	-	-	1,7%

PUC-RJ	-	-	1,7%
FGV-RJ	-	-	0,9%
Folha de São Paulo	-	-	0,9%
FUNDAP	-	-	0,9%
Inst. Soc. Pop. e Natureza	-	-	0,9%
Núc. de Est. da Prostituição - RS	-	-	0,9%
PCB	-	-	0,9%
Sec. Mun. de Cultura - SP	-	-	0,9%
Senado Federal	-	-	0,9%
UERJ	-	-	0,9%
UFF	-	-	0,9%
UFPA	-	-	0,9%
UFPR	-	-	0,9%
UFRGS	-	-	0,9%
UNIP	-	-	0,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A USP sempre apresenta mais de 40% das ocorrências de instituições, sendo que nos artigos que tratam a democracia como o tema principal este número quase chega a 50%. Em relação à discussão do conceito de democracia, a USP também é o maior destaque, como se vê na tabela 29:

**Tabela 29 – Instituições e discussão do conceito de democracia na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

<b>Instituição</b>	<b>Discutido</b>	<b>Apres. expressamente</b>	<b>Apres. implicitamente</b>
USP	43,3%	57,6%	40,1%
UFMG	10,0%	3,0%	2,0%
UFRJ	6,7%	3,0%	4,8%
UnB	6,7%	6,1%	2,0%
UNESP	6,7%	-	4,1%
FGV-SP	3,3%	6,1%	2,7%
IEPES-RJ	3,3%	-	-
PCB	3,3%	-	-
UFBA	3,3%	-	3,4%
UFPE	3,3%	-	0,7%
UFPR	3,3%	-	0,7%
UFSC	3,3%	-	-
Unicamp	3,3%	3,0%	8,8%
Estrangeiras	-	9,1%	0,7%
CEBRAP	-	3,0%	-
IUPERJ	-	3,0%	5,4%
PUC-PR	-	3,0%	-
PUC-SP	-	3,0%	8,2%
MRE	-	-	3,4%

FESP	-	-	1,4%
PUC-RJ	-	-	1,4%
Unisal	-	-	0,7%
FGV-RJ	-	-	0,7%
Folha de São Paulo	-	-	0,7%
FUNDAP	-	-	0,7%
Inst. Soc. Pop. e Natureza	-	-	0,7%
Núc. de Est. da Prostit. - RS	-	-	0,7%
Sec. Mun. de Cultura - SP	-	-	0,7%
Senado Federal	-	-	0,7%
UERJ	-	-	0,7%
UFF	-	-	0,7%
UFJF	-	-	0,7%
UFPA	-	-	0,7%
UFRGS	-	-	0,7%
UFRRJ	-	-	0,7%
UNIP	-	-	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Em todos os tipos de apresentação do conceito de democracia, a USP está no topo da lista de instituições, com mais de 40%, sendo que entre os artigos que apresentam o conceito de democracia expressamente esta instituição aparece com 57,6% das ocorrências.

Em todas as análises, segmentando-se os dados de diversas maneiras, a USP apresenta predomínio nos artigos publicados na *Lua Nova*. Esta supremacia da USP entre as instituições talvez se deva à proximidade da direção da revista com esta instituição e pelos convites para artigos em dossiês específicos. Todos os editores da *Lua Nova*, de 1984 a 2005, eram pesquisadores da USP, com a exceção de Tullo Vigevani, professor da UNESP.

### 4.3.3. Elementos de democracia

Nos 187 artigos que tratam sobre democracia analisados, observa-se que os elementos de democracia mais citados são concorrência eleitoral, seguido de pluralismo e direitos individuais.

Concorrência eleitoral é o elemento mais apontado como elemento principal, seguido por direitos individuais e pluralismo. Nesta classificação, o elemento de uma vertente alternativa ao liberal-pluralismo com maior número de ocorrências é participação. Como elemento secundário, o maior número de ocorrências é do pluralismo, seguido com uma distância razoável por igualdade. Concorrência eleitoral é o elemento com o maior número de ocorrências como insuficiente, assim como contestado. Multiculturalismo é o único elemento que não recebeu nenhuma contestação.

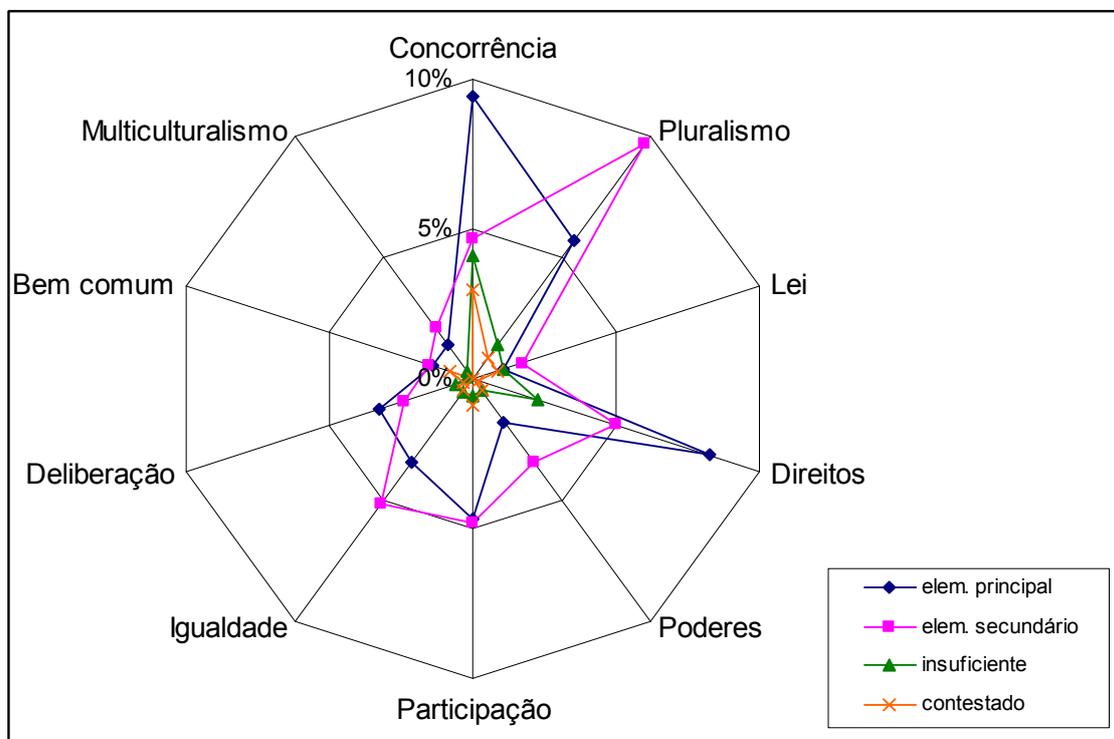
**Quadro 4 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1987 e 2005**

<b>Elementos</b>	<b>elem. principal</b>	<b>elem. secundário</b>	<b>insuficiente</b>	<b>contestado</b>	<b>TOTAL</b>
Concorrência	9,4%	4,7%	4,1%	3,0%	21,2%
Pluralismo	5,7%	9,7%	1,4%	0,8%	17,5%
Lei	1,1%	1,7%	1,1%	0,9%	4,7%
Direitos	8,2%	5,0%	2,3%	0,2%	15,6%
Poderes	1,8%	3,5%	0,5%	0,5%	6,2%
Participação	4,7%	4,8%	0,6%	0,9%	11,0%
Igualdade	3,5%	5,1%	0,6%	0,5%	9,7%
Deliberação	3,2%	2,4%	0,6%	0,3%	6,5%
Bem comum	1,4%	1,5%	0,2%	0,8%	3,8%
Multiculturalismo	1,4%	2,1%	0,3%	-	3,8%
Total	40,2%	40,5%	11,50%	7,7%	100%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 23 pode-se observar a distribuição das ocorrências dos elementos de democracia analisados.

**Gráfico 23 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1987 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Percebe-se claramente a predominância de concorrência eleitoral, pluralismo e direitos individuais como elementos principal e secundário, além de igualdade e participação como os elementos alternativos à vertente liberal-pluralista com maior número de ocorrências. Ter a maior parte das ocorrências como elemento principal ou secundário à concorrência eleitoral e direitos individuais lhes confere, também, maiores ocorrências como elementos insuficientes e contestados.

#### 4.3.4. Relações entre os elementos de democracia

Nos artigos da *Lua Nova*, o resultado do teste do qui quadrado com  $p \leq 1\%$  apresenta como variáveis independentes todos os elementos de correntes alternativas, com exceção de participação, que apresenta uma relação com concorrência eleitoral.

As demais relações entre elementos observadas apontam para uma dependência entre pluralismo, concorrência eleitoral e divisão dos poderes constitucionais, concorrência eleitoral e império da lei, e concorrência eleitoral e direitos individuais.

A relação entre concorrência eleitoral, pluralismo e divisão dos poderes ( $p < 0,1\%$ ) se constitui, principalmente, com concorrência e pluralismo sendo apontados como elementos principais e divisão dos poderes como um elemento secundário da democracia. Há também contestações e classificações de insuficiência recebidas simultaneamente por pluralismo e concorrência eleitoral.

Entre direitos individuais e concorrência eleitoral ( $p = 0,4\%$ ) a relação se desenha na classificação destes elementos de democracia como principais ou secundários nos artigos analisados. Já relação entre concorrência e império da lei ( $p = 0,9\%$ ), ao contrário, se apresenta pelo número de vezes em que ambos foram classificados como insuficientes ou contestados.

Essas relações se justificam teoricamente se observado que todas são elementos da corrente da democracia liberal-pluralista. Assim, elas são citadas conjuntamente, sendo para delimitar o que é a democracia ou para contestar a concepção da democracia liberal-pluralista.

A relação entre participação e concorrência eleitoral ( $p = 0,2\%$ ) se apresenta com base nas declarações de insuficiência da concorrência eleitoral nos artigos em que a participação de todos na deliberação é apontada como um elemento principal de democracia. Uma das principais críticas direcionadas à democracia liberal-pluralista é a limitação da participação aos momentos eleitorais, o que pode explicar essa relação de dependência entre as variáveis.

#### 4.3.5. Autores citados na discussão sobre democracia

Dos 187 artigos que tratam sobre democracia, 44,4% não citam nenhum autor na discussão sobre democracia. Entre os 55,6% que citam, a distribuição de autores citados é a seguinte:

**Tabela 30 - Autores mais citados na discussão sobre democracia, na *Lua Nova*, entre 1987 e 2005**

<b>Autores citados</b>	<b>Nº citações</b>	<b>Freqüência</b>
DAHL, Robert	21	6,3%
HABERMAS, Jürgen	16	4,8%
TOCQUEVILLE, Alexis de	14	4,2%
O'DONNELL, Guillermo	13	3,9%
RAWLS, John	12	3,6%
MARX, Karl	10	3,0%
PRZEWORSKI, Adam	10	3,0%
BOBBIO, Norberto	9	2,7%
WEBER, Max	9	2,7%
ROUSSEAU, Jean-Jacques	8	2,4%
SCHUMPETER, Joseph	8	2,4%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Robert Dahl, principal teórico do pluralismo, é o autor mais citado na discussão sobre democracia nos artigos da *Lua Nova*, seguido por Jürgen Habermas, principal inspirador da corrente deliberacionista. Joseph Schumpeter, teórico central da vertente da democracia liberal, também aparece como um dos autores mais citados, embora com uma freqüência menor. Não há nenhum autor brasileiro entre os autores mais citados na discussão sobre democracia na *Lua Nova*.

A citação de dois autores centrais da discussão sobre democracia liberal-pluralista, sendo um deles o mais citado entre todos os autores, demonstra a predominância da democracia liberal-pluralista nos artigos, se observado esse dado ao lado do cenário verificado entre os elementos de democracia com ocorrências nos artigos.

É interessante que Jürgen Habermas seja o segundo autor mais citado nos artigos, visto que a corrente teórica a qual ele é inspirador, a democracia deliberativa, não é a vertente alternativa com maior número de ocorrências (os elementos de

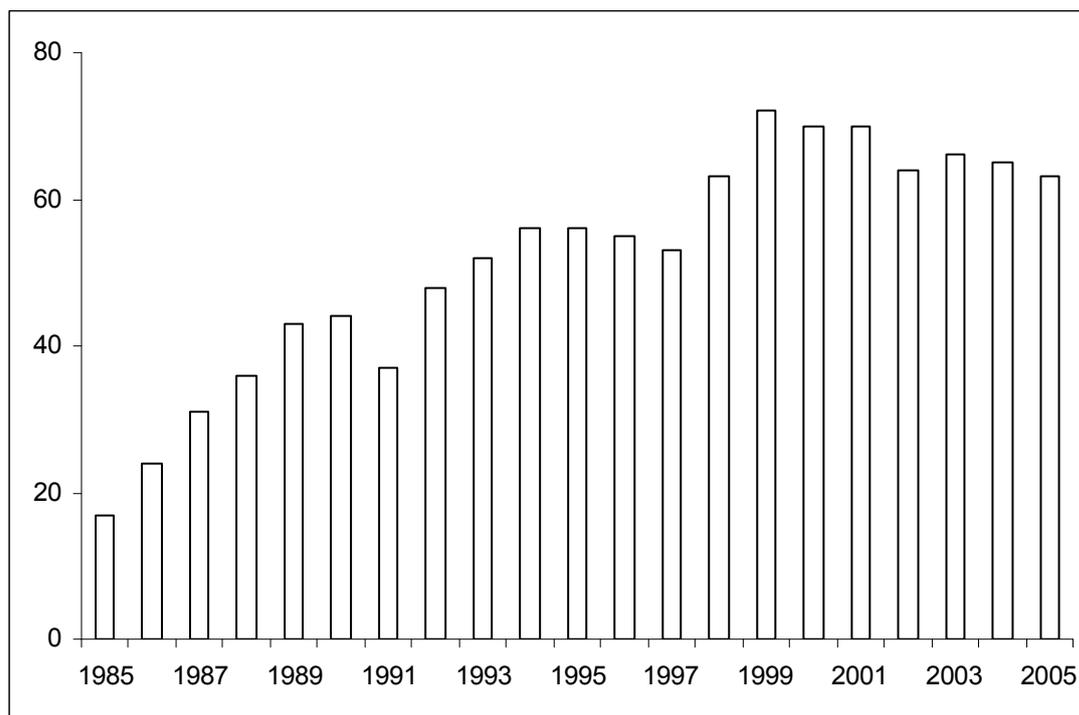
democracia alternativas ao liberal-pluralismo com mais ocorrências são relacionados à vertente da democracia participativa).

## 4.4. Dados gerais

### 4.4.1. Dados gerais dos periódicos

Nesta seção, é analisada em conjunto toda a produção dos três periódicos analisados nesta dissertação, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados – Revista de Ciências Sociais* e *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. No total, são analisados 1085 artigos, dos quais 486 (44,8%) tratam sobre democracia. Tenta-se, portanto, observar tendências em relação ao campo das ciências sociais brasileiros, observando o conjunto de artigos das três revistas.

**Gráfico 25 – Evolução do conjunto de artigos publicados por ano na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Observando a evolução do número de artigos publicados pelos três periódicos, verifica-se que a tendência é ascendente, com quedas pequenas em alguns anos. A partir

de 1998, o número total de artigos publicados no ano não é menor do que 63. O ano com o maior número de artigos publicados é 1999, com 72 artigos. Este período coincide com aquele citado por Charles Pessanha<sup>39</sup> como o início da avaliação mais sistemática da CAPES com o sistema *Qualis*, que veio exigir mais estabilidade dos periódicos acadêmicos com o fortalecimento de regras e a ênfase no sistema de arbitragem por pares<sup>40</sup>.

O número de autores com artigos publicados nas três revistas entre 1985 e 2005 é de 1249. Destes, somente 29,5% são autoras, quase 10 pontos percentuais a menos do que a média de pesquisadoras das principais instituições, 39%<sup>41</sup>. Dos vinte e um anos analisados, apenas em sete os artigos de autoras excederam os 30% de artigos do ano; nos demais, esta porcentagem ficou entre 20% e 30%. Nos poucos picos que ultrapassaram os 30%, em apenas um deles a barreira dos 40% foi ultrapassada, chegando a 43,1% em 1998. Mesmo assim, a tendência média é de queda e a porcentagem de artigos de autoras por ano em 2005 é a mais baixa do período analisado, chegando a apenas 20,8% (pouco mais de um quinto dos artigos).

Esta participação de autoras nas revistas, na casa dos 30%, se deve à média entre as três revistas, sendo que na *RBCS* o número de autoras chega a quase 40%, na *Dados* este número fica na casa dos 30% e na *Lua Nova* a participação de autoras no total de artigos é de pouco mais de 20%. O maior número de autoras na *RBCS* possivelmente se deve à maior quantidade de artigos de antropologia, visto que somente em departamentos de antropologia das principais instituições selecionadas<sup>42</sup> o número de pesquisadoras ultrapassa 50% (na USP, no IFCS/UFRJ, na Unicamp e na UnB). Calculando-se a média de pesquisadoras associadas aos programas de antropologia, chega-se a 49% do quadro docente. O IUPERJ, única instituição que só possui programas de pós-graduação em sociologia e ciência política, apresenta o menor número de participação de pesquisadoras e docentes: 18%.

---

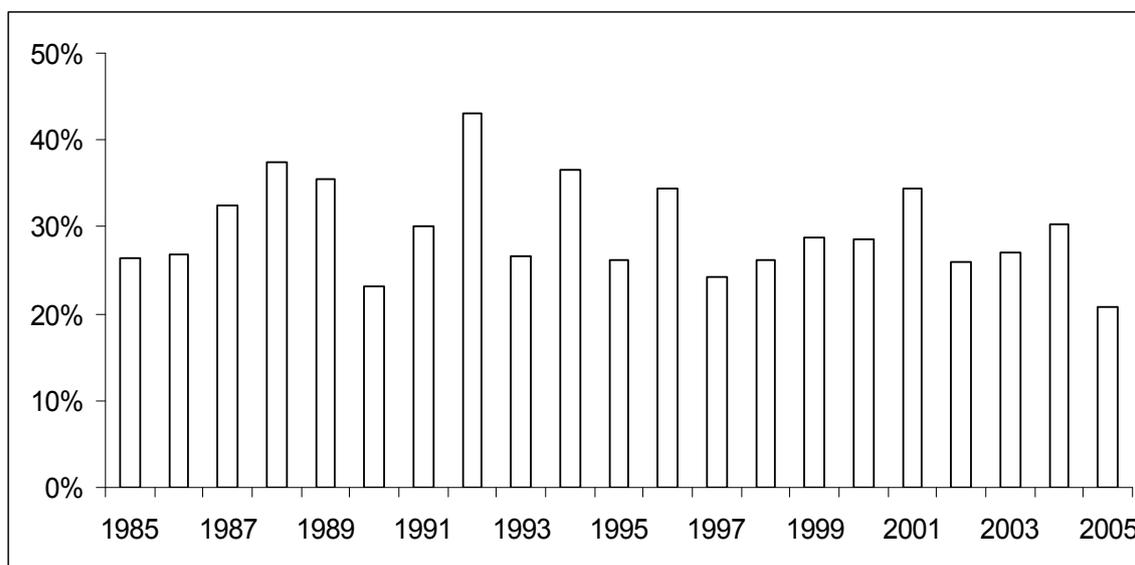
<sup>39</sup> Em entrevista à autora, concedida em 6 de março de 2006.

<sup>40</sup> Sistemas de avaliação anteriores, como o da FAPESP, já enfatizavam a importância do sistema de *peer-review*.

<sup>41</sup> Dados coletados nos *sites* de internet das próprias instituições.

<sup>42</sup> USP, IUPERJ, IFCS/UFRJ, Museu Nacional/UFRJ, Unicamp, UFMG e UnB, todas com mais de 50 ocorrências entre o total de artigos.

**Gráfico 26 – Porcentagem de artigos de autoras na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A vinculação institucional dos autores aponta que a USP é a instituição com o maior número de ocorrências, com 19,3% do total, seguida por outras quatro outras instituições do sudeste: IUPERJ (13%), UFRJ (8,1%), Unicamp (6,7%) e UFMG. (5%). A primeira instituição da lista que não pertence à região sudeste é a UnB, com menos de 5% do total de ocorrências (4,5%). As instituições estrangeiras se apresentam na sétima posição, com 4%.

**Tabela 31 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	260	19,3%
IUPERJ	175	13,0%
UFRJ	110	8,1%
Unicamp	91	6,7%
UFMG	68	5,0%
UnB	61	4,5%
Estrangeiras	54	4,0%
UFF	47	3,5%
UERJ	35	2,6%
UFPE	35	2,6%

PUC-RJ	34	2,5%
FGV-SP	29	2,1%
UFSCar	28	2,1%
UFBA	25	1,9%
UFRGS	24	1,8%
UNESP	23	1,7%
PUC-SP	19	1,4%
UFSC	18	1,3%
UFJF	15	1,1%
FGV-RJ	14	1,0%
UFRRJ	14	1,0%
FIOCRUZ	13	1,0%
Outras instituições com frequência <1,0%	158	11,7%
TOTAL	1350	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As instituições de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentam uma participação semelhante entre os artigos publicados nas três revistas no geral: 35,6% e 35,1%, respectivamente. Isto se deve à combinação dos dados das revistas analisadas, visto que a *RBCS* apresenta um equilíbrio em relação às instituições destas duas unidades da federação, enquanto as instituições fluminenses são predominantes da *Dados* e as paulistas, na *Lua Nova*. No conjunto de dados, observa-se, então, um equilíbrio entre as instituições dos dois estados.

O que se observa, também, é a concentração de instituições do sudeste, em detrimento de instituições de outras regiões do país.

**Tabela 32 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, por região**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	1052	77,9%
Nordeste	77	5,7%
Centro-oeste	67	5,0%
Sul	63	4,7%
Exterior	54	4,0%
Federal <sup>a</sup>	32	2,4%
Norte	5	0,4%
Total	1350	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As instituições da região sudeste concentram 77,9% das ocorrências. A segunda região em ocorrências é o nordeste, com 5,7% (72,2 pontos percentuais a menos do que o sudeste). A região norte aparece com apenas cinco ocorrências (que correspondem a somente cinco artigos), representando 0,4% do total de ocorrências.

Entre os principais autores, apenas dois (10,5%) não apresentam nenhum vínculo com uma instituição da região sudeste do Brasil. Entre os dezenove autores apontados como principais (com oito ou mais artigos publicados nas três revistas analisadas), a instituição que mais se destaca é o IUPERJ: 47,5% dos principais autores apresentam vínculo institucional com esta instituição.

**Tabela 33 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Nº artigos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Luiz Jorge Werneck Vianna <sup>a</sup>	15	1,2%	IUPERJ, UFRRJ
Elisa P. Reis	14	1,1%	UFRJ, IUPERJ, UERJ, FGV-RJ
Fabiano Guilherme Mendes Santos	14	1,1%	IUPERJ
Luiz Carlos Bresser Pereira	13	1,0%	FGV-SP
Marcus André Melo	12	1,0%	UFPE, Unicamp
Roberto Grün	12	1,0%	UFSCar
Eli Diniz	11	0,9%	UFRJ, IUPERJ
José Maurício Domingues	11	0,9%	IUPERJ, UFRJ, LSE
Renan Springer de Freitas	11	0,9%	UFMG
Álvaro de Vita	9	0,7%	USP
Fernando Limongi	9	0,7%	USP
Jessé Souza	9	0,7%	UnB, IUPERJ, UENF
Wanderley Guilherme dos Santos	9	0,7%	IUPERJ, UFRJ, UCAM, UFF
Fábio Wanderley Reis	8	0,6%	UFMG
Gláucio Ary Dillon Soares	8	0,6%	UnB, Univ. da Flórida
Luis Felipe Miguel	8	0,6%	UnB
Manoel Palacios Cunha Melo	8	0,6%	UFJF, IUPERJ, PUC-RJ
Maria Alice Rezende de Carvalho	8	0,6%	IUPERJ
Renato Ortiz	8	0,6%	Unicamp, PUC-SP
Total geral	1249	100,0%	

<sup>a</sup> Luiz Jorge Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manoel Palacios Cunha publicaram todos os artigos de um dossiê na *Dados* vol. 37, nº3, de 1994. Foram seis artigos escritos pelos três pesquisadores e um artigo escrito somente pelo primeiro autor.

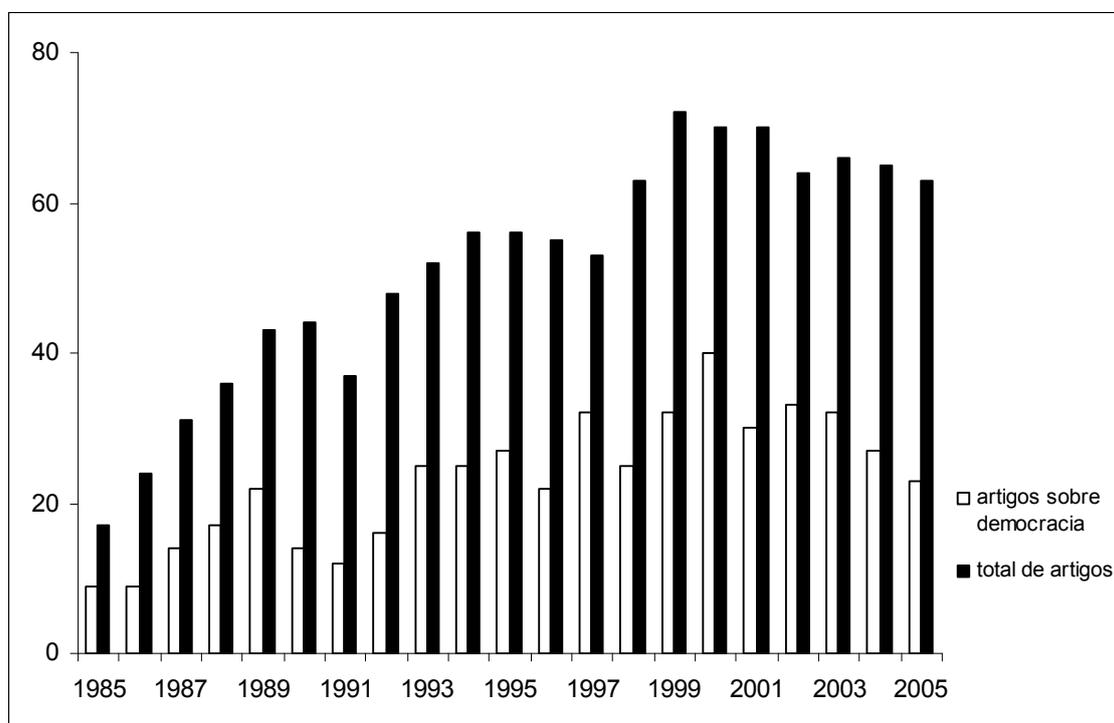
Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

É possível afirmar, analisando o conjunto de dados referente aos três periódicos, que a produção acadêmica publicada é concentrada na região sudeste, em especial na USP e no IUPERJ. Por esta última instituição passou a maioria dos principais autores em número de artigos publicados.

#### 4.4.2. O tratamento do tema “democracia”

Dos 1085 artigos publicados na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova*, 486 (44,8%) tratam sobre democracia. A evolução dos artigos que tratam sobre democracia pode ser observada no gráfico 27, ao lado da evolução geral de artigos:

**Gráfico 27 – Evolução dos artigos que tratam sobre democracia e o número total de artigos publicados por ano na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005**

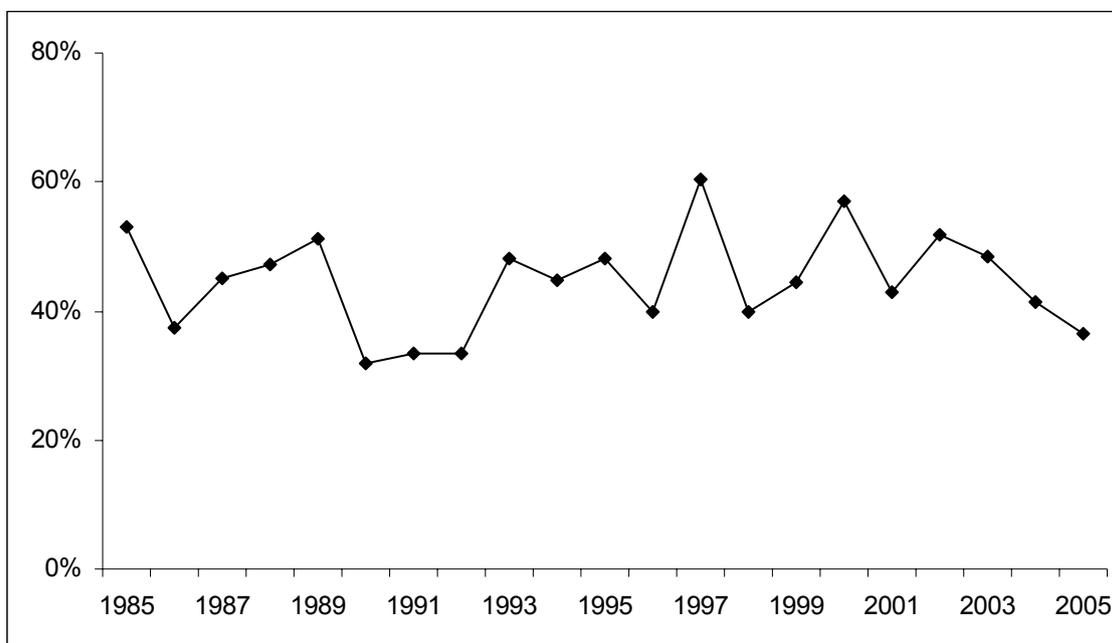


Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Observa-se que a evolução do número de artigos que tratam sobre democracia é semelhante à evolução total dos artigos publicados. No gráfico 28, pode-se observar que a publicação de artigos sobre democracia ultrapassou os 50% somente em cinco ocasiões: 1985, 1989, 1997, 2000 e 2002. O ano de 1985 marca o retorno do poder político aos civis; 1989 e 2002 são anos eleitorais, sendo que o primeiro marca as primeiras eleições diretas para presidente da República após a ditadura; 1997 e 2000 são anos intermediários do governo FHC.

O período de maior queda nos artigos que tratavam sobre democracia coincide exatamente com os anos do governo Collor (1990-92), o primeiro presidente eleito diretamente após o período ditatorial, considerado um fiasco que acabou em *impeachment*. Verifica-se que entre 1990 e 1992 o número de artigos que tratavam sobre democracia era pouco mais do que 30% do total de artigos. Também se registra uma tendência de queda nos artigos que tratam sobre democracia desde 2003, chegando a 36,5% em 2005, mesmo sem alcançar o baixo patamar do período 1990-92.

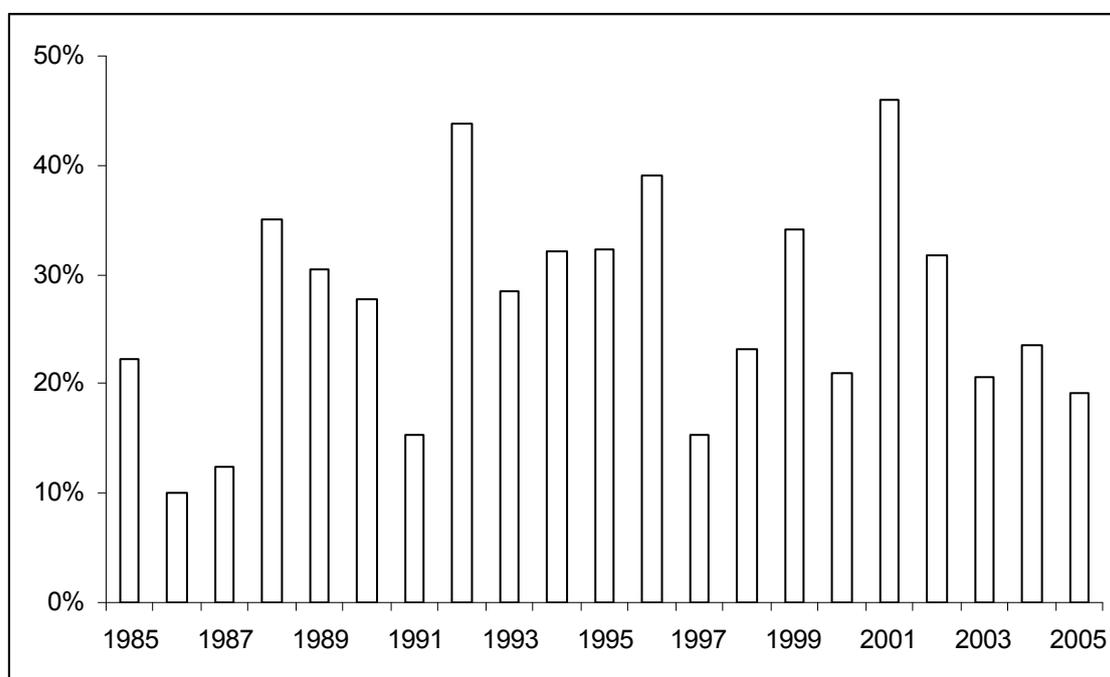
**Gráfico 28 – Porcentagem de artigos que tratam sobre democracia na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos 560 autores com artigos publicados que tratam sobre democracia, somente 27,3% são autoras. A distribuição destes artigos de autoras é bastante instável, sendo possível observar situações com menos de 20% dos artigos que tratam sobre democracia do ano (1986-87, 1991, 1997 e 2005) e duas situações com mais de 40% de artigos publicados (1992 e 2001). Verifica-se uma tendência de queda na participação de autoras entre os artigos que tratam sobre democracia, que chega a 19,2% em 2005.

**Gráfico 29 – Porcentagem de artigos sobre democracia publicados por autoras na Revista Brasileira de Ciências Sociais, na Dados e na Lua Nova, por ano, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Entre os artigos que tratam sobre democracia, as instituições que se destacam são, novamente, USP e IUPERJ, seguidos por Unicamp, UFMG e UFRJ. As duas primeiras instituições, somadas, concentram 37,8% do total de ocorrências de instituições. As instituições estrangeiras aparecem em uma posição superior à primeira instituição de fora do sudeste, UnB, que fica na sétima posição.

**Tabela 34 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Instituição	Nº ocorrências	Frequência
USP	140	23,3%
IUPERJ	87	14,5%
Unicamp	40	6,7%
UFMG	30	5,0%
UFRJ	28	4,7%
Estrangeiras	27	4,5%
UnB	25	4,2%
PUC-RJ	19	3,2%
UFPE	17	2,8%
PUC-SP	16	2,7%
UFF	16	2,7%
UNESP	15	2,5%
FGV-SP	14	2,3%
UFBA	11	1,8%
UERJ	9	1,5%
UFRGS	9	1,5%
UFSC	8	1,3%
Outras instituições com frequência <1%	89	14,8%
TOTAL	600	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

As instituições de São Paulo e Rio de Janeiro são as que apresentam o maior número de ocorrências, 40,7% e 31,2%, respectivamente. Somadas, elas representam 71,9% do total de ocorrências de instituições entre os artigos que tratam sobre democracia. As instituições da região sudeste apresentam 78,3% do total de ocorrências, 73 pontos percentuais a mais do que a segunda posição, a região nordeste. A região norte, com apenas um artigo que trata sobre democracia, corresponde a apenas 0,2% das ocorrências.

**Tabela 35 – Número de ocorrências e frequência de instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, por região, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

Região	Nº ocorrências	Frequência
Sudeste	470	78,3%
Nordeste	32	5,3%

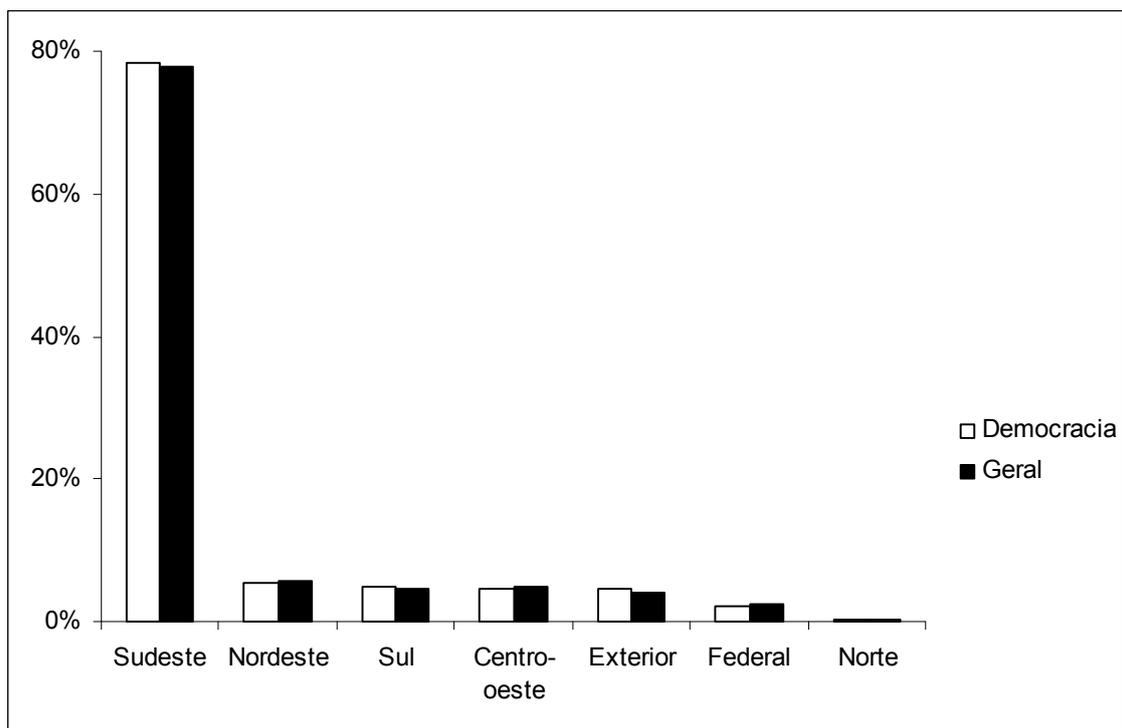
Sul	29	4,8%
Centro-oeste	28	4,7%
Exterior	27	4,5%
Federal <sup>a</sup>	13	2,2%
Norte	1	0,2%
TOTAL	600	100,0%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 30 pode-se observar a magnitude da concentração institucional entre os artigos que tratam sobre democracia:

**Gráfico 30 – Porcentagem de instituições nos artigos que tratam sobre democracia e no total de artigos, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados e na Lua Nova*, por região, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Os principais autores nos artigos que tratam sobre democracia também se concentram na região sudeste. Dos onze autores que possuem mais de seis artigos que

tratam sobre democracia nos periódicos analisados, 72,7% apresentam exclusivamente vínculos com instituições da região sudeste. Três deles (27,3%) apresentam vínculos com instituições de outras regiões, sendo que apenas um (9,1%) apresenta exclusivamente vínculo com uma instituição de fora do sudeste.

**Tabela 36 – Principais autores, número de artigos, frequência e vínculo institucional, instituições na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, nos artigos que tratam sobre democracia**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Nº artigos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
Fabiano Guilherme Mendes Santos	11	2,0%	IUPERJ
Luiz Carlos Bresser Pereira	10	1,8%	FGV-SP
Álvaro de Vita	9	1,6%	USP
Eli Diniz	9	1,6%	IUPERJ, UFRJ
Luiz Jorge Werneck Vianna <sup>a</sup>	9	1,6%	IUPERJ, UFRRJ
Elisa P. Reis	8	1,4%	IUPERJ, UFRJ, UERJ, FGV-RJ
Marcus André Melo	8	1,4%	UFPE, Unicamp
Luis Felipe Miguel	7	1,3%	UnB
Celina Souza	6	1,1%	UFBA, UFMG, USP
Fernando Limongi	6	1,1%	USP
Regis de Castro Andrade	6	1,1%	USP
<b>Total</b>	<b>560</b>	<b>100,0%</b>	

<sup>a</sup> Luiz Jorge Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manoel Palacios Cunha publicaram todos os artigos de um dossiê na *Dados* vol. 37, nº3, de 1994. Foram seis artigos escritos pelos três pesquisadores e um artigo escrito somente pelo primeiro autor.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Dos 486 artigos que tratam sobre democracia analisados, 13,8% têm a democracia como seu tema principal, 35,6%, como uma questão central e 50,6%, como uma questão secundária.

Entre os artigos que tratam a democracia como o tema principal, as principais instituições são USP, IUPERJ e UFMG. Juntas, estas três instituições concentram 48,2% dos 83 artigos. As instituições estrangeiras aparecem na quarta posição, superior à primeira instituição de fora do sudeste, a UnB.

**Tabela 37 – Instituições e tratamento do tema "democracia" na RBCS, na Dados e na Lua Nova, entre 1985 e 2005**

Instituição	Tema principal	Questão central	Questão secundária
USP	24,1%	23,4%	23,1%
IUPERJ	13,3%	15,1%	14,5%
UFMG	10,8%	7,8%	1,8%
Estrangeiras	8,4%	4,2%	3,7%
UnB	6,0%	5,7%	2,8%
UFRJ	4,8%	3,1%	5,5%
Unicamp	4,8%	5,7%	7,7%
UFF	3,6%	1,6%	3,1%
UFPE	3,6%	4,2%	1,8%
CEBRAP	2,4%	-	0,6%
IDESP	2,4%	-	-
PUC-SP	2,4%	3,1%	2,5%
UERJ	2,4%	1,0%	1,5%
UFSC	2,4%	1,0%	1,2%
A. N. dos Magist. da Just. do Trabalho	1,2%	-	-
PUC-PR	1,2%	-	-
PUC-RJ	1,2%	2,6%	4,0%
UFCE	1,2%	0,5%	-
UFRGS	1,2%	2,1%	1,2%
UNESP	1,2%	3,6%	2,2%
UNI-BH	1,2%	-	-
FGV-SP	-	3,6%	2,2%
UFBA	-	2,6%	1,8%
FIOCRUZ	-	1,0%	0,6%
UFPR	-	1,0%	0,6%
Unisal	-	0,5%	-
CNPq	-	0,5%	-
FAFIC-RJ	-	0,5%	-
IEPES-RJ	-	0,5%	0,3%
ISER	-	0,5%	-
PUC-MG	-	0,5%	0,6%
PUC-RS	-	0,5%	0,3%
UCAM	-	0,5%	-
UFJF	-	0,5%	0,9%
UFRRJ	-	0,5%	-
UFS	-	0,5%	-
UNISINOS	-	0,5%	-
Universidade Iguçu (UNIG)	-	0,5%	0,3%
FGV-RJ	-	-	1,5%
MRE	-	-	1,5%
UFRRJ	-	-	1,2%
UFSCar	-	-	1,2%
IPEA	-	-	0,9%
CEDEC	-	-	0,6%
FESP	-	-	0,6%
IDAC	-	-	0,6%
UNIP	-	-	0,6%

CEDIM-RJ	-	-	0,3%
CEPIA	-	-	0,3%
Conservatório Bras. de Música	-	-	0,3%
Folha de São Paulo	-	-	0,3%
Fundação João Pinheiro	-	-	0,3%
FUNDAP	-	-	0,3%
IBGE	-	-	0,3%
IEPES-RJ	-	-	0,3%
Inst. Soc. Pop. e Natureza	-	-	0,3%
MCT	-	-	0,3%
Núc. de Est. da Prostituição - RS	-	-	0,3%
PCB	-	-	0,3%
Sec.Mun.de Cultura - SP	-	-	0,3%
Senado Federal	-	-	0,3%
UFMT	-	-	0,3%
UFPA	-	-	0,3%
UFPB	-	-	0,3%
UFPel	-	-	0,3%
UFSM	-	-	0,3%
ULBRA	-	-	0,3%
UENF	-	-	0,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

A USP, o IUPERJ e a UFMG também lideram as instituições entre os artigos que tratam a democracia como uma questão central, somando 46,3% do total de 192 artigos. As instituições seguintes são a UnB (instituição de fora da região sudeste) e Unicamp, que dividem a quarta posição.

Entre os artigos que tratam a democracia como uma questão secundária, a USP e o IUPERJ novamente têm destaque, somando 37,6% das ocorrências, seguidos por Unicamp, UFRJ e PUC-RJ, instituições do sudeste, que somados a estas duas instituições representam 54,8% do total de ocorrências. As instituições estrangeiras aparecem na sexta posição e a primeira instituição de fora do sudeste a figurar na lista é a UnB, com 2,8% das ocorrências e na oitava posição.

Dos 486 artigos que tratam sobre democracia, 13,8% discutem o conceito de democracia, 17,3% apresentam o conceito expressamente e 68,9% apresentam o conceito implicitamente. A distribuição institucional de acordo com a discussão do conceito de democracia pode ser analisada na tabela 38:

**Tabela 38 – Instituições e discussão do conceito de democracia na RBCS, na Dados e na Lua Nova, entre 1985 e 2005**

Instituição	Discutido	Apres. expressamente	Apres. Implicitamente
USP	22,4%	30,1%	21,9%
IUPERJ	15,8%	6,8%	16,2%
UFMG	11,8%	6,8%	3,3%
UnB	7,9%	5,8%	3,1%
UFF	5,3%	1,0%	2,6%
Unicamp	5,3%	2,9%	7,8%
UFPE	3,9%	5,8%	1,9%
UFRJ	3,9%	6,8%	4,3%
UNESP	3,9%	1,0%	2,6%
PUC-RJ	2,6%	3,9%	3,1%
UFSC	2,6%	1,0%	1,2%
A.N. dos Magist. da Just. do Trabalho	1,3%	-	-
CEBRAP	1,3%	1,9%	0,2%
Estrangeiras	1,3%	8,7%	4,0%
FGV-SP	1,3%	1,9%	2,6%
IEPES-RJ	1,3%	-	0,2%
PCB	1,3%	-	-
UFBA	1,3%	-	2,4%
UFJF	1,3%	1,0%	0,5%
UFPR	1,3%	1,0%	0,5%
UFRGS	1,3%	1,9%	1,4%
UFRRJ	1,3%	-	1,0%
UERJ	-	2,9%	1,4%
IPEA	-	1,0%	0,5%
MCT	-	1,0%	-
PUC-MG	-	1,0%	0,5%
PUC-PR	-	1,0%	-
PUC-RS	-	1,0%	0,2%
PUC-SP	-	1,0%	3,6%
UFPeI	-	1,0%	-
UFSCAR	-	1,0%	0,7%
UNISINOS	-	1,0%	-
FGV-RJ	-	-	1,2%
MRE	-	-	1,2%
FIOCRUZ	-	-	1,0%
CEDEC	-	-	0,5%
FESP	-	-	0,5%
IDAC	-	-	0,5%
IDESP	-	-	0,5%
UFCE	-	-	0,5%
UNIP	-	-	0,5%
Universidade Iguazu (UNIG)	-	-	0,5%
CEDIM-RJ	-	-	0,2%
Unisal	-	-	0,2%
CEPIA	-	-	0,2%
CNPq	-	-	0,2%
Conservatório Bras. de Música	-	-	0,2%

FAFIC-RJ	-	-	0,2%
Folha de São Paulo	-	-	0,2%
Fundação João Pinheiro	-	-	0,2%
FUNDAP	-	-	0,2%
IBGE	-	-	0,2%
Inst. Soc. Pop. e Natureza	-	-	0,2%
ISER	-	-	0,2%
Núc. de Est.da Prostituição - RS	-	-	0,2%
Sec.Mun.de Cultura - SP	-	-	0,2%
Senado Federal	-	-	0,2%
UCAM	-	-	0,2%
UFMT	-	-	0,2%
UFPA	-	-	0,2%
UFPB	-	-	0,2%
UFS	-	-	0,2%
UFSM	-	-	0,2%
ULBRA	-	-	0,2%
UNI-BH	-	-	0,2%
UENF	-	-	0,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Entre os artigos que discutem o conceito de democracia, USP, IUPERJ e UFMG são as instituições com o maior número de ocorrências, sendo que somadas chegam a 50% das ocorrências. A UnB é a quarta instituição nesta lista, com 7,8%.

A USP é a principal instituição entre os artigos que apresentam expressamente o conceito de democracia, com 30,1%. As universidades estrangeiras ocupam a segunda posição, com um percentual 3,5 vezes menor do que o da USP.

A USP e o IUPERJ se destacam entre as instituições nos artigos que apresentam implicitamente o conceito de democracia, somando 38,1% das ocorrências.

O que se verifica, analisando as instituições de acordo com o tratamento dado ao tema “democracia” e à discussão do conceito de democracia, é que a USP se destaca em todas as situações, liderando a lista de instituições qualquer seja o tratamento dado ao tema ou ao conceito de democracia.

A questão que se levanta com a verificação desta concentração institucional, que se dá na região sudeste ou, de maneira mais específica, na USP, é o que este dado pode representar para o campo das ciências sociais brasileiro. Mais do que atestar a qualidade das instituições mais citadas, é preciso questionar como essa concentração pode repercutir no campo acadêmico. Como se vê no quadro 5, a disparidade entre a distribuição de instituições de pesquisa em ciências sociais pelo país e a distribuição

institucional encontrada nos dados referentes aos artigos publicados pelas revistas *RBCS*, *Dados* e *Lua Nova* é muito grande.

**Quadro 5 – Concentração regional dos sócios da ANPOCS, das instituições com artigos publicados na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova* entre 1985 e 2005 e das instituições com artigos que tratam sobre democracia publicados na *RBCS*, na *Dados* e na *Lua Nova* entre 1985 e 2005**

<b>Região</b>	<b>Sócios da ANPOCS</b>	<b>Total de artigos</b>	<b>Artigos sobre democracia</b>
Sudeste	57,0%	77,9%	78,3%
Nordeste	20,3%	5,7%	5,3%
Sul	12,6%	4,7%	4,8%
Centro-oeste	6,3%	5,0%	4,7%
Norte	3,8%	0,4%	0,2%
Federal <sup>a</sup>	-	2,4%	2,2%
Exterior	-	4,0%	4,5%

<sup>a</sup> Foram classificadas como instituições federais aquelas que não podem ser relacionadas a uma localidade específica, dentro do país.

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

É preciso questionar, portanto, se a grande concentração em instituições de uma única região do país e de instituições específicas (como USP e IUPERJ) não contribuiria para manter o quadro da desigualdade regional na divisão do trabalho acadêmico em ciências sociais no Brasil, monopolizando os espaços de publicação de trabalhos, que veiculam o conhecimento produzido nas instituições de pesquisa.

#### 4.4.3. Elementos de democracia

No total de artigos que tratam sobre democracia, observa-se que concorrência eleitoral é o elemento com mais ocorrências, seguido por pluralismo e direitos individuais. Juntas, as ocorrências destes elementos representam 52,7% do total de ocorrências. Os elementos de vertentes alternativas ao liberal-pluralismo mais apontados são participação e igualdade, da vertente da democracia participativa.

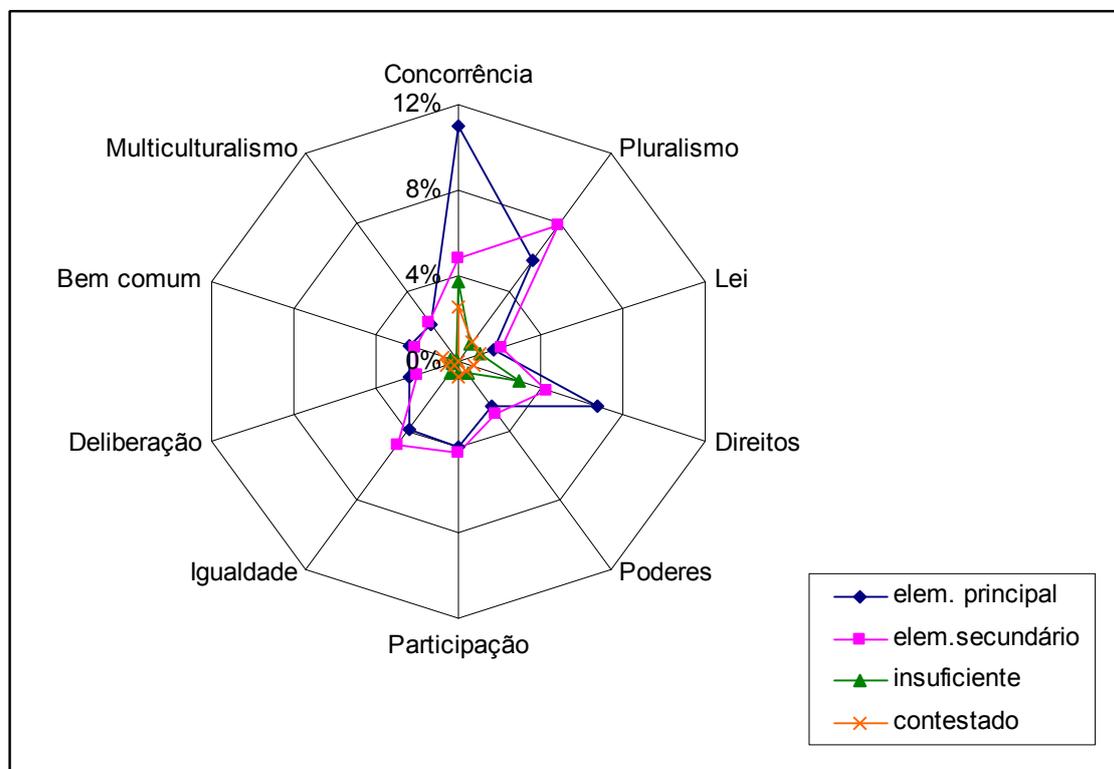
**Quadro 6 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *RBCS*, da *Dados* e da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005**

Elementos	elem. principal	elem.secundário	insuficiente	contestado	Total
Concorrência	11,0%	4,8%	3,7%	2,5%	22,0%
Pluralismo	5,8%	7,9%	1,0%	1,1%	15,9%
Lei	1,7%	2,1%	1,1%	1,1%	6,0%
Direitos	6,8%	4,3%	3,0%	0,7%	14,8%
Poderes	2,6%	3,0%	0,7%	0,5%	6,9%
Participação	4,0%	4,3%	0,5%	0,7%	9,5%
Igualdade	3,9%	4,8%	0,6%	0,3%	9,6%
Deliberação	2,4%	2,0%	0,3%	0,5%	5,2%
Bem comum	2,4%	2,1%	0,4%	0,7%	5,6%
Multiculturalismo	2,2%	2,3%	0,1%	-	4,6%
Total	42,8%	37,7%	11,4%	8,1%	100,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

Concorrência eleitoral é a mais indicada como elemento principal, seguida por direitos e pluralismo. Como elemento secundário, o mais indicado é o pluralismo, seguido por concorrência eleitoral e igualdade, empatados. Os elementos com maiores ocorrências como insuficientes são concorrência e direitos individuais, e os elementos que receberam o maior número de contestações são concorrência eleitoral, pluralismo e império da lei.

**Gráfico 31 – Distribuição dos elementos de democracia nos artigos da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, da *Dados* e da *Lua Nova* que tratam sobre democracia, entre 1985 e 2005**



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

No gráfico 31 pode-se observar que concorrência eleitoral e pluralismo se destacam dos demais elementos em relação às ocorrências como elemento principal e secundário, seguidos mais discretamente por direitos individuais. As distribuições como elemento principal e secundário acompanham-se, exceto no caso da concorrência eleitoral e do pluralismo. As indicações de elemento insuficiente e as contestações acompanham aqueles elementos que receberam o maior número de ocorrências.

#### 4.4.4. Relações entre os elementos de democracia

Realizando-se o teste do qui quadrado para determinar as relações de dependência entre os elementos de democracia no conjunto de artigos analisados nas três revistas, em um nível de significância alto ( $p \leq 1\%$ ), observa-se que somente participação entre os elementos de correntes alternativas não se apresenta como uma variável independente.

Ao lado da relação entre participação e pluralismo ( $p=0,1\%$ ), todos os elementos ligados à democracia liberal apresentam relações de dependência, realizando mais dois “perfis”: império da lei, divisão dos poderes e concorrência eleitoral ( $p=0,1\%$ ); e direitos individuais, pluralismo e concorrência eleitoral ( $p=0,1\%$ , com exceção de direitos e pluralismo, com  $p=1\%$ ).

Entre os elementos liberais, assim como ocorre nas revistas específicas, justifica-se a relação de dependência entre os elementos pela proximidade teórica que apresentam na discussão sobre as correntes da teoria democrática. Direitos e liberdades individuais (visando a proteção da liberdade negativa, ou seja, garantir a ausência de coerção), concorrência eleitoral (como principal método de escolha de governantes) e pluralismo (dispersão do poder entre várias minorias) são os elementos mais importantes da concepção liberal-pluralista de democracia. Ao mesmo tempo, essa vertente teórica atenta para a necessidade de submeter todos às mesmas regras (império da lei) e há uma preocupação com a divisão dos poderes constitucionais, no âmbito do Estado democrático, através de um sistema de *checks and balances*. Todos os elementos da democracia liberal-pluralista apresentam relações, demonstrando uma unidade na concepção liberal de democracia expressa nos artigos.

É interessante perceber que a maior parte das relações se deve às contestações e declarações de insuficiência dos elementos liberal-pluralistas, com a exceção de concorrência eleitoral e pluralismo, o que faz imaginar que a unidade se apresente mais na crítica à democracia liberal-pluralista do que na própria concepção de artigos que a defendem. No entanto, a relação entre pluralismo e concorrência eleitoral se apresenta não somente pelas contestações recebidas por eles, mas pela classificação de concorrência eleitoral como elemento principal ao mesmo tempo de pluralismo como elemento secundário de democracia. Concorrência eleitoral, elemento mais citado no conjunto de artigos, é o principal elemento da democracia liberal-pluralista, chegando às

vezes a representar quase um sinônimo de democracia (fato denunciado por diversos autores críticos à concepção liberal-pluralista de democracia). Pluralismo, o segundo elemento mais citado, também é central para a vertente liberal-pluralista. Os principais autores desta corrente teórica são identificados principalmente pela defesa da concorrência eleitoral (Joseph Schumpeter, que estabeleceu as bases da “democracia concorrencial”) e da dispersão do poder entre várias minorias (Robert Dahl, que definiu o que seria uma “democracia pluralista”, ou uma “poliarquia”).

Estes são os elementos mais centrais da discussão sobre democracia, seja em textos que aceitam a democracia liberal-pluralista, colocando-os como elementos principais e secundários na discussão, ou naqueles em que as críticas a este modelo são fortes, contestando-os ou apontando-os como insuficientes (mesmo reconhecendo a sua importância).

A relação entre participação de todos na deliberação e pluralismo ( $p < 0,1\%$ ), por sua vez, se apresenta principalmente com base nas classificações dos dois elementos como insuficientes, embora eles também apareçam conjuntamente em vários artigos como elementos principal e secundário.

#### 4.4.5. Autores citados na discussão sobre democracia

Dos 486 artigos que tratam sobre democracia nas três revistas, 186 (9,6%) não citaram nenhum autor na discussão sobre democracia. Nos 90,4% de artigos nos quais houve citações, a distribuição dos principais autores é a seguinte:

**Tabela 39 – Autores mais citados na discussão sobre democracia, instituições na Revista Brasileira de Ciências Sociais, na Dados e na Lua Nova, entre 1985 e 2005**

<b>Autor citado</b>	<b>Nº citações</b>	<b>Frequência</b>
DAHL,Robert	47	2,4%
HABERMAS,Jürgen	44	2,3%
PRZEWORSKI,Adam	33	1,7%
O'DONNELL,Guillermo	32	1,6%
TOCQUEVILLE,Aléxis de	27	1,4%
RAWLS,John	24	1,2%
SCHUMPETER,Joseph	21	1,1%
SANTOS,Wanderley Guilherme dos	20	1,0%

Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações”.

O autor que recebe o maior número de citações é Robert Dahl, seguido por Jürgen Habermas. O sétimo autor mais citado é Joseph Schumpeter.

Dahl e Schumpeter são os principais teóricos da democracia liberal-pluralista e, como os principais elementos citados na discussão sobre democracia foram elementos desta vertente, entende-se a presença destes autores entre os mais citados. Habermas é o principal teórico inspirador da vertente da democracia deliberativa. Deliberação foi o segundo elemento menos citado na discussão sobre democracia, na frente apenas de multiculturalismo.

Como já observado nas seções anteriores, concorrência eleitoral e pluralismo são os elementos de democracia mais recorrentes nos artigos analisados. Os principais autores da vertente da democracia liberal-pluralista, Schumpeter e Dahl, são diretamente ligados a estes elementos, e a sua presença entre os autores mais citados não é uma surpresa. Na verdade, sua presença entre os autores mais citados reforça a dimensão da importância da democracia liberal-pluralista, seja em artigos que a defendem ou em textos que a criticam. Mais do que uma opção teórica, a democracia liberal-pluralista é

uma realidade que sempre é referência na discussão sobre democracia. Os seus principais autores, assim, são os mais citados.

Nos artigos que citam Dahl na discussão sobre democracia, concorrência eleitoral e pluralismo são os elementos mais citados, com 21,9% (7,2% de ocorrências como insuficiente e contestado) e 18,4% do total de ocorrências, respectivamente. É importante ressaltar que nesses artigos as indicações de igualdade e participação como elementos de democracia se destacam, com 12,2% e 10,2% (esta último, depois de direitos individuais, com 11,2%), respectivamente. As maiores ocorrências de instituições são da USP, do IUPERJ e da UnB e os principais autores que citam Dahl na discussão sobre democracia são Luis Felipe Miguel, Cicero Araújo e Francisco Carlos Weffort.

Entre os artigos em que Schumpeter é citado, concorrência eleitoral representa 21,2% das ocorrências de elementos: 10,1% como elemento principal ou secundário, mas 11,2% em ocorrências de insuficiência e contestações. As principais instituições nestes artigos são IUPERJ, UFPE e USP.

A presença de Jürgen Habermas entre os mais citados pode ser justificada pela quantidade de artigos críticos à democracia liberal-pluralista, visto que este é um dos autores inspiradores de uma corrente teórica alternativa (a democracia deliberativa, pouco citada de maneira geral nos artigos). Sua complexidade argumentativa também pode ser uma das causas do número tão acentuado de citações, que o tornaria “academicamente interessante”, mas deve-se admitir que não é possível ignorá-lo nesta discussão (seja para concordar com suas críticas à democracia liberal-pluralista ou para discordar ou aceitar a sua visão de democracia e, principalmente, de deliberação e esfera pública).

Entre os artigos que citam Habermas na discussão sobre democracia, a vertente da democracia deliberativa é a mais citada, com 9,5% das ocorrências de elementos. Neles, as contestações e ocorrências de insuficiência de concorrência eleitoral e pluralismo somam, respectivamente, 9,5% e 6,5%. As principais instituições são UFMG (21,3%), UnB(14,9%) e USP (12,8%). Leonardo Avritzer, Luis Felipe Miguel e Sérgio Costa são os principais autores que citam Habermas na discussão sobre democracia.

Entre os demais autores citados, Guillermo O’Donnell e Adam Przeworski são conhecidos por vários estudos sobre transição democrática e democratização, com ênfase nas instituições da democracia liberal-pluralista; Alexis de Tocqueville, única referência “clássica” entre os autores mais citados, é um autor liberal cuja maior

preocupação era a questão da liberdade frente à inexorabilidade da igualdade (termo que ele considerava praticamente sinônimo de democracia); John Rawls, autor contemporâneo que se dedica a discussões sobre teorias de justiça, é uma referência especial nos debates de temas comunitaristas, multiculturalistas e deliberacionistas.

É importante notar a presença de um autor brasileiro entre os mais citados na discussão sobre democracia: Wanderley Guilherme dos Santos, um dos fundadores da ciência política brasileira e pesquisador de temas diversos, mas bastante focados em instituições democráticas. Entre os artigos que citam seus trabalhos, os principais elementos de democracia são concorrência eleitoral (com 15,8% das ocorrências como elemento principal, mas 5,3% como contestado), pluralismo (10,5% como elemento secundário) e igualdade (com 7,9% como elemento secundário). IUPERJ e USP são as principais instituições entre estes artigos, sendo que o primeiro concentra 25,9% das ocorrências institucionais, enquanto a USP chega a 18,5%. É importante notar que 65% dos artigos que citam Santos não discutem o conceito de democracia e o apresentam implicitamente.

#### **4.5. Análise da construção do conceito de democracia**

Do total de 1085 artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, na *Dados* e na *Lua Nova*, entre 1985 e 2005, 34 apresentam a democracia como tema principal e discutem o seu conceito.

Para se analisar como o conceito de democracia é construído nestes artigos, eles foram analisados em profundidade, a fim de verificar se há padrões de construção de conceito, quais abordagens são mais recorrentes e como se dirigem as críticas a conceitos de democracia específicos.

A maior parte dos artigos prioriza a discussão do conceito com a apresentação de críticas à vertente liberal-pluralista e alternativas teóricas que passam, em especial, pelos ideais de deliberação pública, virtude cívica e participação real de todos os cidadãos nos processos políticos. Este fato demonstra que a supremacia dos elementos de democracia liberal, em especial como elemento principal (fato verificado na análise dos dados coletados pela pesquisa “A democracia no Brasil: discursos e representações” e explicitado na seção 4.4 desta dissertação), não é tão grande entre os artigos que se dedicam a discutir a democracia como seu objetivo principal.

Mesmo que o foco destes artigos seja a apresentação de conceitos alternativos de democracia, com princípios diferentes, o ponto de partida da discussão quase sempre é a crítica ao modelo liberal-pluralista. A democracia liberal-pluralista, como “democracia realmente existente”, é uma referência essencial para a discussão, mesmo que seja apenas para se apontar suas limitações e só então desenvolver uma concepção de democracia diferenciada. Este modelo, que reafirma sua importância empiricamente, não é ignorado na discussão de qualquer espécie de conceito de democracia desenvolvido.

Os artigos com abordagem crítica à democracia liberal-pluralista apresentam os elementos desta vertente e apontam o que consideram grandes problemas desta linha de pensamento, mesmo observando que são elementos constitutivos da democracia. José Álvaro Moisés (2005), da USP, em um artigo na *Lua Nova*, caracteriza a democracia liberal-pluralista como minimalista e protetora, baseada nos princípios de liberdade negativa (entendido como ausência de coerção), separação de poderes, um sistema de representação política, a obediência às leis, a diversidade política (pluralismo) e o direito de participar da escolha dos governantes (inspirado na visão de Weber e

Schumpeter), principal objetivo deste tipo de democracia, baseada na igualdade formal entre os cidadãos. A maior crítica do autor se refere à desigualdade real que limita a possibilidade de participar dos processos políticos deste arranjo, concordando com a idéia de Chantal Mouffe e Jean Leca de que a construção da ação política deve se dar com a união da garantia dos direitos individuais, a noção de bem comum da sociedade e uma maior participação na tomada de decisões públicas, além de uma garantia dos direitos das minorias políticas e da diversidade. Outro artigo com uma construção do conceito de democracia semelhante é um trabalho de Walquiria D. Leão Rego (2001), da Unicamp, também publicado na *Lua Nova*. A autora afirma que se fazem novas exigências à democracia liberal, como a transcendência do “individualismo possessivo” para uma noção de altruísmo e liberdade moral, através da defesa de liberdades igualitárias (que não precederiam a igualdade) e a justiça distributiva. O foco na argumentação da autora é que a igualdade social e substantiva é uma condição para o desenvolvimento da igualdade política. O liberalismo político, aliado à justiça distributiva, levaria à democracia política, sistema que uniria um método de escolha de governantes, a garantia das liberdades e direitos igualitários com o respeito à *res publica* e a justiça socialista. Álvaro de Vita (1991, 2000), da USP, também critica o modelo liberal-pluralista de democracia, em especial o conceito de liberdade negativa de Isaiah Berlin, utilizado por teóricos como Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Giovanni Sartori em um esforço para negar ideais participativos da democracia, em sua concepção rousseauiana, o que levaria a democracia liberal se restringir a somente um método de escolha de governantes. A tradição competitiva teria problemas relacionados ao foco no utilitarismo como método de definição de preferências, à não-percepção de que decisões de princípios não podem ser realizadas através de agregações (é preciso refletir sobre concepções de justiça social e política) e a desigualdade na participação política (com a percepção de que recursos materiais e intensidade de preferências influem na participação). Segundo o autor, teóricos normativos como Rousseau apontavam para a necessidade da participação política de todos e igualdade substantiva (elementos essenciais para a constituição da vontade geral rousseauiana), o que levaria a uma moralidade política e uma orientação para o bem comum. Mesmo Tocqueville, um teórico com preocupações liberais, apontava para a soberania popular como um elemento essencial da democracia que, ao lado da liberdade negativa, controlaria a possibilidade de existência da tirania da maioria. A democracia, então, estaria

intrinsecamente ligada ao direito ao autogoverno e à soberania popular, sendo que os direitos políticos primários liberais seriam necessários ao exercício do autogoverno.

Os autores com o maior número de artigos publicados que tratam da democracia como tema principal e discutem o conceito de democracia são Leonardo Avritzer, da UFMG (três artigos, sendo um deles co-publicado com Sérgio Costa, na época vinculado à Universidade Livre de Berlim), e Luis Felipe Miguel, da UnB (quatro artigos). Ambos são bastante críticos à democracia liberal-pluralista e, antes de apresentar conceitos alternativos, o ponto mais importante em seus textos é a exposição das limitações da democracia liberal-pluralista. Avritzer (1995, 2000) e Avritzer e Costa (2004) apresentam diversas limitações do modelo liberal de democracia: preferências políticas individuais e pré-formadas, o foco na competição eleitoral para aferir estas preferências pré-formadas, a prescindência da participação e da argumentação para o processo político e a confusão entre democracia e ausência de autoritarismo (que se relaciona à idéia de eleições livres e direitos civis). Deve-se observar que, ao lado de instituições políticas da democracia liberal-pluralista, é preciso priorizar a cidadania ativa, o processo de formação de preferências em arenas consensuais e comunicativas, com o uso público da razão (referindo-se ao conceito de esfera pública habermasiano), a inclusão política, a soberania popular e o reconhecimento de minorias, com a incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas dos cidadãos. Luis Felipe Miguel (2000a, 2000b, 2002, 2003) também apresenta diversas críticas ao modelo liberal-pluralista de democracia nos seus artigos. Segundo ele, em um artigo que traça o desenvolvimento do conceito de democracia (Miguel, 2002), a democracia liberal-pluralista é incompatível com o conceito de democracia em seu sentido etimológico de “governo do povo”. O processo eleitoral como forma de escolha de governantes, principal característica da democracia liberal-pluralista, é muito distante das concepções normativas de soberania popular, governo do povo e também da experiência democrática grega. O autor demonstra que os regimes democráticos atuais são baseados em pressupostos de teoria das elites, uma abordagem teórica que buscava negar a possibilidade de existência da democracia. Schumpeter, principal teórico da democracia como método eleitoral de escolha de governantes, teria aceitado o dogma elitista que afirma que a maioria é incapaz de governar e desenvolveu um conceito de democracia que se adaptasse a este dogma, excluindo a possibilidade de participação popular no processo político. Sua teoria da democracia é, assim, um retrato fiel dos regimes políticos ocidentais da atualidade. Deste modo, Miguel (2002) admite que a democracia

schumpeteriana é um legado, ao qual não se pode deixar de fazer referência em uma discussão sobre democracia, mesmo tendo descartado a noção de autonomia popular para adotar pressupostos de uma corrente teórica que combatia os ideais democráticos. A exclusão política na qual se baseiam os regimes políticos ocidentais causa uma crise de legitimidade ao próprio sistema, com a detecção de que minorias políticas precisam ser incluídas e os grupos precisam ser entendidos como unidades políticas legítimas (Miguel, 2000a, 2000b). Os direitos individuais não são necessariamente o “bem máximo” de uma democracia, como se afirma em relação à democracia liberal-pluralista, e este cenário só pode ser incrementado com o reconhecimento de minorias, a pluralidade na representação política, a admissão de que a desigualdade deslegitima a democracia e a igualdade substantiva é essencial e a inclusão de todos os cidadãos no debate público (inclusive nos meios de comunicação de massa). Algumas concepções alternativas à democracia também são criticadas por Miguel (2000, 2003), como a ênfase na busca do bem comum, que seria limitada por dispensar caminhos plurais nas deliberações, como se só existisse um bem comum a ser atingido, e o excesso de abstração no modelo da democracia deliberativa, que exige comunicação face-a-face entre os cidadãos e enfrenta obstáculos de escala em sua aplicação.

Outros artigos apresentam uma abordagem mais conciliadora, como o trabalho de Cicero Araújo (2002), da USP, publicado na *RBCS*, que afirma que democracia e república, embora sejam conceitos próximos, são distintos. Para o autor, a democracia visa os ideais de bem comum, participação e pluralismo, o que inclui elementos de democracia liberal, como o próprio pluralismo. O resultado se veria no Estado democrático, que implica em uma determinada visão de bem comum e a garantia dos direitos liberais (direitos políticos e igualdade na garantia da cidadania formal). A república, segundo o autor, envolveria estes mesmos elementos, mas demandaria um engajamento cívico muito maior e se desenvolveria para um ponto além da democracia.

Ao mesmo tempo em que existem trabalhos menos críticos, há artigos que atacam diretamente a concepção liberal-pluralista de democracia. Carlos Estevam Martins (2003, 2005), da USP, antes de esclarecer que o princípio mais central da democracia deve ser a soberania popular, afirma que diversos elementos da democracia liberal-pluralista, como instituições representativas, sufrágio universal, concorrência eleitoral, direito à contestação pública e organização de grupos políticos, e até movimentos sociais, seriam aspectos ao mesmo tempo liberais e democráticos, mas isto não significava que liberalismo seria sinônimo de democracia. Para o autor, a

democracia se refere mais fortemente ao governo do povo e à vontade da maioria e estes princípios liberais foram aplicados para neutralizar a possibilidade da existência de uma “tirania da maioria”, o que, no fundo, impede a concretização da idéia da soberania popular, o ponto central da democracia, suprimindo todas as outras formas de se pensar a organização política. O liberalismo se apresentaria, inclusive, como “inimigo da democracia”. Sérgio Costa (1997), da UFSC, também critica o foco nas instituições políticas típicas da democracia liberal-pluralista, e afirma que a discussão sobre democracia deve se balizar pelo debate sobre o tecido social, movimentos sociais, a esfera pública e as arenas comunicativas, indo além da concepção liberal-pluralista de democracia.

A construção dos conceitos alternativos, portanto, passa pela discussão dos elementos liberais de democracia. Como afirma Miguel (2002), a democracia liberal-pluralista e o pensamento de Schumpeter são um legado e a referência a eles é obrigatória. Identifica-se como alvo para críticas o foco exclusivo nos direitos e liberdades individuais e no método eleitoral para a escolha de governantes, principalmente. Estes elementos, identificados muitas vezes como “puro liberalismo”, têm a sua importância reconhecida, mas os autores expõem limitações em relação a serem elementos democráticos. A democracia liberal seria “minimalista”, “protetora”, “procedimental”, e a ênfase nos direitos e liberdades individuais é denunciada como elemento do pensamento liberal que, protegido como prioridade, impede a realização da soberania popular e causa o insulamento dos cidadãos na esfera privada (nesse ponto, a “liberdade dos modernos” de Benjamin Constant, e a “liberdade negativa”, de Isaiah Berlin, são as referências absolutas). Os demais elementos liberais também são criticados por oferecerem muito pouca autonomia aos cidadãos e representarem uma parcela muito pequena de possibilidade de ação política, distanciando cada vez mais a democracia do ideal do “governo do povo”. Em relação à concorrência eleitoral, o principal comentário crítico se refere à minimização do potencial da democracia como regime de autonomia dos cidadãos para um mero procedimento de escolha de governantes, chegando muitas vezes a figurar distorcidamente como sinônimo de democracia.

Após a negação de características liberais e pluralistas como elementos democráticos, denunciando o caráter limitador que eles oferecem ao sistema político, o desenvolvimento de conceitos alternativos de democracia nos artigos analisados se faz, em sua maior parte, apontando princípios ausentes nas democracias ocidentais que

levariam a um incremento democrático. Não se trata, portanto, de uma desqualificação da democracia liberal-pluralista, mas uma demonstração de que a sua deficiência se deve à ausência de elementos importantes como princípios norteadores para a construção de um regime político que ofereça autonomia aos cidadãos. Na apresentação de conceitos alternativos de democracia, a discussão destes princípios é a parte mais importante.

Vários tipos de abordagem alternativa são apresentados, mas a discussão que mais aparece é a noção de participação cívica, contrapondo-se a um individualismo exacerbado que seria fruto da priorização da liberdade negativa liberal. Para esta participação, o mais importante seria a noção de bem comum e de pertencimento a uma coletividade. Esta visão depende, anteriormente, de uma concepção de igualdade substantiva entre os cidadãos, para que todos possam tomar parte como iguais na ação política tendo em vista o bem comum. Muitas vezes a discussão se perde em conceitos como “tecido social” e “cultura política”, deixando de apresentar uma noção exata do que está se tratando e deixando dúvidas em relação ao tipo de engajamento cidadão que se deseja apontar, construindo-se prioritariamente como negação de uma noção de individualismo liberal ao invés de se apresentar como um conceito com características independentes.

Outra abordagem alternativa bastante forte nos artigos que discutem o conceito de democracia focaliza as decisões coletivas em fóruns amplos de debate e negociação, priorizando a deliberação pública como elemento principal de uma democracia, através do uso público da razão. Com este princípio deliberativo, seria concretizada a possibilidade da cidadania ativa, sem descartar as arenas institucionais já existentes no arranjo liberal-pluralista. Esta discussão deriva principalmente dos trabalhos de Jürgen Habermas, inspirador da corrente da democracia deliberativa.

A defesa da igualdade substantiva, mais do que um elemento considerado essencial para a democracia, também é majoritariamente construída na negação da desigualdade liberal. Sua falta, denunciada nas democracias liberal-pluralistas, é uma das causadoras da falta de participação, autonomia, virtude cívica, diversidade e justiça. Assim, a igualdade substantiva entre todos os cidadãos é apontada como elemento de democracia em especial através da crítica ao modelo liberal-pluralista (mas não por sua causa, necessariamente).

Entre a menor parte dos artigos que têm a democracia como tema principal e discutem o seu conceito, que tratam apenas sobre a democracia liberal-pluralista, os

autores afirmam que a principal característica da democracia é a institucionalização das regras de competição para a produção de governos, com a expansão dos direitos e liberdades individuais, a fim de proteger a sociedade da possibilidade de despotismo. A preocupação seria, portanto, avaliar o que “é” a democracia, ao invés de criticá-la pelo que “deveria ser”. Nesta abordagem, o mais importante é a manutenção do foco nas instituições políticas da democracia liberal, que são a prioridade, mesmo admitidas as limitações e apontadas as necessidades de aumento da participação política (que, neste momento, se restringe à participação formal), inclusão de minorias, ou refinamento de um senso de comunidade. Assim, nos artigos que priorizam o institucionalismo da democracia liberal-pluralista, a dimensão crítica pode até não ser totalmente abandonada, mas a importância dada a ela é bastante pequena.

Exemplo de artigo com este tipo de discussão é o texto de Wanderley Guilherme dos Santos (1998), do IUPERJ, que analisa aspectos específicos da democracia liberal-pluralista, como a participação política na concorrência eleitoral, a regra da maioria, a igualdade política formal e a contestação pública, atentando para a necessidade do elemento “elegibilidade” para o bom funcionamento de uma poliarquia (no sentido dahlsiano). Mesmo observando a limitação da representação política, o foco na argumentação é restrito a elementos de democracia liberal-pluralista. Maria Regina Soares de Lima e Renato Raul Boschi (1995), ambos do IUPERJ, também abordam a poliarquia como um resultado da garantia do exercício de liberdade contra o despotismo, com foco nas regras de produção de governos, e o processo de democratização como uma ampliação dos direitos políticos e a institucionalização das regras eleitorais. Maria Helena de Castro Santos (2001), da UnB, afirma explicitamente que a preocupação com a democracia deve se referir a analisá-la como se apresenta, deixando de criticá-la por algo que ela “deveria ser”, e aborda somente aspectos liberal-pluralistas em sua argumentação. Bolivar Lamounier (1987), do CEBRAP, além de afirmar que a democracia é um subsistema político que congrega liberalização e participação política e que sua desconcentração estrutural poderia levar ao crescimento da igualdade substantiva, critica a “visão participatória” da democracia, que seria uma utopia incapaz substituir a representação política. Maria Regina Soares de Lima e Zairo B. Cheibub (1996), do IUPERJ e da PUC-RJ, e da UFF, respectivamente, por sua vez, afirmam que a abordagem sobre democracia deve se ater à concepção processual, abandonando a esfera das análises culturais, visto que elas só fariam sentido se localizadas dentro de instituições políticas. As instituições políticas da democracia

liberal-pluralista são seu aspecto mais importante, por serem verificáveis e comparáveis. Também há abordagens menos restritas entre estes artigos, como o texto de Marta Arretche (1996), da UNESP e da Unicamp, que admite a importância de princípios democráticos como soberania popular, igualdade política, justiça distributiva e competência cívica, mas afirma que o foco de análise devem ser as instituições políticas liberal-pluralistas.

De maneira geral, portanto, a construção de alternativas democráticas se constrói no apontamento das limitações da democracia liberal-pluralista. As características alternativas citadas seguem uma tendência de “complementaridade” das instituições liberais existentes, visto que são consideradas importantes, mesmo que insuficientes. Já as concepções liberal-pluralistas, em sua maioria, desconsideram elementos alternativos por admitirem que o foco prioritário da democracia é institucional. Também existem algumas exceções, de ambos os lados, como a negação da concorrência eleitoral como elemento de democracia (e a demonstração teórica de que ela seria, na verdade, um elemento aristocrático) para a valorização de concepções alternativas de democracia (Miguel, 2003), ou a negação da ampliação da participação política (que, em um contexto de desigualdade, poderia comprometer ainda mais o sistema político com o aumento desta desigualdade), para a manutenção do estado da democracia liberal-pluralista e suas instituições, em um artigo de Elisa Pereira Reis (2003), pesquisadora da UFRJ.

## 5. Conclusão

Nesta dissertação, busca-se analisar tendências do campo das ciências sociais brasileiro através de artigos publicados em três periódicos acadêmicos específicos (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados* e *Lua Nova*), escolhidos pela sua importância para as ciências sociais brasileiras e para o espaço de debate sobre democracia no país. Deste modo, pode-se observar o perfil geral das revistas, através dos seus dados gerais, e o conteúdo dos artigos em relação ao debate sobre democracia.

Em relação aos dados gerais dos periódicos, observa-se, principalmente, que a partir da segunda metade da década de 1990 as revistas foram se estabilizando em relação ao número de artigos publicados, período que coincide com o início da avaliação de periódicos através do sistema *Qualis*, implementado pela CAPES. Isto não ocorreu simultaneamente com os três periódicos, em especial em relação à *Lua Nova*, que apresenta uma instabilidade maior, mas a tendência atual de estabilidade é marcante.

A outra característica que se nota nos três periódicos, com algumas diferenças de intensidade, é a concentração regional das instituições de pesquisa às quais os autores são vinculados. Todas as três revistas analisadas apresentam uma alta concentração em instituições do sudeste. No total, a concentração institucional do sudeste atinge 77,9% do total de instituições, sendo que especificamente na *Lua Nova* este número, o mais alto entre os três periódicos, chega a 83,1%.

A concentração em instituições específicas também é grande: globalmente, USP e IUPERJ lideram as instituições. Com algumas diferenças entre as revistas analisadas (supremacia da USP na *Lua Nova* e do IUPERJ na *Dados*), são estas as instituições que mais tiveram pesquisadores com artigos publicados.

A verificação de uma concentração regional, e mesmo institucional, tão grande não significa uma denúncia. O mais importante, neste caso, é analisar como age essa concentração no campo das ciências sociais brasileiro: ela pode refletir uma melhor “qualidade” dos artigos de pesquisadores das instituições centrais, mas também pode significar uma cristalização da desigualdade na divisão do trabalho intelectual no Brasil, favorecendo (mesmo que indiretamente) instituições que já estão bem estabelecidas e dificultando a ascensão de novos centros de pesquisa em ciências sociais. Afinal, melhores centros apresentam um número de publicações maior nas principais revistas

(como as analisadas nesta dissertação), têm uma avaliação melhor, recebem mais recursos por essa melhor avaliação, fazem mais pesquisas e acabam produzindo, novamente, mais artigos, caracterizando um ciclo. Não se trata, também, que medidas específicas de favorecimento de instituições não-centrais devessem ser tomadas pela direção das revistas. A desigualdade regional e institucional não se deve, obviamente, ao método de escolha dos artigos, mas a características do próprio campo das ciências sociais brasileiro (desigual em sua formação e regionalmente desconexo em seu estabelecimento), que se reflete na produção publicada pelas revistas.

Em relação ao conteúdo dos artigos, é importante notar que a discussão sobre democracia é um tema bastante presente nos artigos publicados (44,8% dos artigos tratam sobre democracia), mas a maior parte das referências à democracia são realizadas de maneira implícita.

Os elementos da democracia liberal-pluralista (que são as “democracias realmente existentes”) são referências fundamentais na construção de qualquer concepção de democracia, apresentando-se como os mais citados nas discussões. Concorrência eleitoral (muitas vezes entendida como sinônimo de democracia), pluralismo e direitos e liberdades individuais são os elementos mais presentes nos artigos, justamente por serem os elementos mais fundamentais dos regimes políticos que de fato existem no mundo atualmente.

Como a maior parte dos artigos não discute ou apresenta o conceito de democracia, é nos textos com o conceito implícito que mais se verifica a presença dos elementos liberal-pluralistas como constituintes de uma democracia. Na maior parte dos artigos que discutem o conceito de democracia os elementos liberais também são apresentados, muitas vezes de forma crítica, expondo os limites de uma concepção procedimental e valorizando outros elementos para a construção de um “governo do povo”. Nos artigos que assumem os elementos liberais como os únicos importantes para o desenvolvimento democrático, é presente um tom de “descrição” que justificaria uma análise “do que realmente existe”, sem preocupações prescritivas. No entanto, é impossível não perceber que qualquer descrição, por mais desinteressada que possa parecer, apresenta um fundo normativo. A exclusão de determinados elementos na discussão é sua deslegitimação como elementos importantes para a construção do conceito de democracia.

Elementos alternativos aos liberais não são muito apontados, se vistos dentro do conjunto total de artigos, mas se observados apenas entre os artigos que discutem o

conceito de democracia, como seu tema principal, o cuidado em esclarecer os limites dos elementos liberais e a ênfase em visões menos procedimentais da democracia são bem mais recorrentes.

Os elementos alternativos mais citados entre todos os artigos são igualdade substantiva e participação de todos na deliberação. Estes elementos, característicos da vertente da democracia participativa, aparecem entre os artigos que discutem o conceito de democracia principalmente na contestação da democracia liberal, mostrando a desigualdade substantiva e a falta de participação das democracias liberal-pluralistas existentes. Assim, essa visão alternativa se constrói na negação ou na tentativa de complementaridade do arranjo da democracia liberal, demonstrando a falta de autonomia da sociedade e o desvio da democracia liberal-pluralista do sentido de “governo do povo”.

Essa construção negativa, ou complementar, também é demonstrada pela quantidade de contestações que os elementos liberais recebem nos artigos analisados. Sendo referência, ainda por cima empírica, não é possível desenvolver um pensamento democrático alheio às pressões das referências à já instalada democracia liberal-pluralista.

O mais importante é perceber que os discursos verificados nos artigos (de maneira geral, produzidos por pesquisadores-homens de instituições do sudeste, reafirmando o modelo liberal-pluralista como a concepção majoritária de democracia) dão o tom do debate sobre democracia no campo das ciências sociais no Brasil. Se a academia se ocupa em analisar os fenômenos sociais e políticos, no período do retorno do poder político aos civis e o início do processo de democratização no Brasil é importante observar o que os acadêmicos têm a dizer sobre o processo que está em curso no país. Além disso, é importante observar que os estudos dos cientistas sociais não se dirigem exclusivamente a seus pares: eles têm ressonância na sociedade, alimentam discussões e podem produzir resultados políticos. Observa-se que a maior parte dos discursos sobre democracia produzidos no campo das ciências sociais brasileiro considera as instituições do modelo liberal-pluralista o foco do debate sobre democracia. Seu discurso, de maneira geral, legitima este modelo, apresentando uma ressonância fora do campo que também tende a focalizar o debate nas instituições liberal-pluralistas, colocando em segundo plano concepções alternativas, como autonomia e governo do povo, para o processo de democratização.

No caso do debate sobre democracia no Brasil nos artigos publicados nas revistas analisadas, o foco prioritário dos trabalhos são as instituições e procedimentos da democracia liberal-pluralista, mesmo que existam vozes dissonantes que chamem a atenção para dimensões diferentes. Estas vozes dissonantes, a propósito, são as que mais se empenham no debate do conceito de democracia, em uma tentativa de apontar os limites da democracia liberal-pluralista e apresentar concepções democráticas alternativas.

## Bibliografia

ARAÚJO, Cicero. “República e democracia”, *Lua Nova*, nº 51, 2000. pp. 5-30.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed., 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2002 [1958]. pp. 188-93.

ARRETCHE, Marta. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 11, nº 31, 1996. Visualizado em cd-rom “Coleção da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*”.

AVRITZER, Leonardo. “Cultura política, atores sociais e democratização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, vol. 28, 1995. pp. 109-22.

\_\_\_\_\_. “Teoria democrática e deliberação pública”, *Lua Nova*, nº 50, 2000. pp. 25-46.

AVRITZER, Leonardo e Sérgio Costa. “Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina”, *Dados*, nº 47, vol. 4, 2004. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo”, em *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1985 [s.d.].

\_\_\_\_\_. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, em *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986 [s.d.].

\_\_\_\_\_. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

COSTA, Sérgio. “Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 35, 1997. Visualizado em cd-rom “Coleção da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*”.

DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989 [1956]. pp. 67-92.

\_\_\_\_\_. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997 [1971]. pp. 25-37.

DEMODÊ – Grupo de Pesquisa “Democracia e Democratização”. *Projeto de pesquisa “A democracia no Brasil – discursos e representações”*. Universidade de Brasília, 2004.

FARIA, Cláudia Feres. “Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman”, *Lua Nova*, nº 50, 2000. pp. 47-68.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. “O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985”, *BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, Rio de Janeiro, nº 26, 1988. pp. 38-55.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. “A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997, vol.12, nº 35.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”, em Jessé Souza (org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992]. pp. 245-82.

FRITSCH, Philippe. “Introduction” a Pierre Bourdieu, *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

GUIMARÃES, Reinaldo. “Política Científica”, em Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.), *As assim chamadas ciências sociais – a formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, Relume-Dumará, 1991. pp. 101-9.

HELD, David. *Models of democracy*. Second edition. Stanford: Stanford University Press, 1996.

KYMLICKA, Will. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority right*. Oxford: Oxford University Press, 1995. pp. 1-33, 75-130.

LAMOUNIER, Bolivar. "A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico", em Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 2, nº 4, 1987. Visualizado em cd-rom "Coleção da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*".

LIMA, Maria Regina Soares de e Renato Raul Boschi. "Democracia e reforma econômica: a visão das elites brasileiras", *Dados*, nº 38, vol. 1, 1995. pp. 7-30.

LIMA, Maria Regina Soares de e Zairo B. Cheibub. "Instituições e valores: dimensões da democracia na visão da elite brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 11, nº 31. Visualizado em cd-rom "Coleção da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*".

MAGGIE, Yvonne. "Relação entre a pós-graduação e a graduação em ciências sociais", em Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.), *As assim chamadas ciências sociais – a formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, Relume-Dumará, 1991. pp. 129-42.

MARQUES, Danusa. *A democracia na Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2005. Monografia de Graduação. Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

MARTINS, Carlos Benedito. (org.) *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.

MARTINS, Carlos Estevam. "Liberalismo: o direito e o avesso", *Dados*, nº 46, vol. 4, 2003. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

\_\_\_\_\_. “Vinte anos de democracia?”, *Lua Nova*, nº 64, 2005. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

MELO, Marcus André. “Republicanismo, liberalismo e racionalidade”, *Lua Nova*, nº 55/56, 2002. pp. 57-84.

MICELI, Sérgio. “Condicionamentos do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 5, vol. 2, 1987, pp. 5-26.

\_\_\_\_\_. (org.) *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1993.

\_\_\_\_\_. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, FAPESP, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001 [1995].

MIGUEL, Luis Felipe. “Mídia e eleições: A campanha de 1998 na Rede Globo”. *Dados*, vol. 42, nº 2, 1999. pp. 253-77.

\_\_\_\_\_. “Sorteios e representação democrática”, *Lua Nova*, nº 50, 2000a. pp. 69-96.

\_\_\_\_\_. “Teoria feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, 2000b. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

\_\_\_\_\_. “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”, *Dados*, nº 45, vol. 3. 2002. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

\_\_\_\_\_. “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 51, 2003. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

\_\_\_\_\_. “Teoria democrática atual: esboço de mapeamento”, *BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, 2005. pp. 5-42.

MOISÉS, José Álvaro. “Cidadania, confiança e instituições democráticas”, *Lua Nova*, nº 65, 2005. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A institucionalização do ensino de Ciências Sociais”, em Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.), *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, Relume-Dumará, 1991. pp. 53-6.

PHILLIPS, Anne. *Engendering democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.

PINTO, L. A. Costa e Edison Carneiro. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES – série Estudos e Ensaio, nº 6, 1955.

RAMOS, Paola Novaes. *Alheamento Decisório Eleitoral – O significado de votos em branco, votos nulos e abstenções eleitorais para democracias representativas contemporâneas*. 2001. Monografia de Graduação. Departamento de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

RAWLS, John. *A theory of justice*. Revised edition. Cambridge: Harvard University Press, 1999. pp. 3-56.

REGO, Walquiria D. Leão. “Democracia integral e justa liberdade”, *Lua Nova*, nº 53, 2001. pp. 99-114.

REIS, Elisa P. “Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 51, 2003. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

REIS, Elisa P., Fábio Wanderley Reis e Gilberto Velho. “As ciências sociais nos últimos vinte anos – três perspectivas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 35, 1997. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

SANSONE, Lívio. “Multiculturalismo, Estado e modernidade – As nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil”, *Dados*, vol. 46, nº 3, 2003. pp. 535-56.

SANTOS, Maria Helena de Castro. “Que democracia? Uma visão conceitual desde a perspectiva dos países em desenvolvimento”, *Dados*, nº 44, vol. 4, 2001. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Poliarquia em 3-d”, *Dados*, nº 41, vol. 2, 1998. Visualizado em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) .

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961 [1942]. pp. 305-45.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

SOUZA, Jessé. “Uma teoria crítica do reconhecimento”, *Lua Nova*, nº 50, 2000. pp. 133-58.

TRINDADE, Hélió. “Ciências sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e institucionalização”, em Hélió Trindade (org.), *As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 73-177.

VITA, Álvaro de. “Vontade coletiva e pluralidade: uma convivência possível?”, *Lua Nova*, nº 23, 1991. pp. 215-31.

\_\_\_\_\_. “Democracia e justiça”, *Lua Nova*, nº 50, 2000. pp. 5-24.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000. pp. 81-153.

**Sites da internet:**

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia – [www.abant.org.br](http://www.abant.org.br)
- ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política – [www.cienciapolitica.org.br](http://www.cienciapolitica.org.br)
- ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)
- FAFICH/UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – <http://www.fafich.ufmg.br/>
- FFLCH/ SP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – <http://www.fflch.usp.br>
- ICS/UnB – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – <http://www.unb.br/ics/>
- IFCH/Unicamp – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas - <http://www.ifch.unicamp.br/homeifch/principal.php>
- IFCS/UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – <http://www.ifcs.ufrj.br/>
- IPOL/UnB – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília – <http://www.unb.br/pol/>
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - <http://www.iuperj.br/>

- Museu Nacional/UFRJ - <http://www.museunacional.ufrj.br/>
- SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia – [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br)
- Scielo – Scientific Electronic Library Online – [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

***Cd-rom:***

- ANPOCS, Coleção da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.